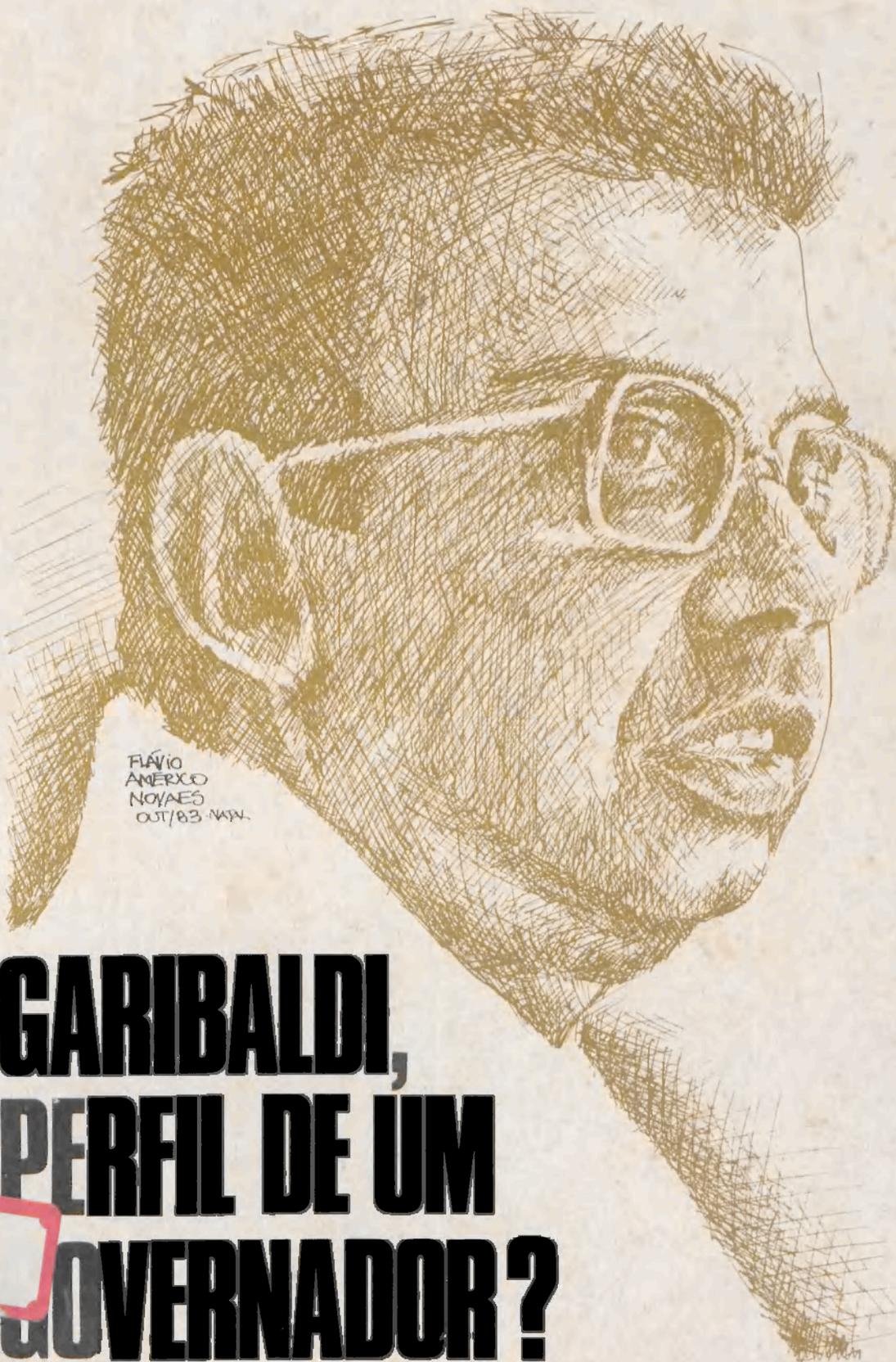


REVISTA MENSAL

RN / ECONÔMICO

ANO XIV • N.º 146 • OUTUBRO • 1983 • CR\$ 800,00



**Como a
construção
vem
vivendo**

**Safra:
números
da
desolação**

**A difícil
empresa
do futebol**

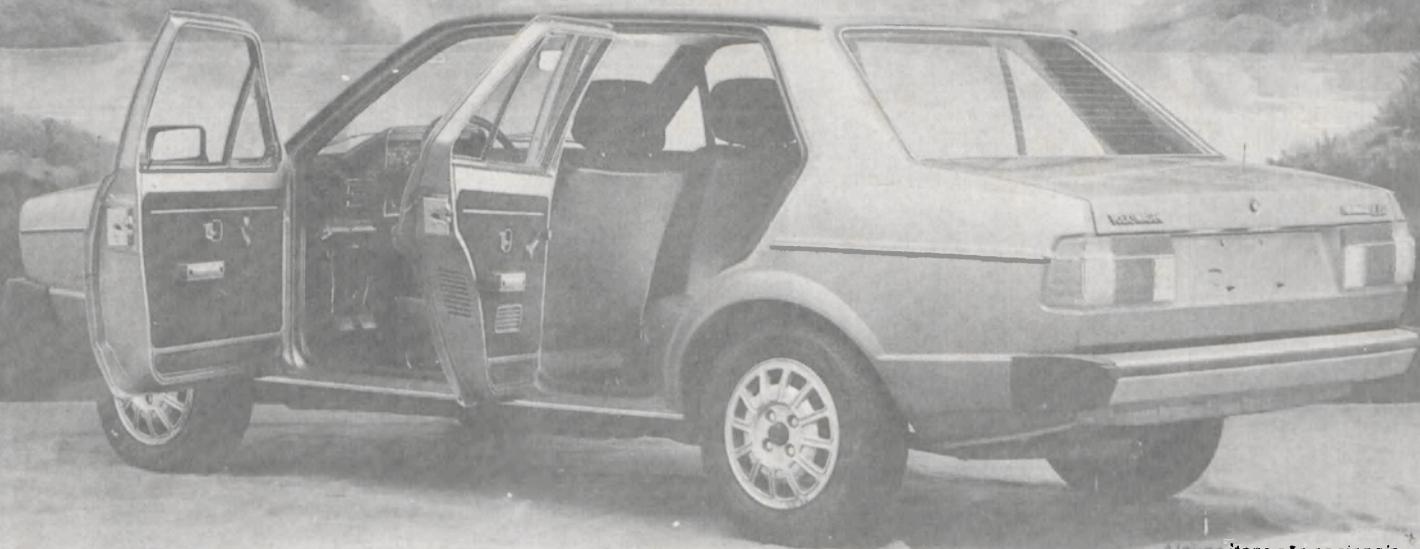
**GARIBALDI,
PERFIL DE UM
GOVERNADOR?**

0919

© VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.

Quatro maneiras
de entrar com classe
em um lugar elegante.

Voyage 4 portas.



Alguns itens são opcionais

O interior do Voyage 4 portas é um lugar elegante que leva você aos lugares mais elegantes, com a maior elegância. O Voyage 4 portas foi projetado de modo a permitir uma abertura das portas traseiras, superior a qualquer modelo de sua categoria. Isso quer dizer que agora o universo seguro, silencioso e aconchegante do Voyage ficou ainda mais aberto para você. Sem prejudicar em um centímetro o espaço interno da parte dianteira.

Mas a grande preocupação da Volkswagen foi com

a segurança. Cada Voyage 4 portas vem com um sistema especial de travas nas portas traseiras. Uma vez acionado, nem mesmo as crianças mais desobedientes vão conseguir que as portas traseiras sejam abertas por dentro.



Enquanto isso, você aproveita essa tranquilidade para apreciar o conforto, os revestimentos luxuosos das portas e dos bancos.

Mas nem tudo é novidade no Voyage 4 portas: o desempenho, a economia de combustível, a eficiência aerodinâmica e outras características que consagraram o Voyage, continuam iguais. Porque o melhor deste 4 portas é justamente isso: ele é um Voyage. Venha ao seu Concessionário Volkswagen conhecer o novo Voyage 4 portas e aproveite as facilidades de pagamento.

MARPAS S/A

MARPAS S/A
Av. Tavares de Lira, 159
Filial Alecrim — Av. Pres. Sarmento, 592
Telefones: 222-0140/223-1931



Revendedores autorizados
VOLKSWAGEN
para o Rio Grande do Norte

**DISTRIBUIDORA
SERIDÓ**

Rua Nascimento de Castro, 1597
Filial Alecrim — Rua Cel. Estevam, 1576
Telefones: 223-4566/223-3228

ÍNDICE

ESTADO

Os problemas inesperados de Agripino	17
Muita imaginação e jogo de cintura para sobreviver na crise	19
Os novos caminhos da TV-U	22
Na feira, os veículos vendem bem	24
Supermercados pensam em novos listões	26
As péssimas previsões para safras	28
Estatísticas sempre para baixo	28
Tempo tem boas notícias só para o ano	29
Esforço concentrado para sobreviver	30
Projeto Natal e seus críticos	31
O RN está esquecendo os satélites	33
Quando até a ciência tem suas omissões	33
De repente a recessão na noite	34
As minorias estão em luta	35
Além da crise, a concorrência de fora	37
As crises nas empresas futebolísticas	40
As duas etapas de um futebol	41
Comércio: tão ruim que, agora, vem o melhor	46

ARTIGOS

Manoel Barbosa	7
Cassiano Arruda	12
Mário Moacyr Porto	44
Rosemilton Silva	50

SEÇÕES

Homens & Empresas	4
Cultura	38

HUMOR

Cláudio	49
---------	----

CAPA

Flávio Américo

ESPECIAL



Líder simples e bom de voto

Está longe, ainda, a próxima eleição para Governador. O mandato de José Agripino mal se iniciou e ele nem sequer completou um ano de Governo. Mas no processo democrático e de eleições diretas, eleição é um tema constante. Mal termina uma, já começa a se pensar na outra. Quando nada, em termos de cogitações, especulações, sondagens e preparativos sutis de grupos e pessoas. No Rio Grande do Norte a distância do pleito não impede a movimentação dos candidatos a candidatos e das especulações dos possíveis governáveis. As especulações surgem de modo espontâneo no balanço das atividades e do trabalho de cada político, pois é nessa hora que pesa o acervo de serviços e é justamente aí que está a eficácia do processo da escolha direta dos

administradores. **RN/ECONÔMICO** inicia, nesta edição, uma série de entrevistas com nomes cogitáveis ao longo dessas especulações. Seguindo a tendência dos murmúrios e opiniões e deixando de lado as posições oficiais, a editoria da revista detectou um elenco de nomes unguidos por esse processo natural e deles pinçou o que vem aparecendo com insistente destaque: o do Deputado Estadual pelo PMDB Garibaldi Alves Filho. Modesto, ponderado, embora opositorista combativo, Garibaldi vem se impondo naturalmente, por gravidade, sem se anunciar, com a única credencial da sua lucidez e da sua persistência que estão sendo consideradas da maior utilidade para um Estado necessitado de bom senso. A entrevista com Garibaldi está a partir da oitava página.

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XIV • N.º 145 • OUTUBRO/83 • CR\$ 800,00

DIREÇÃO

DIRETOR/EDITOR: Marcelo Fernandes de Oliveira
DIRETORES: Núbia Silva Fernandes de Oliveira, Maurício Fernandes de Oliveira e Fernando Fernandes de Oliveira

REDAÇÃO

DIRETOR DE REDAÇÃO: Manoel Barbosa
ARTE E PRODUÇÃO
CHEFE: Eury Morais da Nóbrega

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO: Moacir de Oliveira
FOTOCOMPOSIÇÃO: Antônio José D. Barbalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

GERENTE COMERCIAL: Paulo de Souza
GERENTE DE ASSINATURAS: Antônio Emídio da Silva

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em

assuntos sócio/econômicos do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC n.º 08.286.320/0001-61 — Endereço: Rua São Tomé, 421 — Natal (RN) — Fone: 222-4722. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias da revista, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 800,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 8.000,00. Preço da assinatura bial: Cr\$ 13.000,00. Preço do número atrasado: Cr\$ 1.500,00.

prio Pedro Simões, que como diz o autor, são sete «causos» de dúvida interna e dívida externa, de seca & enchente e do terror/trivial na terra de Macunaíma.

★ ★ ★

JORNADA DE CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO — A Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Sociedade de Medicina e a Sociedade Norte-riograndense de Cancerologia, estarão promovendo de 19 a 21 de janeiro de 1984, a II Jornada Norte-Nordeste de Cirurgia de Cabeça e Pescoço. A reunião será realizada em Natal e contará com a participação dos maiores especialistas do País, e com uma representação estrangeira. Para o sucesso da jornada a Sociedade de Cancerologia do RN já está enviando correspondência para todas as pessoas interessadas e já está fazendo as inscrições.

★ ★ ★

DINARTE TEM REPERCUSSÃO — Continua repercutindo a edição 144 de RN/ECONÔMICO, que insere como matéria de capa uma entrevista especial com o Senador Dinarte Mariz, seus 80 anos de vida e 54 de política. Recebemos mais uma carta e desta vez com pedido de publicação do nosso leitor Nelson dos Santos Alves, do Conjunto Pirangi. Abaixo a carta do leitor — “AGRADECIMENTOS — Excelente a reportagem de RN/ECONÔMICO n.º 144, sobre o nosso Senador Dinarte de Medeiros Mariz. Li e me convenci

de que, em matéria de vivência, experiência, nosso Estado tem neste homem o marco de inteligência política. Obrigdo Senador Dinarte pela criação da UFRN no seu Governo, e pela simplicidade com que administrou o Rio Grande do Norte. Parabenizo o Senador Dinarte por tudo que soube contar; parabenizo o Estado e a revista RN/ECONÔMICO pela excelente reporta-

como slogan — “Voltou a Coca-Cola de Verdade”. A Poty Refrigerantes começa a colocar o produto nos supermercados em breve. Segundo Favoni, Gerente Geral da Poty, a construção e instalação da área industrial e de engarrafamento próprio ficará pronta no mês de dezembro, criando assim amplas condições de competitividade em todo o Estado.



Mário Roberto

gem que servirá de pesquisa sobre as nossas melhores tradições políticas”.

★ ★ ★

A VOLTA DA COCA-COLA — A Poty Refrigerantes, concessionária da Coca-Cola, está com uma campanha de publicidade no mercado para a fixação da imagem real da Coca-Cola. A campanha tem como tema: Mate a sede e a saúde, e

SOLIS MUDA DE RUMOS — A Solis Turismo, fundada por Vera China, uma das mais antigas empresas ligadas ao turismo em Natal, agora passa de dono e parece disposta a seguir novos rumos. Os novos proprietários — que vão manter o nome Solis, já uma marca importante no setor turístico — são Álvaro Alberto, Luiz Sérgio, Mário Roberto e Elías Antônio Souto Bar-

reto Filgueira. Apesar de todos serem da direção da Apern, constituíram, com a Solis, uma empresa completamente diferente, nada tendo a ver, portanto, em termos de vinculação. Com a nova direção, a Solis adquiriu um micro-ônibus para o turismo receptivo e estuda novas programações turísticas, assim como a implantação de charter de barco para Fernando de Noronha. Quem ficou à frente da empresa turística foi Mário Roberto.

★ ★ ★

SAIDA DO VÍDEO GAME — Apesar da crise econômica e do seu preço relativamente alto, o vídeo game promete ser a nova coqueluche de Natal, neste fim de ano. Zildamir Soares, de «A Sertaneja», disse ter adquirido toda cota da Philco com o seu Odyssey e já tem uma boa parte comprometida. O preço é pouco mais de Cr\$ 200 mil. O Odyssey é o maior rival do Atari, o vídeo game mais famoso do mundo.

★ ★ ★

APERN MUDA A RAZÃO — A Apern muda de razão social e se prepara para ampliar mais ainda os seus negócios. Ela passa a se denominar Sociedade de Crédito Imobiliário. Com isso suas finalidades não mudam. Mas ela ganha condição para atuar em outras praças, já tendo carta-patente do Banco Central para abrir filiais na Paraíba, Pernambuco e Alagoas a partir de janeiro.

O MOVIMENTO NACIONAL PELA LIVRE INICIATIVA AGRADECE À OPEP PELA DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA DO NOSSO SISTEMA.

Em 1973, o preço do barril de petróleo era de menos de 3 dólares. Estimulados por um preço tão irrisório, a maioria dos países esbanjavam essa matéria-prima, não só como combustível, mas também na composição de um sem-número de produtos.

Foi quando os produtores de petróleo decidiram unir-se num cartel e, de uma só vez, aumentá-lo em 300%, impondo ao mundo, a partir daí, periódicas elevações de preço. Foi o chamado “choque do petróleo”, que

desorganizou a economia mundial e trouxe aos países consumidores uma gravíssima crise.

Para os adversários da economia de mercado, estava aí uma prova de

deficiência do sistema. Segundo eles, os produtores tendem a organizar-se em oligopólios, esmagando o consumidor com preços altos e multiplicando seus lucros.

Mas a última palavra ainda não fora dada. Os consumidores souberam reagir.

Reduziram gradualmente seu consumo de petróleo, através de medidas de economia e campanhas de conscientização dos usuários.

Desenvolveram-se programas de substituição do petróleo por outros combustíveis, como a

eletricidade, o carvão e a madeira. Alguns países pesquisaram e encontraram efetivas soluções alternativas, como o álcool no Brasil e a energia solar em países da Europa

Ocidental. E, onde o petróleo era matéria-prima, passou-se a usar outros materiais.

Foram reativados muitos poços que, aos preços antigos, eram antieconômicos.

As condições de mercado motivaram vigorosos programas de prospecção, que levaram diversos países à descoberta de novas bacias petrolíferas, como é o caso, por exemplo, da Inglaterra, Alaska, México e Brasil, aumentando as reservas e disponibilidades mundiais.

As primeiras medidas reduziram a demanda e as últimas aumentaram a oferta, restabelecendo, assim, a plena concorrência.

Como resultado, a OPEP produz hoje 14 milhões de barris/dia, menos da metade dos 31 milhões que produzia em 1979.

O preço do barril, que chegou à faixa de 35 a 40 dólares no mercado livre três anos atrás, hoje

está abaixo dos 30 dólares.

E a participação de mercado da OPEP, que já foi superior a 60% do consumo mundial, está reduzida aos 35% de hoje.

Ficou provado que o sistema de mercado é sólido e tem defesas contra a cartelização.

Na Livre Iniciativa, o consumidor acaba sempre ganhando. Mesmo contra a força dos oligopólios.

O Movimento Nacional pela Livre Iniciativa reitera seus agradecimentos à OPEP pela demonstração da eficiência do nosso sistema.

*Na Livre Iniciativa,
o consumidor acaba
sempre ganhando.
Mesmo contra a força dos
oligopólios.*

MOVIMENTO NACIONAL PELA LIVRE INICIATIVA.

A riqueza perdida

MANOEL BARBOSA

Numa terra tão pobre como o Rio Grande do Norte a inestimável riqueza da inteligência é desperdiçada de uma maneira difícil de acreditar. No choque dos grupos as faíscas queimam a inteligência e o bom senso. O inimigo eventual passa a ser o meio e atingi-lo torna-se uma tarefa consumidora de todos os potenciais. O mais é esquecido. Tudo passa a girar em torno desse confronto. E como a paixão é inimiga da lucidez, turvam-se os caminhos, são perdidos de vista os reais problemas do Estado e da sua população, ocorre, no processo, a defasagem entre providências e a dinâmica dos acontecimentos. Todos se acusam, porque todos acham que têm razão. E, nessa ciranda de acusações, faz-se perene o medo; a desconfiança torna-se norma; os passos e as ações têm de ser medidas. Cria-se um peculiar estado de paranóia. E desse estado não escapam inteligências competentes que, por serem humanas, também são envolvidas pelo clima, muitas delas porque nele vivem desde criança.

Eu sinto esse problema com certa abismação por estar fora dele. Venho de fora e, por não ter vinculações partidárias nem ideológicas, professo um tipo de anarco-humanismo integral onde coloco o indivíduo acima de quaisquer instituições. Logo, se entendo o processo, não o assimilo. E o vejo com desânimo e, as vezes, desespero, por sabê-lo interminável, sem que seja capaz de produzir qualquer coisa de útil para a maioria dos indivíduos que vivem neste Estado.

Ao longo desses confrontos um ou outro grupo se acomoda melhor, acomodando consigo seus simpatizantes. E, nessas ocasiões os que sobram, mesmo podendo prestar bons serviços ao Estado, têm de passar por um processo de hibernação profissional. É, aí, que se manifesta o aspecto mais prejudicial da situação. Os potenciais humanos se atrofiam e toda uma massa criativa é mantida inerte, enquanto os problemas se avolumam. Os claros são preenchidos pelas credenciais da simpatia, que se torna, na situação, um elemento da maior valia. Quando há antagonismos irreconciliáveis o importante não é a competência mas o grau de lealdade, a capacidade de servir.

Nestes anos em que tenho trabalhado no Rio Grande do Norte tenho observado como essa situação é arraigada e tida como natural mesmo por espíritos altamente esclarecidos. Claro: todos são humanos e os seres humanos ainda não aprenderam a escapar dos condicionamentos.

Então, vem a pergunta: será toda vida e todo tempo assim no Rio Grande do Norte?

Pelo clima que se tem vivido ultimamente, é até possível pensar que sim. Mas, as vezes, há indícios animadores. Veja-se a entrevista que o Deputado Garibaldi Alves Filho concedeu a RN/ECONÔMICO e está publicada nesta edição. O depoimento do parlamentar é surpreendente pela lucidez, pelo equilíbrio, pelo bom senso, pelo senso de colocação de algumas questões e, sobretudo, a fundamental, que é o processo de eterna divisão e dispersão de esforços humanos. Ao contrário de muitos outros políticos, ele não fala em pacificação, não demonstra maiores preocupações com um propósito pré-determinado de desarmar espíritos. Encara tudo como uma situação que se deva compor de modo perfeitamente natural, com a união de todos os esforços e de todas as capacidades, sem exigências e condições prévias.

A colocação de Garibaldi Filho ressalta a inutilidade de prosseguir no antagonismo suicida. Ele se mostra indignado com o montante dos problemas a enfrentar e, se não põe a culpa em ninguém formalmente — embora ele mesmo mostre estar disposto a assumi-la em alguns aspectos — deixa implícita uma condenação geral em sua veemência.

As palavras de Garibaldi Filho, francas como são, profundamente sinceras e sem nenhum desejo de causar efeito, são um demonstrativo perfeito da gravidade da situação. É claro que ninguém tem culpa por ela. É uma questão antiga, que se desenvolveu com as próprias indiossincrasias do Estado. Individualmente, ninguém tem culpa. No momento, a culpa é de todos coletivamente e seria inteiramente despropositado apontar um iniciador — porque não há. Quando muito pode-se culpar a própria pobreza do Estado, sua exiguidade de recursos, suas pouquíssimas oportunidades de sobrevivência, sua dependência histórica de outros centros.

O pensamento de Garibaldi Filho certamente não é o único. Muita gente alimenta o mesmo propósito. Isso demonstra que, embora, assim de momento, pareça impossível sobrepujar antagonismos e antipatias, não é sonho pensar num esforço interativo geral. Não quer se passasse a viver na paz eterna ou no paraíso do entendimento perfeito. Mas, pelo menos, que se pudesse obter da tolerância mútua os rendimentos que só o esforço comum constrói. Há muitos problemas a resolver. E essa união de inteligências é necessária, pois o Estado dispõe delas.

Garibaldi: um jeito modesto de ir ganhando nível para chegar a Governador

Num regime de escolha direta dos governantes, todas as aspirações e especulações são saudáveis. Não é pecado sonhar nas democracias e muito menos tornar público sonhos e aspirações. Essa é justamente a marca básica de um sistema democrático: seus próprios mecanismos exigem que os mais secretos desejos se tornem públicos e debatidos porque quanto mais públicos e debatidos forem mais chances têm de se tornar realidade — o que é justamente o inverso dos regimes fechados, a quem só interessa o segredo, o conchavo e a conspirata. RN/ECONOMICO, desejando contribuir para que se vá solidificando os hábitos democráticos ainda em processo de reimplantação no País, a partir deste número estimula o debate em torno das novas lideranças políticas do Estado, seus sonhos e aspirações. Através de entrevistas informais e sem tema pré-estabelecido, procuramos fazer emergir, tanto quanto possível, os planos, projetos e ambições das novas lideranças. Abre a série o deputado estadual Garibaldi Filho, do PMDB. O mais votado pela Oposição nas últimas eleições, a figura política menos controversa e mais clara de toda a política do Estado. A sua firme ascensão já tem dado margem a muitas especulações e o seu nome se agiganta de forma natural. Como nos debates democráticos abertos tudo é possível debater, aqui e ali fala-se — e já não tão à boca pequena — que não seria exatamente impróprio incluir o nome do parlamentar entre os governáveis para 1986. Nesta entrevista, Garibaldi Filho demonstrou, além de segurança e absoluta coerência em suas idéias, uma lucidez não muito comuns nos dias de hoje. Combativo oposicionista, não é radical; fiel a seus princípios partidários, não se mostra intransigente; homem de grandes votações, não faz o tipo populista nem carismático. Com essas características, pode-se até dizer que Garibaldi é um fenômeno político muito raro. Essa entrevista pode mostrar um pouco disso:



RN/ECONÔMICO — Esta é uma entrevista que o deixa muito à vontade. Não há nada traçado previamente. O sentido da entrevista é situar a posição de algumas lideranças novas do Estado em função do quadro atual. O que se sabe por aí, está na cabeça de todo mundo, de certo modo subjacente na atmosfera política, é que você seria um possível candidato a Governador nas próximas eleições. Isso surge naturalmente, nas conversas. Surge seu nome até por gravidade, nas atuais circunstâncias. Quer dizer, seu nome seria um dos governáveis. Como vê isso?

GARIBALDI — Bem. Eu não deixo de ficar sensibilizado. Não resta dúvida de que, até o momento tendo tido oportunidade de ser apenas deputado estadual, já na quarta legislatura, e isso não se constitui nenhum demérito para a Assembléia mas, na verdade, se nós fomos observar o currículo daqueles que chegaram ao Governo do Estado, ao longo da história política do Estado, nós veremos que se exigiu desses homens públicos uma experiência que se transportasse do plano local para o plano federal. Eu tendo sido apenas até agora deputado estadual, não deixo de me sensibilizar com essa lembrança. Agora, gostaria de lembrar apenas aqueles que falam no meu nome que entre essa lembrança, essa tendência, para que ela realmente se corporifique, para que ela se fortaleça, muita água tem de passar por debaixo da ponte. E eu, absolutamente, não quero me colo-

car aqui como candidato, até mesmo como candidato a candidato. Eu quero apenas agradecer a lembrança. Mas na verdade dizer a vocês, afirmar a vocês, que a minha aspiração em termos de política é realmente, nas próximas eleições, disputar uma cadeira de deputado federal.

Não posso dizer que, já agora, seja candidato a candidato

RN/ECONÔMICO — Por que é que você já não disputou uma cadeira de deputado federal?

GARIBALDI — Eu não disputei uma cadeira de deputado federal em primeiro lugar porque, uma eleição proporcional (isso são os segredos e os macetes da política e só quem sabe são aqueles que militam nela) as vezes é tão complicada, as vezes apresenta tantos desafios até como uma eleição majoritária. Porque você, para ser deputado federal, precisa ter atrás de si toda uma estrutura política. E essa estrutura política precisa lhe dar aquela soma de votos. Até agora, eu faço parte, eu realmente estou inserido numa tradição de vida política que só teve condição de mobilizar uma estrutura em função da manutenção da cadeira do deputado

Henrique Eduardo Alves na Câmara Federal. Então nós não tivemos condições ainda de aspirar, na Câmara Federal, dois representantes da mesma família, até porque cada eleição é uma realidade nova. Por exemplo: eu vou ficar no exemplo da última eleição para não fazer muita história. Com Aluízio candidato a Governador, disputando um pleito majoritário, precisando do apoio do partido dele, precisando da união do partido que, afinal veio mas custou a vir, então como poderíamos ter dois candidatos numa mesma família disputando a Câmara Federal? É um exemplo só, o mais recente. Se nós remontássemos a outras eleições, nós veríamos que em outras eleições talvez eu não estivesse nem sequer preparado, como acredito agora que estou, para ocupar uma cadeira na Câmara.

RN/ECONÔMICO — Isso descarta de vez a possibilidade de uma pretensão ao Governo?

GARIBALDI — Não. Não chega a descartar não. Porque, na verdade, eu acho que nesse aspecto, diante dessa indagação, nós não devemos ser taxativos. Nem eu posso dizer que não sou candidato a candidato já, nem eu posso dizer que jamais serei candidato. Até porque — embora não ache tão fácil — o partido, por uma série de circunstâncias, chegue a se colocar diante do meu nome. Então eu não serei taxativo, eu nem digo que não sou nem que jamais serei.

RN/ECONÔMICO — Efetivamente, existe uma simpatia, uma convergência de opiniões de várias correntes políticas do Estado em relação ao seu nome como possível candidato. Mas dizem também os observadores da cena política que, quando tocar a um outro Alves disputar o Governo do Estado, o sr. Aluízio Alves indicará o seu filho Henrique Eduardo Alves. O que diz a respeito?

GARIBALDI — Bem, eu acredito — é a tal história, nós estamos numa entrevista muito franca — ... se fosse uma história de pai para filho, Aluízio indicaria Henrique, se ele pudesse indicar. Mas todo mundo sabe que não é, e ele sabe que não é. Acontece o seguinte: que a política não pode ser, nem deve ser, uma imposição de circunstâncias como essa, e Aluízio é perfeitamente consciente disso. Até porque ele já fez Governador numa luta, contra uma estrutura que não lhe deu oportunidade a que ele fosse candidato, até então pela UDN. Então, na verdade, eu acho que todos nós, e o próprio Hen-

rique é consciente disso, sabemos que a política não se faz debaixo dessas circunstâncias, desse jogo miúdo. A política é muito mais do que isso. E eu agora vou me referir a um problema de outra ilustre família do Estado — os Maia. Eu acho que o fato de um Maia suceder a outro Maia de qualquer maneira já traz uma certa impaciência, o Estado já não assiste com muita tranquilidade essa sucessão. Henrique Eduardo Alves poderá ser até amanhã candidato a Governador pelo PMDB, mas não porque Aluizio quis; não porque a família quis; mas porque se tornou o candidato que reuniu as aspirações do partido.

RN/ECONÔMICO — Deputado, houve a menção anterior de que, para tornar-se candidato a Governador, ainda faltava o salto do mandato federal. Então, não se sente preparado politicamente para governar o Estado?

GARIBALDI — Bem. É uma pergunta difícil de responder. E quem poderia responder melhor é quem acompanha a vida política do Estado. Eu não diria que estou preparado. Mas diria uma coisa semelhante. Eu participo hoje ativamente da vida política, econômica e social do Estado. Estou presente, dialogo com as forças representativas, dialogo com todos os segmentos sociais do Estado. Então, eu acho que, num modelo democrático, estar preparado — já que nós estamos ampliando por um modelo democrático — não é ter um currículo em termos de cargos. Estar preparado num Estado democrático é um homem público ter sido testado ao longo de sua vida com uma convivência com os problemas do Estado, por um diálogo permanente com os segmentos da sociedade. Quanto a isso eu diria que estou preparado. Se governar num Estado democrático é alargar cada vez mais esse diálogo, eu poderia dizer a você que estou preparado, dentro desse modelo.

RN/ECONÔMICO — Dentro desse seu modo de ser e ver as coisas, acha possível a conciliação política entre os diversos grupos políticos do Estado através de um trabalho das novas lideranças?

GARIBALDI — Olhe, esse problema de pacificação não nos deveria preocupar obsessivamente. Eu sei que há uma preocupação no Estado por lutas passadas, travadas num clima de muito radicalismo. É por isso há a preocupação de ver um diálogo. Mas, na verdade, eu acho que de-



veríamos aspirar por um quadro político perfeitamente delineado, com cada um no seu lugar e o que poderia colaborar é uma vida partidária fortalecida. Eu acho que daqui para frente não deveríamos pensar em pacificar no Estado como se nós vivêssemos num clima permanente de tensão, de

Não deveríamos pensar como se vivêssemos sempre em clima de tensão

guerra. Eu não tenho essa preocupação. Eu acho que, na medida em que a política fluir naturalmente e nós chegarmos a ter partidos bem sedimentados, tudo isso tende a desaparecer. Eu não me coloco obsessivamente diante disso. Até porque a minha conduta política não me coloca diante desse problema. Na verdade eu consigo transitar em todas as áreas, apesar da minha situação política me pôr em confrontos. Mas eu acho que nós não devemos nem mais procurar os culpados e inocentes por isso tudo. Deixar que a História registre essa paz.

RN/ECONÔMICO — Você nasceu onde?

GARIBALDI — Em Natal, em 1947. Eram quatro irmãos. Na política, só eu.

RN/ECONÔMICO — Quais os percalços políticos na sua trajetória até agora? Você teve problemas, não é?

GARIBALDI — Eu tive problemas políticos. Até certo tempo eu falava dessas coisas com desembaraço. Mas eu posso dizer a você que elas tiveram seu peso. Elas têm a sua herança. Já cheguei a desanimar um pouco. No meu lançamento político, após a cassação do meu pai, eu fui o mais votado, como voltei a ser agora em 82. Mas, por exemplo, numa eleição como a de 78, eu ainda fui o mais votado do PMDB, mas tive uma queda.

RN/ECONÔMICO — A que atribui essa queda?

GARIBALDI — Essa queda de votação não foi isolada. Foi em função do quadro político que se viveu em 78. Isso realmente gerou um descontentamento que todos conhecem no seio da nossa agremiação partidária. Mas houve a pergunta em torno dos percalços da minha vida pública. Eu citei esses. Mas podia citar outros. Por exemplo: a falta de estímulo que você encontra as vezes na vida política do Estado. E aí eu vou fazer uma queixa do Poder Legislativo. Realmente eu sou deputado há quatro legislaturas, tenho uma estima muito grande pela vida parlamentar, olho com muito carinho, mas não deixo de fazer as minhas críticas, nas horas em que estou falando assim. Não é fácil ser deputado no Rio Grande do Norte. Não é fácil. Não é problema só de você se eleger deputado, não. Depois, é o problema de você conse-



guir realmente atuar, de ser o deputado que você espera, porque você não tem um Poder Legislativo preparado. Na medida em que você é eleito em plena castração do Poder Legislativo em termos gerais. E aqui na Assembléia se sente muito a falta de uma assessoria parlamentar. Ela viveu períodos difíceis para você se afirmar como deputado estadual perante a sua comunidade. Olhe bem: eu fui eleito em 70, numa fase em que o período legislativo estava lá embaixo. Você precisava fazer alguma coisa mas não encontrava como. O jornalismo tende a ajudar. O meu acesso aos veículos de comunicação, é inegável, tem me ajudado na projeção, mesmo modesta, que eu tenho na vida política do Estado. Agora eu digo a você: percalços eu tenho enfrentado, porque não é fácil a vida parlamentar. Hoje não, porque a imprensa já dá muita cobertura. Mas houve uma fase em que para se saber o que o deputado falava era preciso ver os boletins da Assembléia nos jornais. Porque o que o deputado dizia não tinha nenhuma importância. E os principais percalços da minha política foram esses: eu vi me guindando na vida política na hora em que o Poder Legislativo estava em processo de esvaziamento. E superar esse esvaziamento foi difícil.

RN/ECONÔMICO — A administração José Agripino, como a vê?

GARIBALDI — Acho que o Governador Agripino Maia pegou realmente uma fase difícil. Qualquer jul-

gamento que se faça, mesmo sobre esses primeiros meses de Governo, tem de se ressaltar isso. Pegou uma fase difícil da vida política do Estado. Eu tenho a impressão de que talvez não estivesse preparado para governar o Estado numa época tão difícil.

RN/ECONÔMICO — Como é que

Não houve muita liberdade para Agripino formar a sua equipe

você consegue interpretar a filosofia do Governo Agripino Maia, com essa equipe que ele montou e com a qual certamente pretende chegar a determinados objetivos?

GARIBALDI — Em primeiro lugar, eu acho que ele não teve muita liberdade de montar essa equipe. Porque ele vem de administrações, sucedeu a um familiar seu que, por sua vez, já era sucessor de outro familiar. Eu acho que ele não teve muita liberdade não. Eu não conheço esse processo não. Mas para mim ele não teve muita liberdade. Colocaram para ele poucas alternativas. Condiționaram muito a sua administração. E o seu secretariado realmente não traz nenhuma contribuição nova para que o Estado possa enfrentar uma crise. Na verdade seu secretariado, analisando peça

a peça, tem ressalvas, pois não estamos generalizando a crise. Mas ele teve poucas alternativas para escolher seus auxiliares e isso está comprometendo muito o rendimento da sua administração. Auxiliares, inclusive, que estavam acostumados a tempos mais fáceis e os tempos são outros. Eu acho sinceramente isso.

RN/ECONÔMICO — Me parece que há duas situações distintas na experiência do Governador. A anterior, quando Prefeito: um homem de obras, que tem um poder de execução a curto prazo; a outra situação de Governador, que é eminentemente política. O Governador não vai executar obras, vai executar todo um sistema para chegar a elas. Tem vontade de executar, para justificar a filosofia do seu Governo e o suporte não está correspondendo. Como o deputado vê isso?

GARIBALDI — Você falou em obras. Eu acho o seguinte: a maior crítica que se faz ao Ministro Mário Andreazza, e ele está procurando transformar isso, é que se diz ser ele um tocador de obras. Isso reflete uma filosofia, é uma coisa até mais profunda, essa história de dizer que fulano de tal é um tocador de obras. Reflete o que? Reflete uma filosofia de Governo. Na verdade, o desafio econômico, político e social, do Rio Grande do Norte, nos dias atuais, é muito mais profundo. E eu tenho a impressão que o sr. José Agripino, na Prefeitura de Natal, a sua passagem, se o preparou para ser candidato, se lhe deu Ibope, popularidade, prestígio político, se constituiu uma ilusão, não o preparou para ser o Governador do Estado. Pegou dinheiro a fundo perdido, para que o sr. Agripino aplicasse como Prefeito. E ele aplicou realmente, fez calçamento, fez obras de caráter urbanístico. Mas isso não o habilitou a ser o governante dos tempos de hoje, dos tempos de crise, dos tempos de fome, dos tempos de inquietação social vividas pelo Rio Grande do Norte nos dias de hoje.

RN/ECONÔMICO — A propósito dessa inquietação social, ele mesmo Agripino, além do Senador Dinarte Mariz, além de outros políticos do PDS mesmo, têm falado muito sobre uma possível tensão social. Você, que tem acompanhado muito esse problema, sobretudo na Emergência, o que acha?

GARIBALDI — Eu acho que nós nunca tivemos tão perto de uma convulsão social. Agora, isso você ouve. Eu ouço, por exemplo, no gabinete da

Assembléia Legislativa, uma pessoa que me diz: olhe, Garibaldi, se continuar essa situação de desemprego, eu não tenho como alimentar meus filhos, qualquer dia desse eu posso partir para um quebra-quebra, me meter num movimento desses. No interior, você ouve isso quando você visita uma frente de Emergência. Um flagelado diz, olhe deputado é porque ainda não tive apoio dos meus companheiros, mas eu não sei como o Governo deixa esses feijões armazenados, com essa história de recomposição de estoque. Não sabe ele que o povo com fome não vai aguardar essa recomposição de estoque. O trabalhador diz: não sei porque a gente não invadiu aquele armazém da Cida para tirar de qualquer maneira aquele feijão. Isso eu ouvi em Campo Redondo.

Acho que nós estamos muito perto de acontecimentos muito graves, se não tomarmos outra direção, não abriremos outras alternativas para a população, é a história: a fome é má conselheira. Teremos fatos muito graves. Quem tem contatos com o povo, contatos diretos, sabe disso. Se o Senador Dinarte Mariz e o Governador José Agripino falaram isso é porque ouviram alguma coisa nesse rumo. Eu ouvi já. Ouvi e tenho sensibilidade. Já tivemos invasões no interior, já tivemos movimentos de desempregados e podemos ter movimentos muito mais graves, principalmente aqui no Nordeste. Porque há uma insensibilidade muito grande com relação aos problemas do Nordeste. E se subestima muito o ânimo da população nordestina. Se olha muito o nor-



Do Colégio Marista até o

Há 23 anos passados a política do Rio Grande do Norte ainda não era um condomínio fechado gerado por umas poucas famílias, e a bipolarização já existente, era feita ainda entre o PSD e a UDN. Os oradores dos comícios usavam paletó e gravata, e o público, se limitava a bater palmas no final dos discursos, ouvindo o cântico das alas moças.

Isso, em 1960, quando todas essas coisas começaram a mudar.

Foi nessa época que conheci Garibaldi Alves Filho, um menino muito magro, de enormes óculos com lentes que pareciam o fundo de garrafas, proeminentes dentes não disfarçados pelos lábios, braços longos. Como eu, aluno do Colégio Marista e que me transmitia as notícias da campanha eleitoral que se desenrolava.

Garibaldi tinha pouco mais de dez anos, mas já acompanhava a movimentação do seu tio Aluizio Alves, candidato ao Governo que pregando uma nova mensagem e usando modernas técnicas de propaganda e marketing eleitoral conseguia interessar pela sua luta, até mesmo secundaristas como Garibaldi e eu próprio.

Não se coloque esse interesse pelo parentesco puro e simplesmente. Mesmo porque, naquela época as oligarquias não haviam

se sedimentado aqui como ocorreu depois de 64, e se existiam filhos, genros e sobrinhos, de políticos influentes exercendo algum mandato, era principalmente em função da própria vocação de cada um. E, neste caso faço questão de citar o exemplo de Aluizio Bezerra, no PSD, cuja carreira política não pode ser explicada apenas pelo fato dele ser sobrinho do cacique Theodorico Bezerra, que terminou incomodado e sentiu-se ameaçado pelo jovem parente.

Terminada a campanha, menino ainda, Garibaldi era o único da sua geração na família Alves, a frequentar o Palácio do Governo, então chamado da Esperança.

As fofas rafias da época, em visitas de personagens importantes, ou dos atos mais marcantes do Governo fixam a imagem daquela figurinha que testemunhava tudo, ocupando sempre um segundo plano, sem se conflitar nem com os políticos, nem parecer um dos aspones que já abundavam pelos gabinetes.

Foi nessa época que reencontrei Garibaldi. Aprovado no Vestibular da 1.ª Turma da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, fui chamado por Walter Gomes para integrar a nova TN (nome dado então a «Tribuna do Norte») e, nesta condição presenciei as primeiras in-

vestidas de Garibaldi, ou Gary, como todos nós o chamávamos, no mundo da política.

Nesse tempo, o hoje deputado Henrique Eduardo, filho do Governador do Estado, estava mais preocupado com o Departamento de Futebol de Salão do América que servia, apesar de jovem, como atleta talentoso e magânimo dirigente, enquanto Garibaldi já participava da movimentação política, acompanhando Erivan França que era responsável pela movimentação da então Cruzada da Esperança em Natal.

Na eleição de 1965, Garibaldi já era uma figura de destaque na movimentação eleitoral, mesmo sem ser candidato, substituía eventualmente Erivan França nos programas da Rádio Cabugi e escrevia artigos e notas para a Tribuna, onde só não conseguiu ser repórter de pauta, da geral. Seu negócio só era política.

Terminada a eleição de 1965, Garibaldi foi com o tio Agnelo para a Prefeitura, ocupando a Chefia da Casa Civil, cargo habitualmente ocupado por parente do Governante, sendo o único da equipe a travar contato com a população mais pobre da cidade e contribuir para a manutenção da população do seu grupo familiar, enquanto cursava a velha Faculdade



destino como aquele flagelado, aquele coitadinho, incapaz de qualquer reação. Mas nesses dias poderemos ter fatos graves aqui. O coitadinho um dia pode dar um grito diferente. Em lugar de ser apenas um grito de dor, pode ser um grito diferente. Eu temo muito por essa situação.

RN/ECONÔMICO — E essa corrupção na Emergência? Se fala muito na corrupção. Mas as notícias são muito desconstruídas.

GARIBALDI — As notícias são desconstruídas até porque o Governo não quer apurar essa corrupção. Ela pode até não ter sido bem denunciada, pode ser até que haja uma omissão da oposição em não denunciar a coisa corretamente. Eu posso até reconhecer isso. Afinal de contas todos

nós vivemos num ambiente político e aqui e acolá somos condicionados por determinadas situações. Mas o Governo não quer apurar essa corrupção. E ela existe. E é um dos capítulos mais vergonhosos dos dias atuais. Ela reflete não apenas a corrupção oficial. Ela reflete uma insensibilidade muito grande das nossas elites políticas, das nossas chefias políticas. Na medida em que, numa hora de fome como essa, em nossa Emergência, se o Governo quisesse apurar mesmo iria; e tem muito comerciante alistado na Emergência, muito funcionário público. Eu quero lhe dizer, lhe revelar um fato. Eu digo que há uma certa omissão da oposição... eu sei lá. A gente as vezes é condicionado. O pessoal diz muito: vocês precisavam ter cuidado com isso, podem pre-

Jardim de Infância do MDB

de Direito da Ribeira, onde ingressamos, ele, Luiz Antônio Porpino e eu próprio, depois de memorável Vestibular, onde a nossa preocupação era «o adversário» Manoel Varela, examinador de Português, que terminou nos fazendo justiça e nos conferindo altas notas.

Depois do AI-5 e das cassações na família, abriu-se um grande espaço e a carreira política de Garibaldi começou nas urnas. Embora sem a intimidade de outros tempos, acompanhei de longe sua primeira eleição, torcendo por ela, não apenas por reconhecer a vocação dele, mas, sobretudo reconhecido a uma generosa carta que recebi de Garibaldi, quando me encontrava preso na Base Aérea, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, meses antes, pela responsabilidade de ser editor da «Tribuna do Norte».

Nas páginas do Diário de Natal batizei a turma que levava o MDB para as ruas — Garibaldi, Henrique, Iberê Ferreira de Souza, Toinho Câmara, Magnús Kelly e Carlos Alberto — de «Jardim da Infância».

Já não privava da intimidade do grupo, mas, soube na época que, nessa primeira eleição em 1970, a opção da família Alves para disputar a Câmara Federal era Gari-

baldi, e o próprio Henrique que havia feito um tímido debut político, ao lado do pai, nas eleições municipais de 68, participando de alguns comícios no interior, concordava em disputar a Deputação Estadual, quando houve uma virada de mesa familiar, e o lugar reservado para Gary terminou ocupado por Henrique.

Garibaldi foi para a Assembléia Legislativa liderar uma bancada de «meninos», tendo de enfrentar um Governador do Estado, com larga experiência parlamentar, que comparecia a Assembléia, debatia com Deputados, e quando interpelado pela Oposição, condicionava indagação a resposta de uma pergunta sobre assuntos econômicos. Apesar disso, na Oposição, o grupo fortaleceu-se.

Para o segundo mandato, a dificuldade de fazer Oposição a um Governo que já havia acabado e já estava cassado, conviver em regime de paz pública, com a administração que deveria combater e ainda participar de um acordo com o partido adversário. Mesmo perdendo a condição de mais votado, em Natal e em todo o Estado, Garibaldi conseguiu sobreviver.

No terceiro mandato, ainda na paz pública, começou por assinar uma nota contra o movimento reivindicatório dos professores, ape-

sar de ser deputado de Oposição. Cargo que terminou por assumir, de verdade, quando se deterioraram as relações do então Governador Lavoisier Maia com sua família. E na Oposição cresceu, à ponto dele receber uma votação para Deputado Estadual que lhe elegeria Federal em qualquer legenda, embora em algumas regiões — como no Agreste — não tivesse podido sequer comparecer a comícios, por determinação do comando partidário, que aceitava imposição de outros candidatos.

Há 12 anos está na Assembléia. Liderou Carlos Alberto, que depois foi Deputado Federal e agora é Senador; lutou ao lado de Toinho Câmara, hoje na Câmara Federal, da mesma forma que Iberê Ferreira de Souza, que não foi Deputado Federal por pouco, mesmo numa legenda disputada como a do PDS tivesse ultrapassado a barreira dos 40 mil votos. Sobrou Magnús que não resistiu ao acordo de 78.

Garibaldi ficou. Ficou como se tivesse que desempenhar somente as posições secundárias. Sem vez nem voz no grande palco da política nacional, tendo apenas um lugar na platéia, enquanto sua geração começa a ocupar os principais papéis.

CASSIANO ARRUDA



judicar se a coisa for muito adiante. O Governo faz muita chantagem com isso. Lá em nossa região, em Pedro Avelino, nos dias de pagamento da Emergência os ônibus chegam cheios de gente que mora aqui em Natal para receber dinheiro. Gente que mora aqui, e não é desempregado e vai lá receber. E há a história da discriminação política, que é outro capítulo também odioso. O que eu quero dizer a você é que não estamos muito distante daquela história da indústria da seca.

RN/ECONÔMICO — Além da corrupção da Emergência, lembra-se de outros períodos da vida nacional com tantos escândalos?

GARIBALDI — Pelo menos, se você cobra isso de mim, eu confesso que não. A corrupção vem de cima para baixo. Há um estado de desmoralização e corrupção no País que você tem os grandes escândalos lá, você tem hoje, de qualquer maneira o noticiário, apesar da auto-censura e à medida que vê os grandes escândalos, com o Governo conivente — a história do ladrão de gravata não vai para a prisão — ocorre o estímulo para tudo isso. É uma cadeia de corrupção que se instalou no País inteiro por conta da impunidade e você não sabe como quebrar isso, porque se sente muitas vezes impotente para se levantar contra isso. É lamentável. O que acho que há em nossa sociedade é o seguinte: além da corrupção ser um sistema muito forte, hoje, até como se diz — multinacional —, o

que acho é haver omissão — por conta da descrença e da impunidade —, porque o lado bom não se sente estimulado a denunciar. Porque corre o risco e depois há o risco de não haver punição nenhuma. É verdade que houve o exemplo do escândalo da mandioca e eu não possa avaliar o

Acho que o País precisa passar por mudança com democracia

bem que isso possa ter feito, pelo menos com a divulgação que se fez. Serviu como exemplo, como uma lição. Há exemplos, há denúncias. Mas não adianta, por exemplo, ir ao Tribunal de Contas contra tal administrador porque o controle desse órgão é técnico e não gera nenhuma punição.

RN/ECONÔMICO — Não seria uma questão de atualizar os métodos de controle?

GARIBALDI — Eu coloco isso em termos morais. Eu acho que o País precisa passar por uma mudança, em termos democráticos, eleições diretas em todos os níveis. O que há aí são pessoas se mantendo nesses cargos a custo de diversos expedientes e mantendo essa corrupção. Acho que a coisa deveria ser colocada em termos muito amplos em termos de

mudança moral. A gente pensar que, tecnicamente, vamos nos aparelhar para combater a corrupção... a corrupção já ganhou muitas etapas, está muito aperfeiçoada.

RN/ECONÔMICO — Diante desse raciocínio de que a técnica nada adianta contra a corrupção, a Sudene, atualmente, perdeu a sua finalidade original?

GARIBALDI — A Sudene é uma coisa que me dói. Eu sou de uma geração em que a Sudene era um mito. Então, hoje, eu como político tenho oportunidade de ir a Sudene, tenho oportunidade de ter acesso ao que representa ela e isso me dói, me constrange o seu esvaziamento. Ela se desfigurou, perdeu totalmente aquele papel de coordenação, de liderança. Eu não sei somente o fato dela ter deixado de ser um órgão ligado a Presidência da República (no tempo do Governo João Goulart, quando Celso Furtado estruturou a Sudene, ela era ligada à Presidência da República). Eu não sei se foi só esse aspecto, mais técnico, mais administrativo, ela ter perdido esse poder. Não sei se foi só isso. Ou se foi o esvaziamento financeiro. Ou foi realmente o corte dos seus recursos, do programa dos seus incentivos, na medida em que ela tinha os incentivos dirigidos para o Nordeste e estes incentivos foram desviados para outras regiões; eu não sei mesmo se foi a má aplicação dos recursos. O que eu sei mesmo é que reduziram a nossa Sudene — pelo menos a Sudene que representa tudo isso para minha geração — a um tamanhinho, que a gente chega a ter dó dela. Mudou a filosofia. Você se lembra da Sudene apenas porque ela está com não sei quantos carros-pipas, controla os carros-pipas. A Sudene hoje é uma mera executora do que os homens lá em cima pensam, do que o Governo Federal decide e manda a Sudene executar. Mas ela não tem nenhum papel de coordenação. Deixou o seu papel de planejamento, para apenas executar as diretrizes emanadas lá de cima do Governo Federal. E essas diretrizes emanadas lá de cima do Governo Federal você sabe quais são: são as de manter essa região nesse estado de dependência. Pelo menos estão mantendo.

RN/ECONÔMICO — O PMDB, como Partido de Oposição no Estado, tem um programa de objetivos no Estado. Quais são esses programas e objetivos?

GARIBALDI — O PMDB tem as dificuldades no Rio Grande do Norte

que tem o partido a nível nacional, na medida em que é uma frente partidária, não é um partido tão homogêneo, como se deseja, como se espera. Mas eu ainda acho que, se a gente fosse fazer uma análise das secções regionais do PMDB, talvez a nossa fosse uma das mais homogêneas, uma daquelas que apresenta menos fraturas, apesar de todos os problemas que vocês até poderiam rememorar para mim. Mas no estágio do PMDB de hoje, não é um daqueles mais sacudidos por lutas internas, não. Agora, o que o PMDB tem pela frente aqui no Estado é uma máquina colossal, um sistema colossal, que ele tem de derrotar e derrubar, e que é preciso uma luta titânica, uma luta diária, presença no Estado. Isso é um fato. Para se afirmar e se estruturar, o Partido precisa realmente de ter uma luta muito grande no Rio Grande do Norte.

RN/ECONÔMICO — Se bem que não seja o seu partido, mas você acha que o PDS do RN manterá unidade em torno de Andreazza?

GARIBALDI — Eu acho difícil. Agora, ao mesmo tempo, eu lhe digo uma coisa: o sistema que está aí, o Governo do sr. José Agripino Maia, não brinca em serviço não. Os delegados não são deputados. Na banca da federal você vê divergência em relação a isso porque eles são deputados-eleitores. Mas já na escolha aqui do colégio, do Partido, você não vê maiores problemas, porque o jogo é de cartas marcadas. Os delegados são secretários de Estado, demissíveis. Então, não há problema. Agora, se você me dissesse que iria haver de qualquer maneira um processo de democratização de escolha desses delegados, aí o Governador teria muitas dificuldades. Se não há é porque não se deu nem uma oportunidade dos deputados participarem do colégio eleitoral.

RN/ECONÔMICO — Como as lideranças do antigo PP, vêm certas posições consideradas ortodoxas do PMDB na sua atuação no Estado?

GARIBALDI — Bem: eu que vivo mais esse dia-a-dia aqui no Estado não tenho encontrado nesse diálogo. Essas posições de pessoas que formavam o MDB antigo e as que formavam o PP, não têm dificuldades de convivência. Pode ser até que os fatos depois venham desmentir isso agora. Mas eu digo a você que estive à frente de vários acontecimentos: participei da greve dos professores, participei agora desse movimento dos



estudantes — que o Governo tentou reprimir — e em todos esses acontecimentos você sabe que aquelas figuras do PMDB ortodoxo muitas vezes poderiam até ter um pensamento um pouco diferente, do PP, que é levado a ter uma certa moderação, mas não se registrou nenhuma discre-

A oposição não vai abrir mão dos seus trunfos agora

pância. Agora, não deixo de assinalar para vocês que o PMDB daqui é a frente que existe em todo o País. Então, a qualquer momento, nós poderemos ter algum problema. Eu não estou negado a vocês que não. Mas que até agora, essa convivência não tem sido difícil.

RN/ECONÔMICO — Acredita o deputado na volta do antigo PP, na articulação de um novo partido?

GARIBALDI — Eu não acho fácil o surgimento disso, pelo menos a curto prazo. É verdade que nós recebemos essas notícias assim pelos jornais, assim as vezes até tardiamente, sem acompanhar bem. Mas eu não acho fácil, numa hora como essa a Oposição abrir mão dos trunfos de que dispõe atualmente, que é de uma maioria parlamentar, que é de uma

frente de governadores respeitados. Abrir mão disso tudo... Só se fosse para formar uma força respeitável, uma espécie de fiel da balança. Porque abrir mão do que o PMDB representa hoje, diante da opinião pública, pode ser perigoso, pode ser precipitado. Não acho fácil. Sei que há constrangimentos, no PMDB atual. Constrangimentos que são facilmente assimiláveis. Mas já que estamos falando em termos nacionais, sabemos que há pensamentos diferentes. Tancredo Neves já disse uma vez, e eu me lembro bem, que na porta em que Miguel Arrais entrasse ele não entraria. Depois os dois terminaram entrando, porque muitas vezes as contingências empurram os homens públicos a enfrentar contingências que eles não prevêem. O importante é que tivéssemos uma organização partidária de verdade, em que cada um procurasse o seu lugar. Mas, se a gente for procurar isso, se a gente for atrás do sonho, for atrás do passarinho que está voando para deixar o que tem na mão, a gente pode decepcionar o povo brasileiro, os novos eleitores, os nossos contingentes de seguidores e isso pode ser fatal.

RN/ECONÔMICO — Como é que o deputado traçaria o perfil de um governante democrático para o Rio Grande do Norte?

GARIBALDI — Se fala muito nesse Governo democrático e participativo. Isso, no Brasil, ainda é uma utopia, por incrível que pareça. Não sei o que é que vem concorrendo, para que os



ditos Governos democráticos não realizem isso na sua plenitude. Eu acho, por exemplo, que no Rio Grande do Norte era hora de um governante dialogar. Eu não vejo dificuldades de, numa hora difícil como essa, um governante sentar-se numa mesa, dialogar com líderes empresariais, com lideranças de classes trabalhadoras, com estudantes, dialogar, enfim, com a sociedade. Não vejo porquê isso não aconteça. Não vejo porquê isso se constitua numa utopia. É difícil acreditar no que eu vi na frente da Assembléia: a Polícia jogando gás lacrimogêneo nos estudantes pelo simples fato deles quererem realizar uma passeata pelas suas reivindicações. E o Governo, num simplismo, numa inabilidade gritante, confundir isso com agitação, com convulsão social, impedindo isso. Eu acho que o dr. José Agripino não estava preparado para enfrentar esse estado de coisas. Então, está sendo difícil para ele esse Governo participativo, ele que teve uma brilhante vitória. Ainda era hora dele despertar para isso. □

Um jeito positivo de trabalhar

Uma pesquisa realizada por RN/ECONÔMICO, de modo aleatório e sem qualquer pretensão a trabalho definitivo, revelou que o Deputado Garibaldi Alves Filho é o político com menos arestas no Rio Grande do Norte. É um dado realmente surpreendente. Sobre tudo, porque ele pertence a uma família que tanto sabe cultivar adeptos como acirrados inimigos. Mais: o próprio Garibaldi, apesar de atencioso e conciliador, é um opositor combativo, implacável crítico do Governo, vigilante incansável da corrupção e incapaz de perder oportunidade de defender uma causa onde estejam envolvidos funcionários públicos e amplas faixas da população. A sua combatividade, pelo que RN/ECONÔMICO ouviu, não chega a gerar ódios ou rancores pessoais — o que é também um acontecimento muito raro na política do Estado.

SEM MARCAS — As discussões mais apaixonadas na calçada



do Café São Luiz poupam Garibaldi. Pelo menos, o poupam de ataques pessoais e de destemperos verbais usuais na calçada daquele Café no decorrer das discussões mais apaixonadas. Os governistas mais ferrenhos ou os dinartistas ortodoxos podem discordar dele e repelir as suas críticas, mas o respeitam como pessoa humana e o consideram livre de manchas e marcas. Durante alguns dias, há dois meses, começaram a surgir farpas diárias em órgãos do Governo contra certas posições de Garibaldi. Mas o efeito foi tão negativo que a aparente campanha de neutralização do seu nome cessou tão rapidamente como começou. A única dúvida que parece realmente pairar é: estará ele realmente preparado para exercer o cargo de Governador do Rio Grande do Norte? Essa dúvida surge mais do pouco conhecimento das qualidades de Garibaldi. Sua modéstia e ponderação têm escondido o brilho e a segurança de que é capaz.

Os problemas inesperados que cercam o Governador

Nos últimos dias, têm-se avolumado na imprensa diária denúncias e críticas ao Governo José Agripino, com abordagens que vão desde a suposta prática de corrupção na Secretaria da Educação, até uma extensa e polpuda lista de superfuncionários, os Secretários de Estado, que acumulam cargos a fim de engordar mais sua remuneração mensal. Os problemas surgem exatamente quando José Agripino atinge a marca de sete

meses de Governo e terão, certamente, desgastado a sua imagem, até então intocada, desde a campanha eleitoral. A tudo isso some-se o assassinato do Prefeito de Angicos, Expedito Alves, cujo grupo político-familiar insiste em dar ao crime feições de ordem política, o que não deixa de influir negativamente para o Palácio Potengi.

Agripino com problemas inesperados

Além disso, as acusações de perulário também incomodam o Governador.

O Governador, entretanto, tem demonstrado preocupação com tais acontecimentos e chegou a presidir uma demorada reunião na Secretaria da Agricultura, com toda a sua equipe de primeiro escalão e presidentes de empresas de economia mista, advertindo-os da importância e necessi-

dade de adoção de medidas de austeridade e mais: quando a imprensa publicar qualquer informação desabonadora de qualquer Pasta ou entidade a ela subordinada, o Secretário deverá imediatamente providenciar a resposta, esclarecendo de pronto o fato.

A reunião serviu para que surgisse a especulação de que Agripino reunira seus auxiliares para uma formal e vigorosa advertência, já que se-



Problemas vão ao Palácio

te meses são um tempo muito pouco para um tão grande desgaste. A partir dessa reunião, houve mesmo quem suspeitasse de uma ampla modificação no quadro de primeiro escalão, ejetando-se para bem longe aqueles que estejam fazendo papel mais comprometedor, como o Secretário do Interior e Justiça, Manoel de Brito, que admitiu de viva voz estar comprando carne para os estabelecimentos penais do Estado sem obedecer às regras de concorrência pública.

SAQUES E MULTIDÕES — Agripino, contudo, nega qualquer validade à informação de que estaria em iminente reforma de Secretariado, garantindo que todos merecem a sua confiança. Mas os bastidores políticos sustentam uma antítese: o Governador estaria apenas esperando a decantação dos acontecimentos, para, negando-se a agir sob pressão da imprensa e opinião pública, vir a fazer, em futuro mais tranquilo, todas as modificações anunciadas pelas folhas de Natal.

Tudo, na verdade, contribui para funcionar como obstáculo na pista estreita por onde equilibra-se o Governo. Assim, avolumam-se os problemas sociais, econômicos e financeiros, com o quinto ano consecutivo de seca, gerando fome, inexistência da safra e sensível queda no ICM de produtos agropecuários. Notícias de saques e multidões famintas chegam quase que diariamente às redações de Natal, ao mesmo tempo em que propagam-se notícias, por exemplo, de racionamento d'água para toda a cidade de Natal.

Além disso, verifica-se que até o momento, o Governo nada conseguiu, em termos administrativos. Mas, quanto a esse aspecto José Agripino tem assegurado que, partir de 84, começarão as obras, como resultado das inúmeras viagens que tem feito a Brasília, na busca de obtenção de recursos a fundo perdido, para aplicação nos diversos setores da atividade governamental.

ALCATEIA DE PROBLEMAS — Registre-se, também outro problema que funciona de forma a desgastar a imagem do Governador: o lastimável estado do Hospital Walfredo Gurgel, onde médicos ficam com salários atrasados e falta até mesmo gaze e esparadrapo para os mais corriqueiros atendimentos. Agripino, afinal,

vê-se atacado por uma alcatéia de problemas, muitos deles estruturais, como por exemplo, o excessivo centralismo de Brasília, que detém todo o poderio financeiro. Assim, manietado, o Governador sente crescerem as dificuldades, ao mesmo tempo em que aumentam as suas horas-vôo, em busca de recursos.

A centralização brasileira tem sido de tal forma negativa, que até a Sudene, que seria naturalmente o grande fórum de debates, exigências planejamento e impulso às soluções nordestinas, tem sido, no máximo, um anfiteatro de lamentações, com Governadores pedessistas chegando a fazer um veemente protesto silencioso ao Ministro do Interior, Mário Andreazza, pelo não atendimento de reivindicações de caráter urgente.

ESTRADA LARGA E BOA — Para complicar ainda mais a situação, os nove Governadores do Nordeste viram perder-se no tempo seus reclamos para que a Região passasse a ser uma prioridade nacional, uma proposta para a qual usaram até mesmo argumentos extremos, como a advertência de que toda a ensolarada e sofrida área do mapa pode vir a transformar-se num barril de pólvora facilmente incendiável, tal a gravidade da situação. E o Rio Grande do Norte, como um dos Estados mais pobres — apesar do grande potencial econômico —, é um dos que mais têm sofrido, repassando os maus acontecimentos à administração estadual.

O Governador, porém, prometeu, com ar enfático, que o próximo ano começará a marcar a presença física do seu Governo, com o aporte das primeiras dotações planaltinas. Espera-se. Enquanto isso, trabalhos grandiosos — apesar da polêmica —, como a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no Baixo-Açu, que já poderiam começar a render dividendos sociais, não têm uma maior função, a não ser a de fazer surgir um microclima. O grande projeto está pronto, continua a ser denunciado como um — perigoso — elefante branco, sem que seu potencial hídrico seja repassado, à falta de uma estrutura de irrigação.

O que é verdade, é que, em apenas sete meses, foi grande o acúmulo de falhas na administração estadual. Informações nesse sentido começavam a vazar com uma intensidade cada vez maior, o que demonstra duas coisas: além das falhas dos auxiliares, há um clima de descontentamento



Os apelos para o Ministro Andreazza

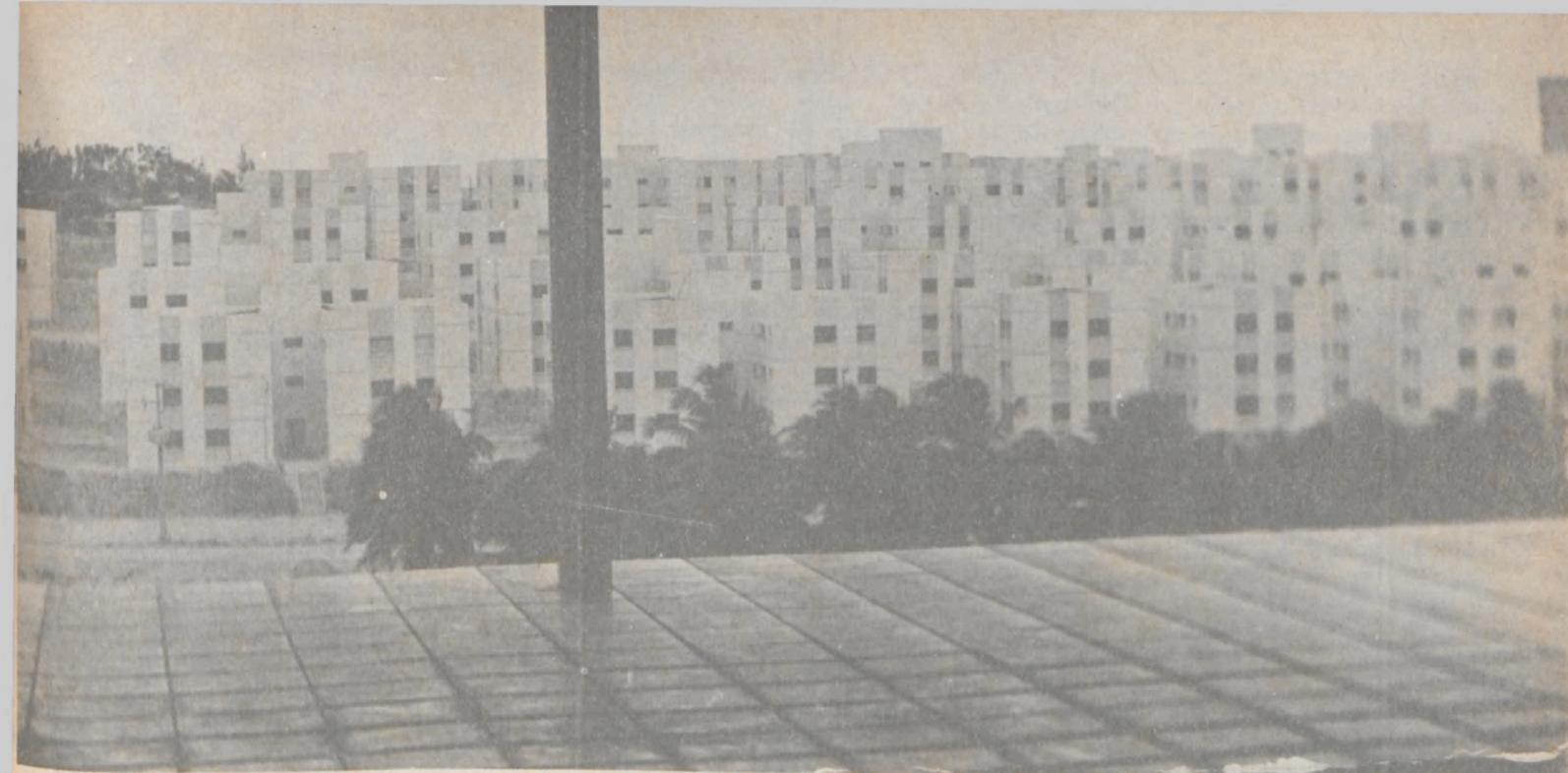


A equipe questionada

nos diversos setores funcionais do Estado, que fazem chegar às redações dos jornais de Natal informações que comprometem e dificultam o esquema administrativo, que, desacobertado em procedimentos não regulares ou duvidosos, acaba sempre virando manchete desairosa.

José Agripino, pessoalmente, tem demonstrado que não está satisfeito com a situação, chegando a irritar-se com jornalistas, ao ser insistentemente indagado a respeito de questiona-

mentos de sua equipe administrativa. Paradoxalmente, espera um melhor desempenho em seu segundo ano de mandato, quando tudo faz prever que serão ainda maiores o peso do encargo administrativo. De qualquer forma, com a chegada dos recursos e, quem sabe, uma equipe nova de auxiliares de primeiro escalão, comece a modificar-se a situação e o Governo ingresse numa estrada larga e boa, ao invés dos desvios e solavancos em que está metido. □



Conjuntos como o Bairro Latino: muita oferta para pouca procura, no momento

CONSTRUÇÃO CIVIL

Muita imaginação e jogo de cintura pela sobrevivência

E de dificuldades, apreensões e demissões — muitas —, a realidade da indústria da construção civil no Rio Grande do Norte, que vive a sua quota amarga de recessão — a calmaria econômica em que desmanchou-se o vento forte que movia esse até então robusto e vigoroso setor de lucratividade e absorção de mão-de-obra. O empresariado local, entretanto, não desanima e, mantendo os pés no chão, alicerçados na dura realidade, analisa o quadro e espera que haja uma mudança para melhor, mesmo que tímida e sem o arrebatamento que marcou um até então recente período, quando a idéia da casa própria era o principal item dos sonhos domésticos e os conjuntos habitacionais brotavam quase que mensalmente.

Hoje, entretanto, além do quadro recessivo que domina a economia, alia-se outro fator que inibe a área: o último e garroteante aumento nas prestações da casa própria causou pânico em todos os segmentos potencialmente interessados em tentar a aquisição, o que empurrou ainda mais para baixo o termômetro da construção civil. E as empresas do se-

tor, que dependem basicamente do Programa Nacional da Habitação para expandir atividades, gerar ICM e empregar mão-de-obra, viram-se de repente numa inesperada e preocupante orfandade, atirando-se agora a um implausível e mutável quadro de expectativas e dúvidas, esperando, igual ao sertanejo, que Deus dê bom tempo.

BNH NÃO FOGE À REGRA — Diretor de uma construtora de pequeno porte, o engenheiro Dirceu Holanda vê assim a questão da construção civil no Rio Grande do Norte: “Realmente, face à situação de recessão em que se encontra o País, e muito em particular o Nordeste, e ainda mais agravada no Rio Grande do Norte, não é boa a situação das empresas construtoras no Estado, em função da diminuição bastante acentuada que houve no volume de obras à disposição das mesmas para trabalho”.

O problema torna-se ainda mais complexo, adverte, já que a crise, como disse, é «exógena», só restando uma saída ao empresariado do setor: buscar os setores governamentais pa-

ra entendimentos, pressionando na medida do possível, com o argumento de que a cada dia torna-se crescente o surto de desemprego em todo o Estado. A empresa pequena, disse aliviado, tem entretanto uma relativa vantagem sobre a grande organização, pois, não tendo articulada uma complexa e dispendiosa estrutura administrativa, está livre desse ônus carregado pelas construtoras de maior porte.

Mesmo assim, salientou, manterá o quadro mínimo que tem e aí vê-se às voltas com um problema que vive qualquer empresa num período de recessão: manter o emprego, mesmo sem o necessário aporte de lucros. A crise, entretanto, tem obrigado a demissões, única forma de diminuir custos, disse, atingindo tanto o profissional de nível universitário, quanto o pedreiro qualificado. A tendência, então, é para a estagnação, acontecendo algumas vezes de pessoas demitidas virem em busca de emprego, posteriormente, encontrando, literalmente, a porta fechada.

Em seguida, afirmou: “Na situação atual, em que o País se encontra, de recessão, de falta de recursos para enfrentar os compromissos internos e externos, todos os mecanismos, todas as instituições que dependem de aportes financeiros, estão em dificuldades. O BNH não foge à regra. Entretanto, eu acredito que com as medidas que o Governo vem anunciando e vem pretendendo para médio pra-

zo, creio que a crise será paulatinamente, senão resolvida, pelo menos seus efeitos serão aplacados com o decorrer do tempo. Espero que a médio prazo todos nós saíamos dessas dificuldades, principalmente o Rio Grande do Norte, que é, do Nordeste, o Estado mais atingido pela seca”.

RECESSÃO BRUTAL — A visão de um dirigente de grande empresa construtora, Fernando Bezerra, Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte — Fiern, também não diverge da ótica da empresa de menor porte. Responsável pelos destinos de grande envergadura da Empresa de Construção Civil — Ecocil, Fernando, após definir o momento atual como «de extrema gravidade», advertiu para o inquietante fato de que «chegamos ao fundo do poço», e explicou porque: “As empresas, praticamente, concluíram as suas obras e desativaram inclusive o seu pessoal-base, de escritório, o que agravou ainda mais a crise de emprego na área do profissional de nível universitário”.

Apesar de apresentar um quadro tão difícil, Fernando Bezerra supõe que há uma expectativa ligeiramente favorável no horizonte. É que, a partir da modificação na forma de remuneração da caderneta de poupança — de trimestral, para mensal —, houve uma reação favorável por parte das entidades de crédito imobiliário. Analisa Fernando: “Isso, sem dúvida nenhuma, reativará um pouco a construção, principalmente na atividade imobiliária. No que concerne ao BNH, os passos são ainda muito tímidos, pois o BNH já está com recursos



Fernando preocupado com a recessão

comprometidos praticamente para todo o ano de 1984”. Em seguida, uma constatação: “Entretanto, é bom lembrar que nós não vamos jamais retornar ao ritmo de construção que tivemos ao final de 82, até dezembro, isso em decorrência inclusive do processo eleitoral, que foi estimulado por essas obras. Essa retomada não ocorrerá porque a construção civil não será exceção no Brasil, onde a crise atinge de certa forma a todos os setores. Nós, pela larga importância social do setor, empregando mão-de-obra não qualificada, vamos ser dos primeiros a serem reativados e isso deverá ocorrer por todo esse mês de outubro, quando a Caixa Econômica já abre os seus financiamentos, as entidades de crédito imobiliário, e o

BNH, em alguns projetos na área de Cohab, nos Estados”.

Resta, entretanto, um grande problema, que diz respeito à recuperação da confiança do mutuário, afastada aos primeiros berros do último e brutal aumento nas prestações, escorchando 130 por cento de reajuste, uma cifra sem precedentes em toda a história do BNH. O resultado disso, conta Fernando, foi uma grande quantidade ponderável de imóveis desocupados em todo o País: “E aqui em Natal, eu estimo que essa quantidade aproxime-se das duas mil unidades”.

Analisando o problema de forma global, disse antever uma expectativa favorável, mas fez questão de detalhar: “Mas tudo isso dependerá do



Desemprego aumenta com a crise na construção civil

comportamento da economia como um todo. Porque, enquanto nós não tivermos a nossa dívida externa renegociada e retornarmos a um caminho de normalidade, a economia como um todo viverá momentos de recessão brutal". Fernando revelou em seguida que as empresas, sem exceção, reduziram o seu quadro de pessoal, com demissões que atingem indistintamente desde o servente de pedreiro, até o mais capacitado mestre de obras, ou engenheiro.

Na questão, entretanto, entra um componente de ordem humana. Como as diretorias de construtoras são normalmente constituídas por engenheiros, um sentimento de solidariedade profissional tem impedido mais demissões, com as empresas, garante Fernando, mantendo um quadro acima de suas necessidades, já que, salientou, o empresariado sabe que qualquer profissional demitido não será absorvido pelo mercado de trabalho, que inexistente atualmente.

É DE CAOS — Também chamado a opinar a respeito, o Presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário no Estado do Rio Grande do Norte, Flávio Azevedo, Diretor da Construtora A. Azevedo, colocou inicialmente o problema de forma global, considerando que a situação no Estado é idêntica à de toda a Região e, por desdobramento, semelhante ao restante do País — vive-se um período de largas, angustiantes dificuldades, que surgiram e agravaram-se de forma vertiginosa.

Para dar uma dimensão da gravidade do assunto, chamou atenção para o fato de que desde o mês de janeiro desse ano não se contrata no Rio Grande do Norte nenhuma nova obra dentro da faixa de interferência do Governo. Isso significa dizer que, desde julho último, a situação é de quase total paralisação: "Até julho, se concluíram as obras contratadas em outubro e novembro de 82, obras essas contratadas através do Inocoop e Cohab. Elas têm prazo médio de oito meses para conclusão. Então, obras contratadas em dezembro, terminaram em julho, e obras contratadas em outubro, tiveram conclusão mais ou menos em junho. De modo que a quase totalidade das empresas que atuam na faixa do poder público se encontram neste momento completamente paralisadas".

Diante disso, advertiu, é bom que se lembre que a empresa de construção civil é a maior demandadora de

mão-de-obra, de insumos — pedra, cimento, areia, tijolo — atividades que envolvem uma contratação de mão-de-obra não especializada também em farta disponibilidade, reunindo assim em torno de si segmentos produtivos importantes e que estão, por via de consequência, paralisados, levando o desemprego e um expressivo contingente não qualificado: "A situação é de caos, eu diria até".

MORREU CURADO — As empresas, no entanto, afirmou, não vivem ainda um caos econômico, já que no Governo anterior, tiveram a

que no ramo é essencial o fator recursos humanos, seja a nível técnico, seja do ponto de vista de formação de executivos.

Assim, comentou, do ponto de vista econômico, ainda há empresas saudáveis, mas com a tendência de que, a partir do momento em que a situação financeira se esgota, para que se mantenham em funcionamento, fatalmente será comprometido o lado econômico: "E eu não sei até que ponto o empresário da construção civil vai querer comprometer a sua situação econômica, depois da financeira esgotada". Urge, assim, acrescentou, o surgimento de pelo



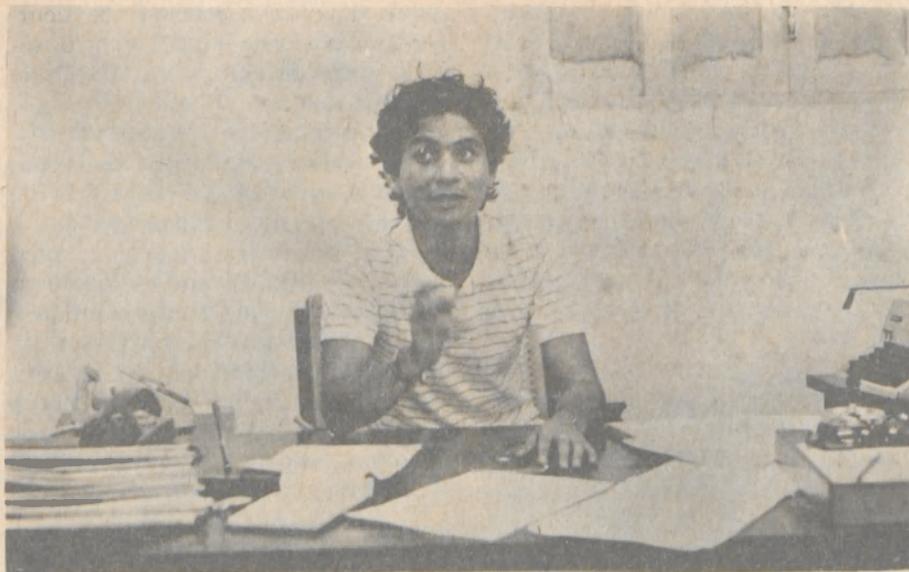
Flávio: Problema é em toda região

seu cargo um expressivo volume de obras, mas hoje, com a ausência de contratações, — "Que não é culpa do atual Governo, é culpa pura e simplesmente duma falta de recursos total por parte do BNH" —, a situação é bem diversa e ingrata, até mesmo, disse, o BNH exauriu os seus recursos durante o último período eleitoral, em virtude das circunstâncias políticas.

O caos financeiro, entretanto, já esvaziou cofres e rasgou faturas, trazendo o temor a todo o empresariado da área, contou, para então detalhar que, se desde janeiro, nenhum novo contrato foi firmado, significa dizer que esses recursos financeiros, recursos de caixa, estão sendo desmobilizados pelas empresas na tentativa de manter pelo menos um quadro mínimo de mão-de-obra, sabendo-se

menos uma perspectiva de programa habitacional. Em caso contrário, "as empresas não suportarão mais a manutenção do seu funcionamento".

Quanto a um futuro imediato, admitiu: "Eu estou meio descrente de perspectivas, porque a única perspectiva é que haja um reaquecimento ou uma solução para o problema da dívida interna. Eu não vou nem falar na dívida externa, que são duas coisas completamente diferentes, em que pese o problema da gerência da dívida interna estar sendo prejudicado pela excessiva atenção que o Governo está dando ao pagamento da dívida externa. A dívida externa pode ser paga em detrimento do parque industrial do País, em detrimento da economia nacional. Eu estou vendo a hora acontecer aquilo: o cara morreu, mas morreu curado". □



Jânio com muitos planos para TV-U

TELEVISÃO

Os novos caminhos para Televisão Universitária

Há pouco mais de dois meses a TV-Universitária está com um novo diretor. Trata-se do jornalista Jânio Vidal, sem nenhuma experiência anterior em televisão, mas um estudioso do assunto. Sua tese de mestrado foi sobre televisão privada como produto e produtora do sistema de modos de produção do sistema capitalista brasileiro dos últimos trinta anos — “TV no Brasil, a Videologia Consumista”. Passando da teoria para a prática, Jânio está enfrentando agora todas as barreiras impostas por uma televisão educativa, sem os mínimos recursos, ou mais exatamente, com recursos precaríssimos. Além da falta de equipamentos, a TV-U se depara com a falta de um quadro próprio de pessoal. Os profissionais que ali trabalham são funcionários da UFRN ou Secretaria de Educação e Cultura do Estado, que estão à disposição da TV.

Evitando se deter nos problemas e dificuldades da TV-U, Jânio Vidal diz que “uma boa televisão se faz apenas com equipamentos e bons profissionais. Ela se faz com boas idéias. Sem querer reeditar o princípio do cinema novo, pelo qual uma idéia na cabeça e uma câmera na mão era suficiente, nós podemos perfeitamente fazer um bom trabalho com pessoal e equipamento que dispomos”.

O novo diretor da TV deixa claro que não pretende trazer nenhum profissional de fora porque, na sua opinião, aqui tem bons profissionais, tem uma Faculdade de Jornalismo e a sua política foi aproveitar esse pessoal. Para chefe de reportagem do Telejornalismo, agora RN Notícias substituindo o 1983, ele convidou Edilson Braga, professor da UFRN e atuante na imprensa local; para a Diretoria de Produção, tem Jácio Fiúza, jornalista, com curso de especialização na Alemanha e na emissora há algum tempo, compreendendo todo seu processo produtivo; Diretoria de

Programação, Maurício Pandolfi, professor de Rádio-Jornalismo e ex-diretor de Produção; Diretoria de Administração, João Batista Fernandes, com larga experiência em administração (trabalhou no CEAG, BDRN) e professor da UFRN; na Diretoria Técnica permanece Ronaldo Ferreira, “que está no terceiro mandato aqui na TV. Um sujeito competente, que tem uma equipe bem entrosada”.

Segundo Jânio, essa nova diretoria tem procurado fazer um trabalho participativo, para que os vários setores da televisão não sofram de hipertrofia, nem de atrofia. “Nenhum setor vai trabalhar mais que o outro. Vai ter cargos e encargos dentro de uma equivalência e de um cronograma mais flexível quanto às decisões”.

PROGRAMAÇÃO — Pretendendo, segundo disse, partir agora para melhorar as condições materiais, Jânio Vidal diz ainda que não pretende mudar toda a programação, mas melhorar a qualidade formal desses produtos e adaptar também o conteúdo de toda programação à realidade do Estado. Sem, no entanto, desconhecer produtos que venham de fora, frisou ele, contanto que esses produtos obedeçam a um princípio de universalidade, “para que não haja cheques e conflitos mais característicos de uma colonização, de um imperialismo cultural”.

Partindo desse princípio, Jânio diz que a TV-U não pode ficar ilhada apenas às peculiaridades e valores do Estado, pois acredita que é preciso uma relação com outros valores e outras realidades, dentro da nossa brasilidade.

Jânio avisa que já está havendo uma descentralização no ensino das



Equipamento: primeiro problema

emissoras educativas e programas feitos na TV-U estão sendo incluídos na programação de outras emissoras. Como exemplo ele cita "Viajando o Sertão" produzido por Enoch Domingos, que a partir de janeiro vai ser veiculado nas emissoras educativas do Amazonas, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

"Infelizmente não conseguimos incluir nessa programação o Memória Viva, haja vista o teor específico de pessoas e fatos restritos ao nosso Estado", lamenta Jânio Vidal, afirmando em seguida que o programa Momento Rural está sendo aprimorado, para posteriormente ser incluído nessa programação. Novos programas, como "Nomes da Terra", também serão tentados para veiculação a nível nacional e Jânio garante que está tentando verbas para, a partir do próximo ano, fazer uma série desses programas, visando com isso resgatar figuras expressivas da nossa história, que por vários fatores ainda não tiveram sua participação histórica trabalhada pela TV. Dentre esses Nomes da Terra ele citou Elói de Souza, Pedro Velho, Juvenal Lamar-

tine, Alberto Maranhão, Augusto Severo, Rodolfo Fernandes, Café Filho, José Augusto, entre outros.

Planos Jânio tem muitos. Além de Nomes da Terra, ele quer trabalhar com a obra de Câmara Cascudo e explica que "até então as pessoas têm trabalhado com o homem, a legenda Câmara Cascudo". O ponto de partida será o livro "Locuções Tradicionais do Brasil". Outro plano é trabalhar com autores novos e a primeira experiência será com o teatrólogo Racine Santos. A TV-U vai adaptar os personagens Xexéu e Pedro Malazarte. Tratam-se de personagens que darão uma visão carnavalesca da nossa realidade, explicou.

Outra modificação que poderá ocorrer é com o Memória Viva, que agora será mais diversificado. Não está mais sendo apresentado por Carlos Lira (ex-Diretor da TV), mas por Vânia Marinho, e a produção está a cargo de Madalena Soares. Os próximos entrevistados são Nati Cortez (ufologista que foi filmada até pela TV americana), Ney Leandro de Castro, Tarcísio Maia, Deífilo Gurgel, Lavoisier Maia, Woden Madruga, "e pessoas de toda área de atuação e que estão em evidência".

"Estamos tentando atender a uma clientela muito vasta de telespectadores, em consequência da inexistência de um canal de televisão privado, sem esquecer que somos uma emissora estatal, não podemos, entretanto, desconhecer sua importância no atendimento de necessidades como lazer, desportos e entretenimento". Segundo Jânio, a TV pretende atender uma reivindicação antiga do telespectador, que é a exibição de filmes. Para o mês de novembro está prevista a exibição de fitas como Morro dos Ventos Uivantes, Oito e Meio e Cidadão Kane, entre outros.

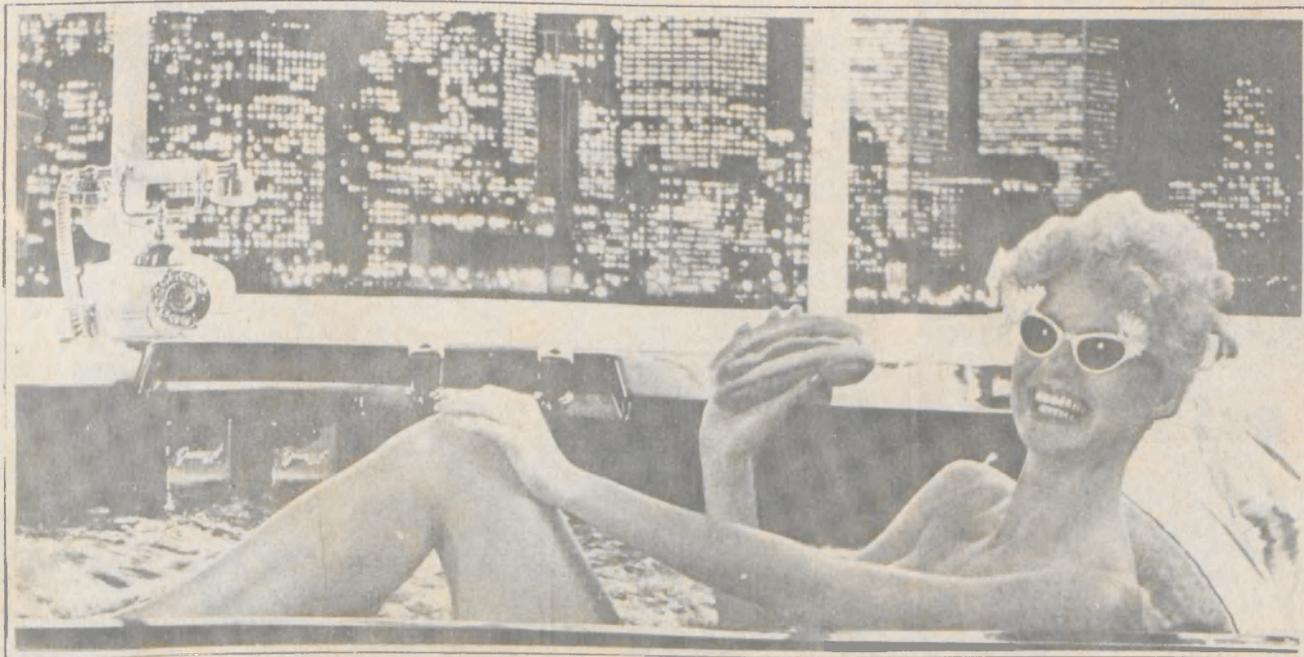
O telejornalismo, já com novo chefe de reportagem, está um pouco modificado. Disse Jânio que o Rio Grande do Norte, desde às primeiras imagens da TV tem sido invadido por conteúdo de outros Estados (Pernambuco e Ceará como exemplos) e a TV-U agora quer fazer um telejornalismo mais estadual e menos natalense.

"Queremos levar nossa imagem a um maior número possível de municípios, trabalhar com temas e pessoas de uma maneira mais estadualizada, mesmo que o material seja produzido em Natal".

CODIF TEM

Um Departamento Especializado em:
piscinas, equipamentos e acessórios,
sistemas de iluminação e som
subaquático,

produtos químicos
p/tratamento d'água, banheiras com
sistema de hidroterapia, bombas
hidráulicas e sistema de pressão.

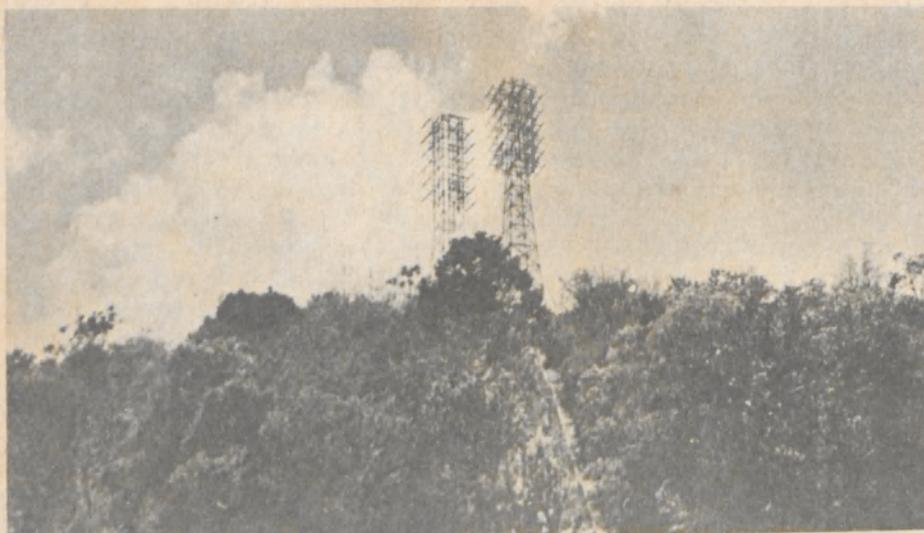


Com pessoal tecnicamente capacitado para orientar, dimensionar e construir sua piscina, obedecendo aos mais modernos padrões de qualidade e aos mais atualizados critérios técnicos para seu maior conforto e segurança.



Companhia
Distribuidora de Ferragens

Rua Dr. Barata, 190/192 — Ribeira
Fone: 222-3571 — Natal-RN



Técnica: questão complexa

META: EXPANSÃO — Atualmente a TV-U não atende nem a metade do Estado do Rio Grande do Norte (não tem transmissores suficientes que levem essas imagens) e diante disso, Jânio diz que está sendo elaborado um projeto arrojado, para levar a Televisão a todos os municípios. Mas para isso é necessário o apoio conjunto do Governo do Estado e do Reitor da UFRN, “que estão dispostos a tentar esses recursos nas instituições onde esses recursos podem ser alocados”.

Com planos de expansão, Jânio no entanto deixa claro que a prioridade da TV-U é o setor pedagógico que, através do Sitem (Sistema de Telecomunicações do Rio Grande do Norte), atende apenas 35 municípios, um total de 25.624 alunos, orientados por 839 professores. O trabalho é feito basicamente com o ensino de 1.º grau.

Jânio Vidal reconhece ser difícil a manutenção desse sistema, devido à necessidade de apoio logístico, que deve ter o mínimo possível de falhas. Ele argumenta que a quase totalidade das escolas fica localizada no meio rural, com acesso muito difícil, “estradas carroçáveis e sem energia elétrica. Lugares distantes onde a TV instala um aparelho funcionando a bateria. Esse aparelho é ligado pela professora em hora pré-determinada e a audiência de todo material é acompanhada por técnicos devidamente qualificados que, sistematicamente fazem avaliação, para perfeita integração de alunos, professores e o sistema de teleducação”.

Para o diretor da TV-U, os resultados são os melhores possíveis. A televisão vai, fundamentalmente, nos locais de ensino mais tradicional é feito com muita dificuldade e de forma bastante atrasada, concluiu. □

redor e à sua disposição as diversas marcas de veículos, quer sejam novos ou usados. O Feirão do Carro e da Moto, de acordo como afirmam seus promotores, é uma oportunidade de se adquirir o veículo com uma queda de preço de até 30% do seu valor comercial. E, até o sistema de leilão se utiliza na comercialização de carros e motos com o advento dessa nova tática de vendas desenvolvida na cidade.

No dia 17 de julho deste ano aconteceu em Natal o primeiro Feirão do Carro — aí não entraram motos — quando o estacionamento do Bompreço ficou teoricamente lotado com veículos de todas as marcas e modelos, distribuídos em «stands» das revendedoras autorizadas. Expuseram-se em torno de 150 carros. Venderam-se 18 unidades, registrando um movimento financeiro na casa dos Cr\$ 20 milhões. Já no dia 18 de setembro, outra feira. Cento e sessenta carros e 40 motos. Vinte e um veículos comercializados. E, agora, no próximo dia 27, acontecerá a terceira feira, quando serão expostos 200 carros e 60 motos. Nessa oportunidade, além da presença da Chevrolet, Volkswagen, Ford e da Fiat serão expostos também o «Selvagem», fabricado aqui em Natal.

A IDÉIA EM PRÁTICA — Considerado expert em assuntos automobilísticos, o empresário Fernando Siqueira teve a idéia de se realizar aqui em Natal um Feirão de Carros Novos e Usados. Haja vista à crise que enfrenta a comunidade automobilística, a idéia foi prontamente acatada pelos revendedores autorizados da

VEÍCULOS

Na feira crise está sendo contornada

Local onde se realiza o «Feirão»: pátio do estacionamento do Supermercado Bompreço. Dia: apenas um domingo, das oito às 15 horas. A iniciativa proporciona às empresas do setor — revendedores autorizados —, em um dia, comercializarem seus veículos, fazendo negócios considerados satisfatórios. E, quanto ao cliente, a comodidade de ter ao seu



A feira tem sido boa saída



Feira livre do automóvel em São Paulo: base da idéia

praça, compreendidos por Natal Veículos, da Chevrolet; Savel, da Fiat; Seridó e Marpas, da Volkswagen e a Granorte, concessionária Ford. Aconteceu a primeira feira, registrando Cr\$ 20 milhões em vendas. Já para a segunda feira houve de imediato a adesão da Honda e da Yamaha, revendedores de motos, comprovando-se, então, a validade da idéia.

Na concepção do promotor da Feira, Fernando Siqueira, a iniciativa almeja alcançar objetivos distintos. Primeiro, evidentemente, a comercialização, em virtude da atividade automobilística não só do Estado, como de todo o País passar por uma fase de transição de mercado, dando consequência à redução nas vendas. E nessa oportunidade que a empresa concessionária divulga sua marca e, consequentemente sua operacionalidade. Mostra sua máquina de vendas. Quanto ao cliente, a comodidade de, na mesma hora e no mesmo local ter a seu dispor, praticamente, todos os tipos de carros e motos nacionais. E, como trata-se de uma Feira, os carros são vendidos por preços bem mais em conta.

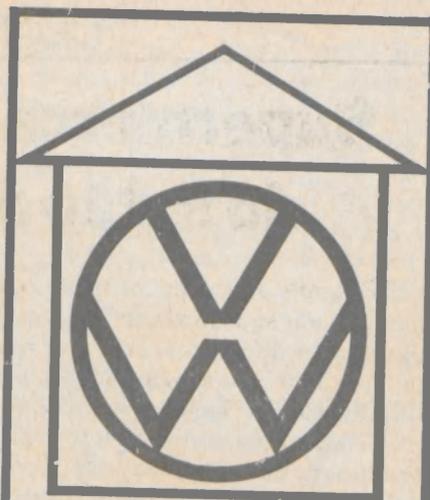
CLIENTE INDECISO — O que se observou nas duas Feiras anteriores é que o cliente chega à exposição indeciso do que vai comprar. Muitos vêm apenas «olhar o movimento». Olham carro por carro, marca por marca e, após uma verdadeira «vistoria» de qualidade e preço se decidem. Os carros «zero» têm sempre o preço abaixo da tabela. Os usados, nem se

fala: vão até para leilão. Aí, estipula-se o preço mínimo e leva quem der mais.

A Feira do Carro e da Moto que vem se realizando quase que mensalmente em Natal, afirmou Fernando Siqueira, «vende mais carros usados, pois é justamente com esses veículos que existem mais condições de negociação. O carro novo também é vendido. Natal, com especialidade, é uma cidade onde as pessoas dão muita importância ao seu status. E, status é carro novo. Mas, só está comprando carro novo quem vive hoje uma situação, realmente, muito boa», acrescentou.

LEVA NA HORA — Não só as concessionárias autorizadas de vendas de veículos se engajaram à Feira do Carro e da Moto. As financeiras lá estão também presentes. O Serviço de Proteção ao Crédito — SPC —, excepcionalmente, abre nesse dia. Conclusão: o carro ou a moto é entregue na hora. A troca também se processa naquele momento, sem maiores burocracias.

Para a próxima Feira do dia 27 as concessionárias prometem ser um domingão de bons negócios. Tanto para as firmas, como para os compradores. O promotor da Feira, por sua vez, adianta que a Feira de Carros e Motos pode proporcionar à família um dia de lazer, pois foi organizada uma razoável estrutura de apoio que vai desde restaurantes e lanchonetes, até mesmo parque infantil para a garotada brincar. □



CASA DO VOLKS



Agora, além da qualidade dos serviços, ainda mais conforto e proteção para seu carro. E tudo em peças, acessórios e tintas.



Carburador

Gurgel & Oliveira
Comércio e Representações Ltda.

Av. Prudente de Morais, 1304
Tel.: 223-2488

Supermercados descreem do listão da economia

Há alguns anos que o Brasil vem acumulando sua dívida externa e há alguns anos que o brasileiro vem «pagando o pato» dos atos do Governo. A inflação sobe a índices estarrecedores —falam que somente neste mês de outubro ela chegou a mais de 17 por cento — e a população inteira, principalmente da classe média abaixo, fica com a mão na cabeça sem saber o que fazer do parco salário que recebe. É que dizer então da classe pobre, hoje transformada em flagelada, sem ter o mínimo necessário para o alimento de cada dia? O Governo tem criado e adotado medidas visando diminuir a inflação, algumas das quais nem chegam a convencer. Uma dessas medidas foi o «acordo de cavaleiros» feito recentemente entre o Governo e os supermercados, para o congelamento de preços de trinta produtos a cada mês, por um período de tempo indeterminado. Dessas lis-

tas, que são feitas mensalmente, escapam o feijão, leite, açúcar, arroz e óleo, e são incluídos enlatados em geral, produtos de limpeza e outros tantos produtos dispensáveis, e muitas vezes desconhecidos da faixa pobre da população.

O acordo funciona da seguinte maneira: no caso específico do Rio Grande do Norte, a cada mês os supermercados se reúnem e elegem 30 produtos que podem ter seus preços congelados e se um desses produtos sofrer um aumento exagerado, será substituído por outro. (Segundo comentário de algumas donas-de-casa, esses produtos são aumentados antes do congelamento)

TRATAMENTO COM ASPIRINA

— A grande dúvida dessa política do Governo é se, realmente, pode combater a inflação. Na opinião do Presidente da Associação dos Supermerca-



Listão dos supermercados: pouco efeito

dos do Rio Grande do Norte, Kalil Hasboun (da Diretoria do Mini Preço), isso é uma medida de quem quer tratar do apêndice com aspirina.

MANOEL MONTEIRO FILHO

A crise no Brasil tem servido para esconder a comodidade de muita gente, principalmente daqueles que nada fazem para evitá-la.

A crise deve ser encarada como uma oportunidade de renovação de idéias e não como um gigante impiedoso que devora. Precisa-se, na época de crise, um espírito combativo, criativo e sobretudo persistente para que em momento algum demonstre-se sinal de fracasso.

A época não é de recuar, mas sim de avançar. Avançar de maneira planejada, madura, com controle, na função de agente direcionador das incertezas, pois não existe desenvolvimento sem crise, e os administradores são testados nestes momentos de desafios, on-

de a técnica deve-se aliar ao bom senso e as experiências passadas, na antevisão dos problemas e das oportunidades, como condição primária no vencimento às adversidades.

Portanto, para toda esta turbulência de desemprego, de recessão econômica, de falta de recursos, de desornamento total da economia, conceituada de crise, mais do que nunca as empresas necessitam de objetivos claros, acreditar nos seus recursos humanos, desenvolver na equipe um clima de confiança no futuro, exercendo uma liderança no grupo, com disciplina, respeito mútuo e um clima de confiança e sinceridade, desenvolvendo sua própria tecnologia.

Estes novos tempos exigem «pensamento grande» para o crescimento, com a renovação dos conceitos antigos e a quebra das limi-

tações mentais dos gerentes para que estes raciocinem como empresários, de forma irrestrita, exercendo a empresa sob a ótica de um processo administrativo, onde o sucesso desta dependerá da coordenação dos seus recursos humanos, financeiros, tecnológicos assim como da capacidade de abrir novos mercados.

Normalmente, em épocas como esta, espera-se pelo surgimento de um herói, capaz de solucionar os problemas da organização. Este herói não existe configurado em um ser humano. Este deve ser todos, do Presidente ao auxiliar mais humilde, os quais de sua consciência devem passar a produzir um produto final de baixo valor agregado dando-lhes melhores condições de concorrência. Ainda falta na maioria das empresas esta paridade, custo X resultados, o que

Administração e



Ele acha que "o Governo deve tomar medidas muito mais amplas no contexto geral da economia, para controlar a inflação, porque os super-

mercados, eles não causam inflação".

Segundo Kalil Hasboun, supermercado é uma firma que vende serviços, não vende produtos: "Quem vende produto é o próprio fabricante, o produtor, que é quem decide o preço final, o preço de custo. Os supermercados trazem esses produtos de longe, apresentados em grande volume ao consumidor". Frisando sempre ser sua opinião pessoal, ele diz que o primeiro passo para combater a inflação, o passo mais importante, é a valorização do dinheiro.

"Com esta valorização, o dinheiro mantém seu poder aquisitivo e logicamente resolverá o problema de salários e eliminará o aumento frequente de preços dos fabricantes", explicou.

O sr. Kalil Hasboun evita de responder diretamente se essa política do Governo é incompatível com a política dos supermercados, mas afirma que "qualquer coisa que o Governo peça, a gente está pronto para atender, dentro de nossas possibilidades". Para combater a inflação, é necessário a colaboração de cada um, porque o povo em geral precisa colaborar e ter uma grande influência sobre isso, diz o Presidente da Associa-

ção de Supermercados, frisando que é necessário que se acabe com a obsessão que a inflação se transformou.

De qualquer forma, deixa claro Kalil Hasboun que essa política adotada "é de nosso interesse, porque é nosso interesse a estabilização da economia e combater a inflação, porque a inflação dificulta nosso trabalho, aumentando nossa despesa e desmantelando todos os nossos planos para o futuro".

BENEFICIA SÓ O CONSUMIDOR

— Para José Geraldo de Medeiros, um dos diretores da rede de supermercados Nordeste, essa medida beneficia somente o consumidor, embora não chegue a causar prejuízos aos supermercados, ele apenas deixa de ter lucro, frisou. Ele também não acredita que a inflação vá cair, mas afirma que poderá amenizar «um pouco» a situação, vez que os preços serão estabilizados e pelo menos evita de aumentar.

Informou ainda José Geraldo que os supermercados estão se reunindo para tentar, com os fornecedores, a estabilização dos preços dos produtos que serão congelados: "Está se fazendo todo esforço para evitar prejuízo", argumentou. □

m época de crise

contribui para gerar ou agravar a crise. Não bastam apenas os métodos de trabalhos, se por traz destes não existe um querer esclarecido e inteligente da equipe. O momento, portanto, exige lucidez das pessoas, comandantes e comandados, não de forma pessimista mas sim de forma necessária. É aí onde surgem as lideranças.

A época é difícil, não resta dúvida, mesmo assim prefere-se o «susto ao bom conselho», uma vez que chega-se até a prever-se tendências ou diagnosticar-se sintomas, mas, ainda não existe nos empresários a credibilidade necessária, os quais preferem «remediar do que prevenir» situações que certamente poderiam ter sido evitadas, onde perde-se ou pelo menos deixa-se de ganhar.

A estrutura das nossas empresas é familiar, e provavelmente

continuará sendo por muito tempo ainda, mas para isto, estes, deverão profissionalizarem-se para que no futuro não venham a perder aquilo que outrora lhes custou caro, pela parte social e afetiva dos seus antepassados. Têm-se conhecimentos de empresários bem sucedidos que não formaram os seus sucessores e que após o desaparecimento do líder maior, destruiu-se a fortuna construída ficando apenas à memória para a posteridade.

A empresa não deve ser considerada apenas como um patrimônio familiar, mas também como pólo de desenvolvimento econômico e social, geradora de empregos e impostos.

Agora mais do que nunca, as empresas estão sofrendo uma mudança radical na sua administração, e por isto exige um maior co-

nhecimento de causa. A Diretoria deve aproximar-se do operacional, do dia-a-dia para conhecer de perto os problemas enfrentados, para quem sabe, compreendê-los melhor.

O homem nasceu para a luta, não para a guerra e por isto mesmo, neste momento, está frente a frente ao célebre desafio que é o de mostrar a si próprio sua capacidade de ressurgir, de revitalizar-se num mundo onde a ordem do dia é o pessimismo, é o desenganho, é a mal interpretada crise.



— Manoel Monteiro Filho — Professor do Dept.º de Administração da UFRN e Gerente de Administração do Supermercado Nordeste Ltda.

As previsões são muito tristes: só acima de nada

Está chegando o final do ano, e com ele as pessimistas previsões de mais um ano de estiagem, estiagem essa que se prolonga, não só no Rio Grande do Norte, como em todo o Nordeste, há cinco longos anos. Esse espaço de tempo foi suficiente para deixar quase a zero a produção do algodão, a nenhuma produção de milho e feijão (a chamada cultura de subsistência) e cair, aproximadamente, 60 por cento da criação bovina, além dos quase 150 mil flagelados alistados no Programa de Emergência do Governo Federal que, por um trabalho em obras públicas, são sujeitos a um salário de Cr\$ 15.300,00 mensal.

O quadro agrícola no Rio Grande do Norte chega a ser desolador e segundo informação do Secretário de Agricultura, Geraldo Gomes, há previsão de que a safra de algodão, este ano, atinja no máximo 20 por cento do que foi produzido no ano passado. "que já foi uma safra pequena", frisou o Secretário. Enquanto isso, a safra do milho e feijão foi perdida 90 por cento, salvando-se apenas os 10 por cento da produção no litoral e

na Zona Agreste. O arroz, normalmente produzido em pequena escala no Estado, foi perdido totalmente.

Disse ainda o Secretário de Agricultura que, de todo o Estado, as regiões mais atingidas pela seca foram a do Seridó, além das cidades próximas a Mossoró, Angicos, Lages, Afonso Bezerra, o que significa a quase inexistência da produção agrícola.

DECRÉSCIMO DE OVINOS —

Não só o setor agrícola, como o agropecuário foi atingido duramente pela estiagem prolongada e o sr. Geraldo Gomes acredita que o rebanho bovino do Estado foi descartado em cerca de 60 por cento, o que significa em nú-

meros cerca de 400 mil cabeças de gado a menos de um rebanho de aproximadamente 900 mil bovinos. O Secretário frisa que desse percentual, morreram poucos, pois os motivos dessa queda é o corte e a venda para outros Estados como Alagoas, Sergipe e até o Ceará.

Embora em menor número, os rebanhos caprino e ovinos também foram reduzidos, talvez com um prejuízo em torno de 30 a 40 por cento, informou o responsável pelo setor de Veterinária da Secretaria de Agricultura, dr. Tadeu. Ele argumentou que esse decréscimo foi pequeno porque se tratam de animais de fácil adaptação em clima semi-árido.

Segundo disse, houve uma grande queda no rebanho até 75, devido à falta de controle na comercialização, "mas daí para cá esse rebanho vem aumentando", confessou, informando a seguir que o rebanho de caprino hoje aproxima-se de 180 mil, enquanto o rebanho de ovino chega a 280 mil.

Levando em consideração a adaptabilidade dos ovinos e caprinos ao nosso clima, o Governo elaborou uma programação — em termos de Nordeste, para incentivar a criação de tais rebanhos, porém falta uma complementação, afirma Tadeu, no que diz respeito ao incentivo à infra-estrutura: "É preciso que se faça cerca para a criação de caprino e ovino", completa Tadeu. □



Estatísticas sempre para baixo

As estatísticas no Rio Grande do Norte nos últimos cinco anos são tão desanimadoras que praticamente ninguém mais se dá ao trabalho de quantificá-las. Chocar, elas não chocam mais. Está à vista o estrago produzido por cinco anos de seca. Até no terceiro ano, alguns órgãos ainda estavam se empenhando em manter-se afins com os dados obtidos ao correr dos prejuízos de cada safra. Depois, não houve mais necessidade porque, de certo modo, o Estado deixou de produzir simplesmente em sua agricultura. Não há saída e muito menos o que fazer. Quan-

do as coisas atingiram um grau elevado de complicação, a crise deixou de atingir puramente a safra e passou a espalhar-se também pelos próprios órgãos do Governo que vinham cuidando das providências, como a Emater. Se, nos primeiros dois anos da seca, a Emater-RN dispunha de uma estrutura razoavelmente bem preparada para captar os prejuízos e até mesmo documentar a situação (foi, então, exibido na Festa do Boi de 1981 um dramático, mas bem cuidado audiovisual documentando a seca no interior) depois ela tratou foi de cuidar de si própria, porque

sua estrutura também passou a ficar abalada. A crise saiu do campo para a cidade, levando tudo de roldão.

Atualmente, a palavra de ordem é sobreviver. O orçamento do Estado mal dá para pagar o seu funcionalismo. O Governador José Agripino já admitiu que estará fazendo toda sorte de esforços para manter os pagamentos em dia até o fim do ano. Os flagelados invadem cidades em busca de comida. E tudo isso está dispensando contabilidade, preciosismos dos números. A única coisa que realmente importa, atualmente, é saber se vai haver alguma chuva até março. Já a partir de agora os olhos e as esperanças estão de novo voltadas para o Piauí porque, como é de praxe, quando cai chuva por lá é sinal de que vai haver um bom inverno no Rio Grande do Norte.

As boas perspectivas para os próximos anos

Interrompendo os cinco anos consecutivos da seca que assola toda a economia do Estado, com amplos e negativos efeitos sociais, os dois próximos anos serão de inverno irregular, o que, por mais irônico que pareça, já significa uma alteração para melhor, no atual quadro de dificuldades: pelo menos, haverá alguma água. A observação é do Secretário do Interior e Justiça, Manoel de Brito, ao analisar a difícil conjuntura suportada pelo Rio Grande do Norte. Disse ele, ao abordar o problema:

"Nosso Estado sofre há cinco anos em decorrência da prolongada estiagem, que afeta todo o Nordeste. Os efeitos são maléficos, porque, cinco anos quase sem produção, afetando o algodão, os cereais, afetando de uma maneira violenta a pecuária, tudo isso só pode trazer muito contratempo, e muita dificuldade para aqueles que lutam e progridem nesse setor".

Com relação às informações de que ainda viriam mais dois anos consecutivos de seca, negou, afirmando que o Centro Técnico-Aeroespacial — CTA, de São José dos Campos, São Paulo, fez estudos relativos ao assunto, prevendo para o período os dois anos de inverno irregular. Acentuou Brito:

"Há uma diferença entre um ano de seca e um ano de inverno irregular. Nós tivemos, por exemplo, o ano de 58, que foi totalmente seco, mas, em 1981, nós tivemos no Nordeste inclusive inundações, como foi o caso aqui de Santa Cruz e Campo Redondo. E ocorreu em outros Estados, como o Piauí, Bahia. Então, eu creio que as previsões do CTA, que até agora, lamentavelmente, têm sido confirmadas, eu creio que elas também o serão no que se refere aos anos de 84 e 85", e complementou:

"Assim, pelo menos, nós teremos água. Graças a Deus, a previsão é de que nós teremos água. São anos irregulares, mas em que os açudes encherão e nós teremos pelo menos água para alimentar os rebanhos e a população".

TRABALHADORES FAMINTOS

— Chamado a falar a respeito das



Por ora, as coisas continuam ruins

continuadas ocorrências de saque no interior do Rio Grande do Norte, expressou preocupação com o problema, para em seguida admitir que têm origem social: decorrem do quadro de dificuldades que assola todos os segmentos da economia, levando o homem do campo a tomar atitudes que, em anos de produção normal, jamais adotaria.

Para Brito, o «desespero» das populações famintas do interior do Estado levam à formação dos grupos que arrombam armazéns à procura de comida. Afirmou o Secretário: "Vejo esse assunto com apreensão. Por outro lado, assisto diuturnamente às providências que o Governo do Es-

tado imprime, com o apoio do Governo Federal, para que os alimentos cheguem às frentes de trabalho. Não apenas para impedir os saques, mas sobretudo para dar apoio às populações flageladas da estiagem".

No Rio Grande do Norte, disse, aproximadamente 200 mil pessoas estão alistadas junto ao Programa de Emergência, um esquema montado pelo Governo Federal via Sudene, para dar emprego e uma pequena remuneração mensal aos trabalhadores famintos, que, a troco de Cr\$ 15 mil e 300, recebidos sempre com um grande atraso, fazem obras como açudes, cacimbas e escavam poços, além da construção de cercas.

A Emergência conta com a participação da mão-de-obra feminina, cuja presença foi destacada por Brito. Disse a respeito: "A mão-de-obra feminina, como é notório, é óbvio, ela não pode ser considerada em termos

de força de trabalho em iguais condições às do homem. Consequentemente, a mulher inscrita na Emergência, tem uma participação relativa, mas nunca poderia ser considerada como um entrave, porque há muitas formas da mulher colaborar com o Programa de Emergência".

E acrescentou: "Não é cavando açudes, nem carregando carrinhos de mão, nem na xibanca, nem na pá, que a mulher vai trabalhar, ela tem outras formas de trabalhar. Trabalha como barraqueira, trabalha como auxiliar nas creches, trabalha assistindo crianças que estejam dependendo desses cuidados, enfim, até mesmo na distribuição de alimentos as mu-

Iheres podem trabalhar. De modo que não é só no pesado que elas participam do Programa de Emergência”.

CARÁTER HÍDRICO — Questionado quanto à validade das obras em construção, especialmente no que refere-se à preservação dos recursos hídricos, garantiu que todas as atividades voltam-se para o aspecto social ou seja: há uma preocupação quanto ao armazenamento líquido, a fim de que outros períodos de estiagem venham a ser melhor enfrentados do que na atualidade, onde o número de açudes, cacimbas e poços é insuficiente. Afirmou Manoel de Brito:

“O Programa de Emergência, atualmente, volta-se exclusivamente para a construção de obras hídricas de caráter permanente. Na seca de 79, 80 e 81, houve uma variedade de obras executadas, que não eram de caráter hídrico. Nós fizemos através da nossa Secretaria obras como construção de estradas, prédios públicos, construção de sistemas de abastecimento d’água, de cisternas, enfim uma gama de empreendimentos que não se restringiam à finalidade hídrica”. E continuou:



Brito: só obras hídricas

“No atual período, entretanto, o Governo Federal determinou, e está sendo observado por todos os órgãos executores a construção exclusiva de obras de caráter hídrico e permanente. Ora, se assim está ocorrendo a cargo dos órgãos executores, Batalhão de Engenharia, DNOCS e Governo Estadual, é óbvio que ao fim da execução do Programa, nós temos

um grande número de barreiros, açudes, cisternas, poços perfurados e que certamente influirão positivamente no primeiro inverno que nós tivermos eu acredito, que, mesmo não sendo regular o inverno do ano que entra, creio que nós já tenhamos condição de utilizar essa estrutura que está sendo edificada pelo Programa de Emergência”. □

Esforço concentrado

A sociedade norte-rio-grandense está apática, senão omissa, diante de um problema que interessa, de forma vital, ao futuro de nosso Estado: a conclusão da Fábrica de Macau.

Esse projeto, o mais importante que atualmente se desenvolve na área da SUDENE, se é relevante para o País e a Região, apresenta-se indispensável para a economia estadual.

Como sabemos, o Rio Grande do Norte é um dos Estados de menor desenvolvimento relativo ao Brasil, com escassas oportunidades de investimento e onde a maior parte de seu território se localiza no semi-árido. Com uma agropecuária frágil, porque vulnerável ao flagelo da seca periódica, e uma indústria baseada em atividades tradicionais, sem perspectivas de expansão, restaria a alternativa da mineração, que, entretanto, está

entregue a grandes empresas, num sistema de produção caracterizado por diminuta repercussão no mercado de emprego e na arrecadação estadual.

A idéia do complexo químico-metalúrgico em 1970 foi arrojada, porque inspirada na exploração de um conjunto de atividades industriais modernas, como a produção de barrilha, de magnésio metálico, dos sulfatos de potássio e sódio, a partir das águas-mães, bem como a integração vertical da indústria de tungstênio e o aproveitamento de ocorrências ferríferas para produção de guza e para a implantação da metalurgia. Mas os estudos posteriores desestimularam alguns desses investimentos, restando hoje como viáveis, a médio prazo, apenas as unidades para produção dos sulfatos de potássio e sódio, e, num lance subsequente mais dilatado, as de magnésio. Assim o projeto de Ma-

cau é a única alternativa válida de investimento, com viabilidade a curto prazo.

Analisemos os benefícios que a fábrica de barrilha trará para o Estado. Em primeiro lugar, a indústria salineira, permanentemente em crise, receberá notável incremento, considerando-se o aumento da demanda entre 305.000 toneladas/ano de sal na primeira fase e 610.000 na segunda, significando praticamente 13% e 26% da produção em 1982. Isto representará um incremento, na receita estadual de ICM, entre 15% e 30%, fortalecendo a capacidade financeira do Estado e ampliando seus investimentos para mais empregos.

Outro setor que se beneficiará diretamente da atividade, é o de transporte, dado o volume de carga gerado.

Além disto, a Fábrica, quando operar, propiciará cerca de 1.200

Projeto Natal não agrada médicos — nem os pacientes

Remuneração ridícula, sobrecarga de trabalho, distorções nas metas pré-estabelecidas, falta de infra-estrutura na rede de saúde. São estes, em linhas gerais, os principais problemas apontados pela comunidade de profissionais de saúde, através do médico Paulo de Medeiros Rocha, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte, com relação ao Projeto Natal, já há dois meses em caráter experimental em 23 Centros de Saúde do Estado. Este programa, implementado conjuntamente pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, Governo do Estado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Ministério da Saúde contempla, em suas metas prioritárias, a descentralização e hierarquização dos serviços de saúde do Inamps, mediante um atendimento em caráter

primário nos próprios Postos de Saúde da rede estadual, de forma a que algo em torno de 80 por cento dos casos sejam resolvidos ali mesmo e apenas os casos que requeiram um tratamento mais especializado sejam encaminhados aos Postos do Inamps.

“O Projeto Natal, na prática, tem gerado distorções de seus princípios de funcionamento, conforme as linhas gerais do Conasp (órgão da Previdência responsável pela elaboração do Projeto). Há uma dissociação entre o Projeto no papel e a sua concretização”, segundo Paulo Rocha. Dentre tais distorções, ele cita a falta de discussão ampla do Projeto, atitude que considera antidemocrática, haja vista que essa discussão estava prevista inicialmente na proposta elaborada pelo Conasp. De acordo com Paulo Rocha, essa discussão deveria

passar pelo crivo das associações de bairro, levando informações à população beneficiária, bem como, e principalmente, aos foros das entidades de profissionais de saúde, pelo motivo óbvio de envolver o trabalho desses profissionais.

Na ausência de uma e outra coisa, Paulo Rocha observa que mais uma vez “prevalece, a nível local, o autoritarismo, ao contrário do que sucedeu em outras regiões — caso do Projeto Niterói, por exemplo, onde a proposta foi submetida a ampla discussão antes de ser levado a efeito na prática.

RECURSOS HUMANOS — Outro grave erro na introdução do Projeto Natal se situa, segundo Paulo Rocha, na política de recursos humanos. Observa ele que as entidades médicas de todo o País levaram suas reivindicações ao Inamps no sentido de que houvesse uma ampliação no mercado de trabalho, através da contratação por concurso público, de mais profissionais, com destaque para uma remuneração condigna desses profissionais. “Na prática”, diz ele, “constatamos que nenhuma dessas reivin-

empregos diretos e 3.000 indiretos, em Macau e Natal, onde no momento praticamente inexistem oportunidades de emprego.

Pois esse projeto, de tanta significação para nós, enfrenta dificuldades que, embora oriundas da conjuntura atual que reduziu todos os programas de investimentos do Governo, não nos devem levar a uma atitude de inércia fatalista, mas a uma posição de luta, sacrifício e garra, envolvendo todas as forças comunitárias do Estado, suas lideranças políticas de todas as matizes, empresariais, a Igreja, a imprensa, os trabalhadores, enfim todos os segmentos da nossa sociedade.

Vamos dar esse exemplo de união pelo bem comum.

Nossos vizinhos da Paraíba brigam muito, como nós, exaltam-se, odeiam-se, têm os mesmos pecados da radicalização e da ambição do poder. Mas unem-se na hora certa, quando o Estado precisa que se unam. Assim foi na construção do Porto de Cabedelo. Assim foi na batalha da energia de

Paulo Afonso com os cearenses, esquecidos das divisões políticas e ideológicas e marchando com um empenho único que só os engrandeceu. Nossas diferenças não são maiores, nem menores, apenas nós nos temos revelado mais intollerantes.

Marcílio Furtado falou uma vez na Assembléia. Cassiano Arruda volta ao assunto vez por outra, assim como Leonardo Bezerra. E é só. A sociedade não se movimenta, como um todo, através de suas associações de classe, de seus clubes de serviço, de suas assembleias políticas, suas igrejas, num amplo e agressivo movimento de opinião capaz de ajudar os esforços isolados da Diretoria.

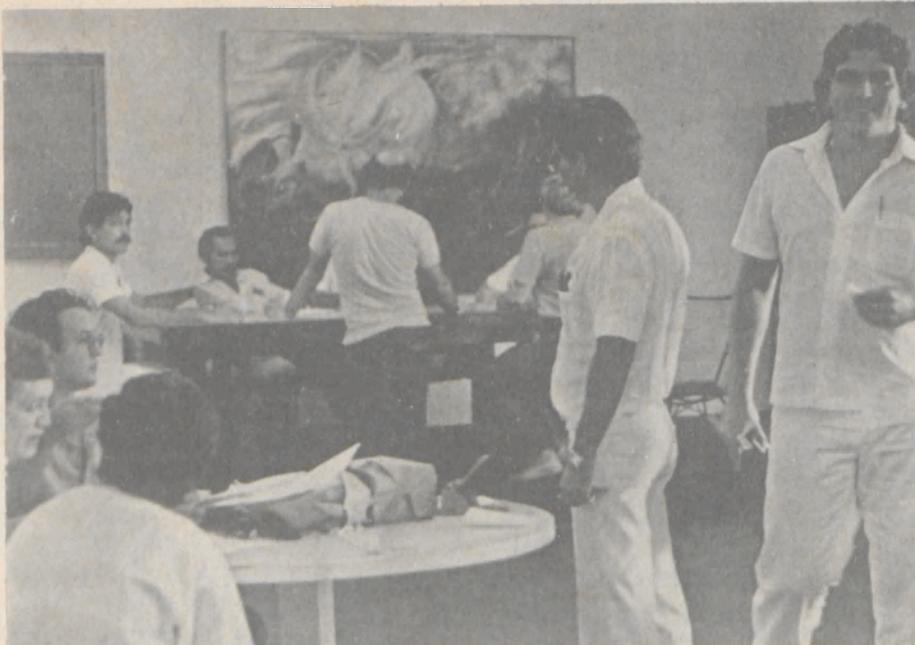
Se é verdade que a contenção dos gastos públicos se insere numa política global de Governo, não é menos certo que o problema da ALCANORTE é mínimo em relação ao que de fato é exigido para cumprimento de muitos acordados com os credores externos do Brasil. Há sempre uma atividade

remanescente, que não chega a comprometer esta política e é aí que necessitamos do empenho de todos para que nos prevaleçamos de uma escala de prioridade a ser obtida através de pressão.

Até hoje nenhum representante potiguar na Câmara ou no Senado falou sobre o assunto. E essa indiferença entristece. Desestimula. Frustra.

Dir-se-á que o Presidente da Companhia é o mesmo Presidente do Partido Oficial. Mas ele precisa da solidariedade do Estado nesta luta e isto tem faltado. O que alguns setores exploram é a especulação das dificuldades para atingir sua autoridade. É o interesse de grupos e de pessoas acima de tudo. Vamos mudar? Vamos colocar pelo menos uma vez o bem comum sobre nossas quizílias primárias e escrever um episódio edificante para nossa geração.

RAIMUNDO
SOARES DE SOUZA



Médicos: Projeto Natal com reservas

dicações foi aceita: contrataram os mesmos profissionais já em atividade, impondo-lhes uma sobrecarga de trabalho”.

No que toca à remuneração dos profissionais de saúde, revela o Presidente do Sindicato dos Médicos ter conhecimento de que será na base de 18 mil cruzeiros, cifra que ele considera ridícula. Diz, porém, que esse número não está definido e que o Sindicato está pressionando para que não seja desta forma, vez que em outras partes — Santa Catarina, por exemplo — a gratificação será na base de 125 mil cruzeiros pela mesma forma de trabalho. De qualquer modo, lembra que a questão já foi levada à discussão no Sindicato dos Médicos, tendo surgido daí um grupo de trabalho que irá percorrer os postos de saúde e alertar todos os médicos que trabalham no Projeto sobre o problema.

Em termos salariais, Paulo Rocha confessa que havia uma preocupação e uma denúncia de que os médicos não receberiam a gratificação de setembro e outubro (os dois primeiros meses de funcionamento do Projeto Natal), tendo sido, porém, tranquilizados pelo Secretário de Saúde do Estado, Leônidas Ferreira, de que as gratificações correspondentes àqueles meses seriam efetivamente pagas.

INFRA-ESTRUTURA — As entidades médicas sempre têm lutado para que haja um fortalecimento da rede pública de saúde. O Projeto Natal contém nas suas diretrizes a necessi-

dade desse fortalecimento. Mas, “será que na prática isso vai ocorrer realmente”?, pergunta Paulo Rocha, e observa: “O quadro atual nos indica que não, haja vista a extrema precariedade dos Postos de Saúde Pública em Natal”. Lembra, todavia, que o Secretário Leônidas Ferreira garante que haverá melhoria nesses serviços, desejada pela categoria dos médicos, afirmando que os repasses da verba do Inamps, nos próximos meses, serão prioritariamente alocados para a melhoria desses servi-

ços: “O nosso papel”, diz Paulo Rocha, “vai ser o de cobrança e fiscalização dessa promessa”.

Quanto à setorização e descentralização dos serviços médicos previstas nos objetivos do Projeto Natal, são, segundo Paulo Rocha, positivas. Mas ressalta que “não sei se na prática, pela desinformação da população e pela precariedade da rede pública de saúde, isso vai funcionar”. E diz ainda que “já temos indícios de que isso não vem sendo posto em prática efetivamente. A população tem sido empurrada de um lado para outro, quando os Postos de Saúde deveriam atender no próprio local e não tem tido condições, o que leva a perda de tempo e gastos com transporte”.

Quanto à superação desses erros, Paulo Rocha mostra-se cético: “Acho isto extremamente difícil por se tratar de um aspecto de questões políticas mais gerais do País e, especificamente, da política de saúde. Em linhas gerais, há uma crise de caixa na Previdência e eles querem fazer apressadamente sem maiores planejamentos uma política de barateamento de custo, racionalizando atendimento”. Concluindo, observa: “De forma geral, o Projeto parece beneficiar a redução de custos da Previdência. Poderia beneficiar a população e os profissionais de saúde, se tivesse sido bem planejado e implementado. Por enquanto, é isto o que se vê”. □



**E MELHOR
PROTEGER OS
OLHOS...
...DO QUE
SUBSTITUI-LO**

Use óculos
de segurança



Representante para o
Rio Grande do Norte:

Todos esses equipamentos aprovados pela ABNT, Min. Trab. e Capitania dos Portos
Rua Sampaio Correia, 4000 — Bom Pastor — t-ela.: 223-2400-3557 — Natal-RN

opel MÁXIMO EM PROTEÇÃO

O RN esqueceu que dispõe da ajuda de moderno satélite

O Rio Grande do Norte, especificamente, e o Nordeste de uma maneira geral, enfrentam o quinto ano consecutivo de seca e embora esse fenômeno venha se repetindo há anos — os mais velhos citam a estiagem de 52 e 58 — só agora o problema se tornou o assunto predileto e a TV-Globo aproveitou o filão da desgraça nordestina para aumentar mais uns pontos de seu Ibope. O Governo Federal abriu as Frentes de Emergência, destinando milhões e mais milhões aos flagelados como forma de pagamento ao trabalho na abertura de poços, construção de açudes e coisas similares (cadê a água para encher esses açudes?). De fato, de concreto, porém, nada se faz para melhorar as condições de sobrevivência num período tão prolongado de seca. O Programa de Emergência, como o nome sugere, é emergencial.

Essa seca que está desesperando milhares de nordestinos foi prevista pelo CTA (Centro Técnico Aeroespacial), em São José dos Campos. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), cuja sede Norte-Nordeste é em Natal, dispõe de satélites, no

caso específico o Landsat, que de uma certa forma poderia minorar os problemas causados pela seca, mas que não está sendo utilizado para tal fim.

Para o Diretor do INPE no Rio Grande do Norte, Adauto Mota, a seca existe enquanto não houver um gerenciamento dos recursos hídricos e o que os recursos técnicos pode fazer é ajudar nesse gerenciamento. O Landsat, por exemplo, é uma ferramenta (satélite) que dotaria o homem de melhor capacidade para gerenciar esse problema. Essa ajuda do satélite, continua, pode ser feita a partir do momento em que ele tem capacidade de determinar o melhor local para se furar poços, determinar a melhor posição de se fazer barragem, contabilidade hídrica, além de determinar áreas inadequadas para cultivo, entre outros aspectos.

O Ceará, informou Adauto Mota, está utilizando o satélite na tentativa de resolver os problemas da seca e ao Rio Grande do Norte (ao Governo), foi oferecido tais serviços, mas não aceito. Disse o Diretor do INPE que, para utilização de tais satélites é ne-

cessário pessoas capacitadas “e aqui não há pessoal qualificado”, argumentou ele.

HÁ MUITO TEMPO — Segundo Adauto Mota, o problema da seca é muito mais complexo do que se pensa e ele não acredita que dinheiro vá resolver, pois o caso contrário, os milhões que o Governo está aplicando no Nordeste com o Programa de Emergência já teria solucionado. Afirmando que “seca existe desde que eu me entendo de gente”, o Diretor do INPE (nasceu no Ceará) diz ainda que, além do gerenciamento dos recursos hídricos, o povo precisa aprender a conviver com a seca e o nordestino ainda não aprendeu.

Afirmando que o nordestino é, acima de tudo, um místico, Adauto Mota faz um paralelo entre o modo de enfrentar o problema há alguns anos atrás e como é enfrentado agora: “Antigamente a culpa da seca era de Deus. Hoje a culpa é do Governo”. Ele acredita que, com ou sem seca, a pobreza continua existindo no interior do Nordeste.

O problema é mais que conjuntural. É um problema religioso e cultural, diz Adauto, que vai mais adiante ao afirmar que “é muito difícil mudar um sistema desse”. Ele elogia projetos como o Boqueirão, ora desenvolvido nas proximidades de Touros, mas frisa que se trata de um projeto isolado, que não vai resolver o problema. □

É, de fato, ninguém se lembrou que o Rio Grande do Norte dispõe da sede Norte-Nordeste do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que vive em contato permanente com o satélite Landsat. E também não foi lembrado que a Barreira do Inferno está realizando um dos mais avançados programas de pesquisas das condições atmosféricas. Na realidade, muita coisa tem sido esquecida durante esse tempo em que o Rio Grande do Norte e o Nordeste sofrem os efeitos da estiagem.

O Landsat é um satélite que envia informações sobre o tempo a vários países do mundo. Ele tem permitido antecipar providências para prevenir problemas em países como os Estados Unidos e a Índia. Dotado de delicados dispositivos de sensoriamento, o satélite vive traçando permanentemente

Quando até a ciência esquece



um perfil das condições da Terra. Ele ajudou muito o Governo brasileiro a detectar minerais na Região Amazônica e foi um instrumento precioso de orientação para o Projeto Radam.

POUCA CIÊNCIA — O Nordeste também tem desprezado muito as pesquisas que têm sido feitas a nível internacional sobre as mudanças no comportamento do tempo. Os dados que existem sobre a seca foram produto de projeções a partir de cálculos de probabilidades dos ciclos de chuva/seca. Mas as pesquisas de maior profundidade, como as que descobriram a influência de águas quentes em mares da América do Sul, num fenômeno que ficou conhecido como El Niño, ainda não foram levadas em consideração. Parece que, quando se trata de seca, até a ciência brasileira é pouco científica.

COMPORTAMENTO

De repente, a recessão vence a noite

Neste País do carnaval, do futebol e da inflação, tudo é motivo para se transformar em moda, e a crise, a recessão, tão presentes em nossas vidas, é o assunto predileto em todas as rodas, nas conversas de esquinas, de bares, na praia e até nos papos informais das dondocas nos salões de beleza. A crise é notada no rosto cansado de cada um, nas ruas, em todo lugar que se vá. Em compensação, a cada final de semana os bares continuam cheios, pois o lazer também é imprescindível, diriam os psicólogos e psiquiatras.

Alguns estudiosos já afirmaram que em tempo de crise o consumo de álcool aumenta, e o poeta Manoel Volonté confirma. O fato é que para alguns bares a crise financeira que tanto tem abalado a própria sobrevivência da população, não tem atingido alguns bares dessa província. Bares que se tornaram tradicionais na orla marítima, como o Postinho, passa ano e entra ano com a mesma clientela, no mesmo ritmo, de segunda a segunda. Segundo depoimento de Peninha (José Silvestre), garçom há 36 anos e há quatro meses na Pizzaria Plock, na Felipe Camarão (Cidade Alta), até agora a crise não afetou em nada o movimento do bar e ele acha até que nos últimos tempos está se bebendo mais, embora para o garçom tenha piorado, por motivos diversos.

Para Jô, proprietário do Tirraguso, na descida da Ladeira do Sol, a frequência aumentou desde agosto passado e pessoalmente ele não tem do que reclamar, principalmente depois que deu prioridade, em sua casa, ao serviço de restaurante. O Tirraguso existe há quase dois anos e já foi bar da moda, com frequência de toda moçada natalense, daquela faixa que os cronistas sociais chamam de «geração pão com cocada», de turistas (na época de verão), de boêmios, de intelectuais, de artistas. Depois Jô resolveu dar uma transformada, acabou com os shows ao vivo, abriu um pequeno dancing, deu prioridade ao restaurante e deu uma reformada geral no visual da casa, além de abrir

de segunda a segunda, o que não acontecia antes.

A frequência agora está regular, afirma Jô, que diz ainda que seu grande desafio foi deixar de ser um bar da moda (hoje coroa passada para o movimentadíssimo Boteco, lugar onde funcionava o antigo e saudoso Casa Velha). Ele acredita a atual frequência ao bar a essas reformas feitas, como também à qualidade do serviço, pois “a partir do momento que o público nota que é bem tratado, ele retribui”. A crise no ramo ele apenas tem ouvido falar, mas pessoalmente não pode reclamar, frisa.

BOLIVIANOS RECLAMAM — Por outro lado, há quem sintam na pele, ou no caixa, os problemas financeiros enfrentados pelos brasileiros de uma maneira geral. No Bar dos Bolivianos, o movimento é intensificado apenas nos finais de semana e o que é pior, tem que fechar entre duas e três horas da manhã, por falta de freguês. Antes, diz Ramiro Arce, um dos proprietários, “a gente virava a

tador ambulante, que bebe o que lhe interessa e sai pela orla, talvez se sentar numa das barracas na beira da praia.

O BAIXO NÃO É O MESMO — É bem verdade que a noite em Natal não se faz somente de bares da orla. Na cidade inteira existem vários e diferentes bares e a cada final de semana outros são inaugurados. Mas é na praia onde se reúne um maior contingente, para onde a afluência de pessoas é maior nos finais de semana. Alguns se acomodam nos bares e nos botecos, outros preferem passear de carro (alguns consideram queimar gasolina) e ou mesmo estacionar na orla e ficar paquerando quem passa.

A orla já foi no verão passado chamada de «Baixo» (referência ao Baixo Leblon, no Rio de Janeiro), quando reunia uma população mais descontraída e despojada de preconceitos. Hoje a juventude «pão com cocada» desceu do ex-Rango (na Encosta Getúlio Vargas e hoje o Gold Star, um bar de quase nenhuma frequência) e



Noite vai ficando vazia

noite. A venda diminuiu cinquenta por cento”. Além da falta de dinheiro, Ramiro acredita essa nova situação, também, à proximidade do Boteco, grande bar da moda, e à abertura de novas casas noturnas, inclusive do Clube do Bandern, em frente.

O Bar dos Bolivianos, antes conhecido como a Mercearia, uma espécie de bar e cantina, é hoje um dos pontos de encontro dos intelectuais, dos artistas que muitas vezes têm dinheiro apenas para uma dose de cana (aguardente) no balcão. Uma outra característica, é que neste bar é um dos poucos lugares que o freguês é servido no balcão, o que por sua vez caracteriza também o típico frequen-

invadiu a praia, para desgosto de alguns, como o poeta Volonté. Ele se diz desencantado, porque está descedendo muito «Clockwork Orange» (referência à Laranja Mecânica, filme sobre a geração jovem americana), o que ele chama de «porra louca».

Volonté também cita a violência como um dos grandes problemas da praia e “houve até um caso com um colega nosso, o poeta João da Rua, que foi assaltado”. “Antigamente a praia era dos poetas e intelectuais, hoje a burguesia tomou de conta e isso contribuiu para a ação dos marginais”, justifica ele.

“O Baixo não existe mais. O que existe agora é a alta e a classe média



Bares: clientela fugindo

ravestida", afirma Volonté. Se há crise nos bares, ele não acredita, embora as bebidas estejam caríssimas (a cerveja, bebida mais consumida neste País Tropical, custa entre Cr\$ 500,00 a Cr\$ 700,00). "É no momento de crise que o pessoal bebe mais. É o cano de escapatória desse pesadelo que vivemos", concluiu Volonté.

OUTROS RECANTOS — Como já foi dito anteriormente, Natal (como o restante do País) é uma cidade que assimila modismos e agora a «batucada» na Praia de Ponta Negra às sextas-feiras está conseguindo um grande número de adeptos. A Bodega da

Praça, na Vila de Ponta Negra, deixou de ser uma opção dos moradores e pescadores da Vila, para receber frequentadores do Centro.

Outro «pedaço» bastante frequentado é na Felipe Camarão, no Bar e Boite Broadway, Bar Terraço e Pizzaria Plock. Nos finais de semana, tem se transformado em ponto de encontro dos adeptos e simpatizantes da ala gay natalense.

Se os bares hoje não são «apinhados» de gente, argumenta ainda Peninha, o garçom na Pizzaria Plock, é porque estão abrindo muitos bares, "até nos conjuntos residenciais, os proprietários de casas estão abrindo bares". □

ves e tentam se estruturar para, a partir daí, desenvolver um trabalho mais convincente. Na maioria das vezes são desacreditados e não são levados a sério por aqueles que estão no poder ou próximo dele.

Alguns como os estudantes secundaristas e até universitários padecem as consequências da desorganização e seus gritos não encontram ecos nem respostas. Outras minorias (MR-8 e PT, este último já um partido legalizado) são ignorados, apenas aparentemente, porque sabe-se que há um temor camuflado dessas organizações, tantas e tantas vezes reprimidas em suas manifestações.

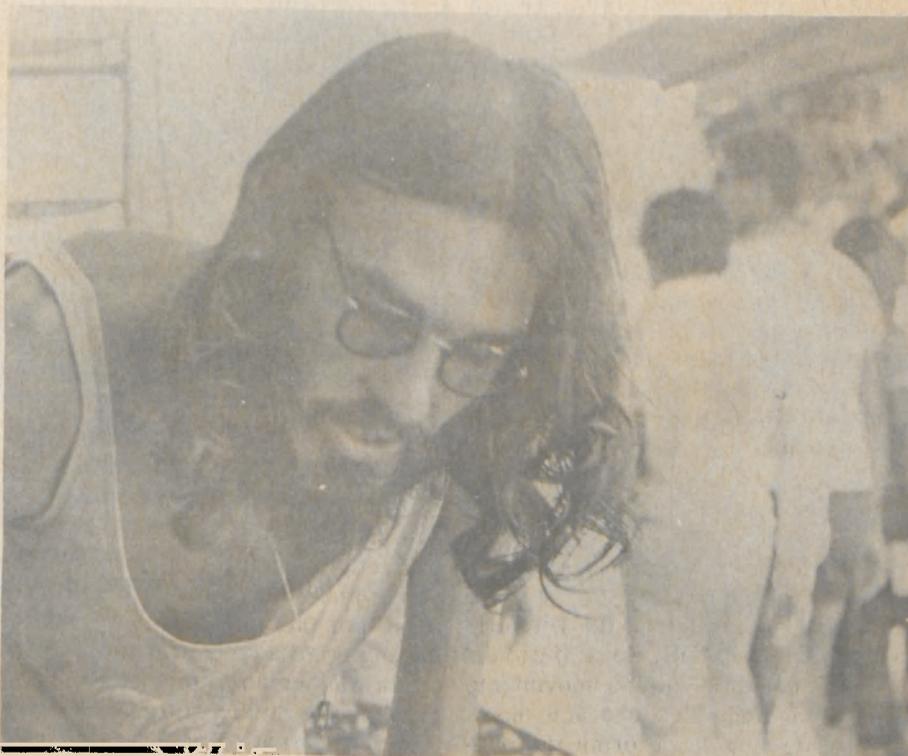
Apesar de tantas barreiras, o trabalho continua, afirmam em coro. O PT, por exemplo, um partido que conseguiu a legalização a duras penas, concorreu às últimas eleições, cujos resultados decepcionou filiados e militantes, além dos simpatizantes. Passado o período depressivo pós-eleição, o PT retomou seu trabalho, e segundo disse Márcio Capriglione, filiado e militante, a influência tem crescido nos últimos meses, a ponto de numa pesquisa realizada pela Folha de São Paulo ter apontado o PT como o segundo partido em São Paulo: "Tivemos agora um crescimento maior do que no período da eleição", diz Márcio, também se referindo ao caso específico do Rio Grande do Norte.

Segundo Márcio, o que está bene-

MINORIAS

Uma maneira de exercer influência

Há quem compare o Brasil a um barril de explosivo prestes a explodir. A política econômica do Governo achata cada vez mais os salários do trabalhador, empobrecendo e deixando a pão e água a maioria da população (e no Nordeste nem a água a população tem direito, pois enfrentamos o sexto ano consecutivo de seca), as questões políticas são discutidas, mas não resolvidas e outros tantos problemas se acumulam. Enquanto isso, as chamadas minorias políticas dão continuidade a seus trabalhos, organizam ou apoiam protestos, gre-



Minorias sempre em luta



Márcio: desafio é o meio rural

neficiando o PT é a própria realidade nacional, porque mostramos na prática qual a nossa proposta". Ele diz que tem aumentado o número de participantes nas discussões e é inegável que o PT ainda é um partido pequeno e como qualquer coisa pequena no País, tem suas dificuldades. Embora a falta de divulgação e de espaço para colocar as propostas, o trabalho de base tem encontrado ressonância.

Conseguir a legalização do partido e concorrer às eleições já foi um grande passo, deixa claro Márcio Capriglione, mas o grande desafio é conseguir chegar ao meio rural — o núcleo do PT está na cidade, esclarece ele: "É difícil a conscientização do homem do meio rural, principalmente no Nordeste, onde a relação é muito primária. A dominação é muito mais forte".

MULHERES NA LUTA — Após o estardalhaço dos anos 70, em que a mulher brasileira se organizou e resolveu brigar por seus direitos, o movimento feminista incluiu em suas bandeiras de luta temas mais abrangentes e de interesse geral, não deixando de lado a briga por mais creches, entre outros benefícios para a mulher.

Presidente da Federação das Mulheres do Rio Grande do Norte e suplente da executiva do Diretório Municipal do PMDB, Rosa Maria diz que as bandeiras que o movimento vem levantando desde o seu nascimento, de uma certa forma são bandeiras que a Nação há muito tempo

vem levantando, como eleições livres (antes das eleições), política econômica, além da luta pela participação maior da mulher nas decisões políticas do País. A seu ver, de uma certa forma o Estado e o País vem assumindo tais bandeiras, assim como todos os partidos políticos.

Um dos fatores positivos dessas lutas, continua Rosa Maria, é o fato dessas bandeiras estarem cada vez



Rosa: combativa

mais presente na cabeça dos setores da Nação — "Pelo menos cresce a consciência a nível nacional. Por outro lado, faz com que os novos Governos tenham demonstrado maior interesse por tais questões". A preocupação por mais creche, maior presença da mulher no Governo, mostra a presença da mulher, que assume seu papel de garantir um futuro melhor, argumenta Rosa.

"A gente sabe que estamos muito aquém das necessidades das mulheres, das crianças, de todo povo. Estamos vendo aí o abandono das crianças. Mas a Federação quer unificar a presença das mulheres na sociedade, para fazer crescer mais ainda a nossa intervenção nos destinos do País".

Fazendo um rápido balanço do movimento, Rosa Maria afirma que o que aconteceu no Estado é fruto do que aconteceu a nível nacional. De 79, época de criação das organizações, até o momento, o movimento tem crescido cada vez mais, "a mudança é que agora existe a mulher da massa, e não somente as intelectuais, que discutiam a questão teórica".

EDUCAÇÃO QUER VERBA —

Quando há protestos de estudantes, essa classe tão incompreendida, é fácil ouvir comentários de pessoas da extrema direita maldizer o processo de abertura política, que permite "que se fale mal do Governo". A nível de Rio Grande do Norte, este ano os estudantes têm feito algum movimento, alguns dos quais vitoriosos, como a luta pela descentralização da verba dos tickets.

Segundo Edson Severiano, ex-diretor da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, ex-presidente do Centro Cívico do Atheneu e hoje apenas militante do movimento estudantil, a maior vitória é a maior conscientização para os problemas da educação no País, além de criar um debate sobre a situação do País, "pois a partir do momento em que você aponta soluções, cria um clima para resolver o problema", argumenta Severiano.

Edson Severiano cita um exemplo histórico da participação estudantil nas decisões do País: "A juventude brasileira tem um espírito de defender a Nação brasileira, basta citar o exemplo da luta pelo Petróleo é Nosso, em 1945, quando a participação da juventude foi importante". Ele afirma que os estudantes são os primeiros a ir às ruas, não só pelas questões que dizem respeito diretamente à classe estudantil, como nos problemas do País — Lembra que no dia 21 de setembro, na Jornada dos Trabalhadores, eles foram se solidarizar.

Ele acha que se deve insistir que a atual política econômica é a culpada de muitos problemas referentes à educação — "a política econômica tem dado um corte profundo no subsídio para a educação. Só esse ano

foi cortado 50% do orçamento solicitado pela Ministra da Educação. As escolas estão se encontrando em total abandono”, frisou Edson. Ele destaca o apoio dos partidos políticos, notadamente da oposição, como também da abertura de espaço no PDS (Partido do Governo), que criou uma ala jovem e está começando a discutir.

Se são levados a sério ou não, às chamadas minorias políticas não parece interessar muito.

Eles continuam o trabalho na calada, como o MR-8, que ainda na clandestinidade, luta agora pela legalização. Enquanto isso, no Palácio do Planalto continua a briga pela sucessão na Presidência da República. □

CONJUNTURA

Além da crise ainda vem a concorrência desleal

Além da séria crise financeira que atravessa o País, os comerciantes locais estão enfrentando agora problemas com a invasão das chamadas firmas fantasmas, que montam escritório de representação na cidade e concorrem em pé de igualdade com as firmas locais em caso de licitação das empresas públicas ou privadas. Para evitar ou minorar os prejuízos causados por essas firmas, os empresários do Estado se uniram e elaboraram um documento que foi entregue ao Governador José Agripino Maia em que se propõe que essas firmas tenham, obrigatoriamente, um saldo médio proporcional à concorrência que for participar em banco do Estado.

Segundo Zildamir Soares de Maria, presidente da Federação de Diretores Lojistas e diretor de A Sertaneja, está se pleiteando, principalmente, que em caso de concorrência seja aumentada para 10% a diferença para o comércio e 14% para a indústria. Atualmente, a diferença estabelecida pela Secretaria de Administração (o órgão competente nesse caso) é de 6%, o que é considerado pelos comerciantes muito pouco. O ideal, continua Zildamir, é não admitir concorrência com firma de fora, como acontece no Ceará.

A participação dessas firmas fantasmas prejudicam o comércio local, “primeiro porque vende gato por lebre. Vende um produto e entrega outro. Segundo por não gerar empregos e nem gerar tributos para o Estado e para o Município”, argumentou ainda o presidente da Federação de Diretores Lojistas.

“Por maior que seja a diferença nos preços entre as empresas locais e as empresas de outros Estados, é

preferível adquirir os bens úteis às empresas locais, pelos benefícios sociais que trará à comunidade. Sou totalmente favorável a que haja defesas contra essas empresas fantasmas”, concluiu Zildamir.

DINHEIRO NÃO CIRCULA — Embora o ramo mais prejudicado com a «invasão» de firmas de fora seja o de material de escritório, o empresário Paulo de Paula afirma que o setor de material de construção e ferragens de uma certa forma também sofre com essa concorrência desleal, embora concorra em igualdade de condições e nada fica a dever, por exemplo ao comércio de Recife quanto ao porte de empresa e estoque.

“O dinheiro está escasso e o que circula aqui vem do setor primário, que está sendo prejudicado pela seca. O pouco mercado que tem, vamos dividir com quem não está pagando imposto aqui”, diz Paulo de Paula, que condena o cadastramento em órgãos públicos ou privados de representantes de firmas de fora. Ele frisa que não é contra o estabelecimento de outras firmas no Estado, porque “essas firmas pagam imposto aqui e geram emprego, fazem o dinheiro circular no Estado, ao contrário das firmas «fantasmas».

Paulo de Paula diz ainda que é muito mais fácil “uma empresa de fora entrar aqui com um lucro menor, porque se trata de uma venda adicional, fora do custo fixo de seu local de origem”.

“Resta-nos fazer uma corrente para que todas as empresas públicas ou privadas dêem preferência em comprar no Estado, para gerar dinheiro aqui”, afirma o empresário. □

UMA QUESTÃO DE BOM SENSO



O slogan “pensou em construir, pensou na Saci”, já está tão difundido e acreditado no Rio Grande do Norte que são raras as pessoas que constroem ou reformam suas casas e não compram o material na Saci — Material de Construção Ltda., ou mesmo vão até a loja pedir informações sobre produtos e detalhes técnicos. É, primeiramente, uma questão de bom senso. A empresa já é uma tradição de mais de vinte anos, vendendo bons produtos ao norte-riograndense, comercializando as grandes marcas. Depois, são os bons preços e os convidativos planos de pagamento. Engenheiros, arquitetos, investidores do setor e até mesmo donas-de-casa “na hora de construir, pensam na Saci”. E, se você vai construir, pense também na Saci.



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN

Diniz Grilo, de 26 anos, expõe individualmente pela segunda vez, embora tenha participado já de numerosas coletivas. Sua pintura tem como qualidade inicial a concisão, obtida em aproximadamente dez anos de exercícios diários.

Há na pintura de Diniz Grilo um inegável entrosamento entre a forma e a cor, em visível contraste com a produção local de outros artistas positivamente neo-barrocos. Diniz Grilo, contido e racional, trabalha com inteligência uma temática inusitada que o inscreve, de certa forma, entre aqueles artistas do nonsense e da fantasia. Sem dúvida, um artista paradoxal, dividido entre o imaginário e o real, que, em sua obra, se interpenetram e se confundem, criando por vezes uma atmosfera de iminente tensão. Diniz Grilo cria um mundo hipotético, mas plausível, numa antevisão medonha de homens automatizados e insensíveis.

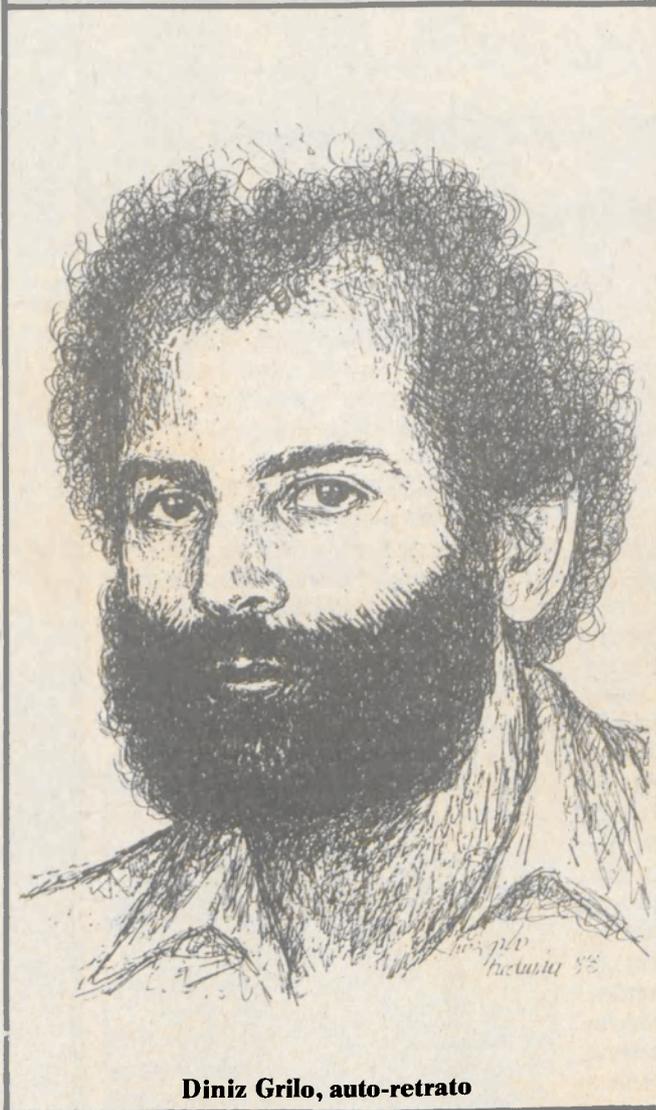
Colaborador de RN/ECONÔMICO, tem produzido retratos de conhecidas personalidades locais, se constituindo, hoje, no retratista preferido das socialites. Nesta entrevista ele fala sobre sua vida e sua arte, no momento em que sua pintura pode ser vista (e admirada) na Galeria da Biblioteca Câmara Cascudo.

FJ — Como você definiria sua arte?

DG — Como uma forma de recolhimento. Mas, também, de reflexão.

FJ — Não há na sua

DINIZ GRILLO, LUNAR E ALTERNANTE, EXPÕE PELA SEGUNDA VEZ SUAS VISÕES DO MUNDO



Diniz Grilo, auto-retrato

arte um componente de evasão?

DG — Deste mundo ninguém escapa. Ninguém consegue escapar de si mesmo. Lutamos com as precárias armas que temos ao nosso alcance.

FJ — Qual seria, a seu ver, o mundo ideal?

DG — Uma casa fechada, se possível na Redinha, onde não brilhasse jamais o sol.

FJ — O que o encami-

nhou para o exercício da pintura?

DG — O desejo de resistir. Essa curiosidade que tem todo artista de saber os limites de suas forças humanas.

FJ — O que o singulariza em confronto com os artistas natalenses de sua geração?

DG — A constância. Apesar do desânimo de que sou presa diante da mediocridade triunfante.

FJ — Você é tido como

uma pessoa extremamente arredia a grupos artísticos. Não lhe agrada a vida em comunidade?

DG — Simplesmente frequento outros mundos.

FJ — Como você encara o Prêmio Governador do Estado, como estrutura e como significado?

DG — Como estrutura, um desperdício de verbas. Como significado, um acinte a nossa inteligência. Na verdade não significa nada para o artista, além de um certificado e de algum dinheiro. Pouco, aliás.

FJ — Que sugestões você daria para o seu aperfeiçoamento?

DG — Que se transforme em algo significativo, através de discussões. Que abra oportunidade para outros artistas, e não somente para este grupo de «afilhados» que aí está e que, vergonhosamente, arrebatam todos os prêmios, todos os anos. O Prêmio Governador do Estado precisa ser moralizado. Mas para tanto precisamos de homens que professem altas virtudes.

FJ — Você não está satisfeito com a chamada política cultural?

DG — Não há política cultural aqui. Há compadrio e irresponsabilidade.

FJ — Mas você este ano obteve o terceiro lugar no Prêmio Governador do Estado...

DG — Justamente por isso me sinto à vontade para criticar. Ninguém vai me acusar de ressentimentos.

FJ — Como você definiria o homem Diniz Grilo?

DG — Você já me definiu certa ocasião. Um ente lunar e alternante.

RITMO ELEGANTE

— O artista plástico Ítalo Trindade esperou quase dez anos para realizar uma primeira exposição individual de seus trabalhos e assim mesmo depois que obteve, por unanimidade, o Prêmio Governador do Estado 82.

Valeu esperar tanto tempo. Ítalo Trindade é, hoje, um artista maduro, disciplinado e exigente com a sua arte, que se desdobra numa pesquisa de formas e cores despojadas e agressivas.

Ítalo Trindade trabalha pequenas áreas, obtendo do uso competente de técnicas diversas, uma inusitada transparência que o aproxima, de certa forma, de uma arte musical por excelência. Há nele, também, uma gama de andantes, de scherzos e de ritmos, de fato, bem temperados que despertam emoções estéticas no amador mais requintado.

ÁGUAS LIGEIRAS —

O mossoroense Gustavo Luz estréia em livro. E, se não possui ainda um exato domínio da palavra, que é na verdade uma longa e difícil conquista do poeta, já se mostra, pelo menos, um sensível leitor de Virgínia Woolf, de quem transcreve um parágrafo do romance *As Ondas*. Justamente aquela que reflete e sintetiza a luta mais árdua do poeta, criador de mitos, com a palavra.

Em *Chuva de Palavras* Gustavo Luz deixa entrever um poeta curioso, escrevendo, evidente-

mente, sob influxos emocionais, mas sem perder o fio crítico que o encaminha, no melhor de sua poesia, para o questionamento de valores enferrujados pela unanimidade de uma sociedade estanca, sempre apta a exercer a sua força contra aqueles que se rebelam e fogem ao freio das convenções.

VISITA DE CRÍTICO

— O crítico Olney Krüse, do *Jornal da Tarde* (São Paulo), esteve visitando o Estado, permanecendo em Natal durante uma semana. Aqui teve como anfitriões e cicerones a atriz Socorro Figueiredo e o titular desta coluna, seu colega da Associação Brasileira de Críticos de Arte e da AICA. Compareceu à abertura do *Circuito de Artes Plásticas*, mostra que reuniu no Teatro Alberto Maranhão uma panorâmica, embora distorcida, da produção artística do Rio Grande do Norte.

Além de crítico e jornalista, Olney Krüse é responsável pela primeira *Mostra do Kitsch* realizada no Brasil e tem obtido prêmios, inclusive no exterior, como fotógrafo. Amigo do Rio Grande do Norte, tem colaborado com a Pinacoteca do Estado, mantida pela Fundação José Augusto, conseguindo junto a artistas doações de obras para o seu acervo. Dentre os artistas atuantes entre nós, ele destaca o trabalho de Vicente Vitoriano, Fernando Gurgel, Diniz Grilo e Erasmo Costa Andrade, com os quais manteve contato, "apesar de estar de férias".

Olney Krüse pretende ajudar na criação (atenção Roberto Varela) de um pequeno Museu de Arte na cidade de Ceará Mirim. Para tanto se propõe conseguir doações, num gesto de despreendimento que nos comove a todos e serve de exemplo àqueles que, aqui, nada fazem nem deixam que os outros façam.



Olney Krüse

PARTO DIFÍCIL —

Estréia ainda este mês, pelo *Elenco Oficial* do Teatro Alberto Maranhão, a peça *Anjo Negro*, um dramalhão antigo e *demodé*, desentranhado dentre o que o teatrólogo Nelson Rodrigues tem de mais inexpressivo em sua obra.

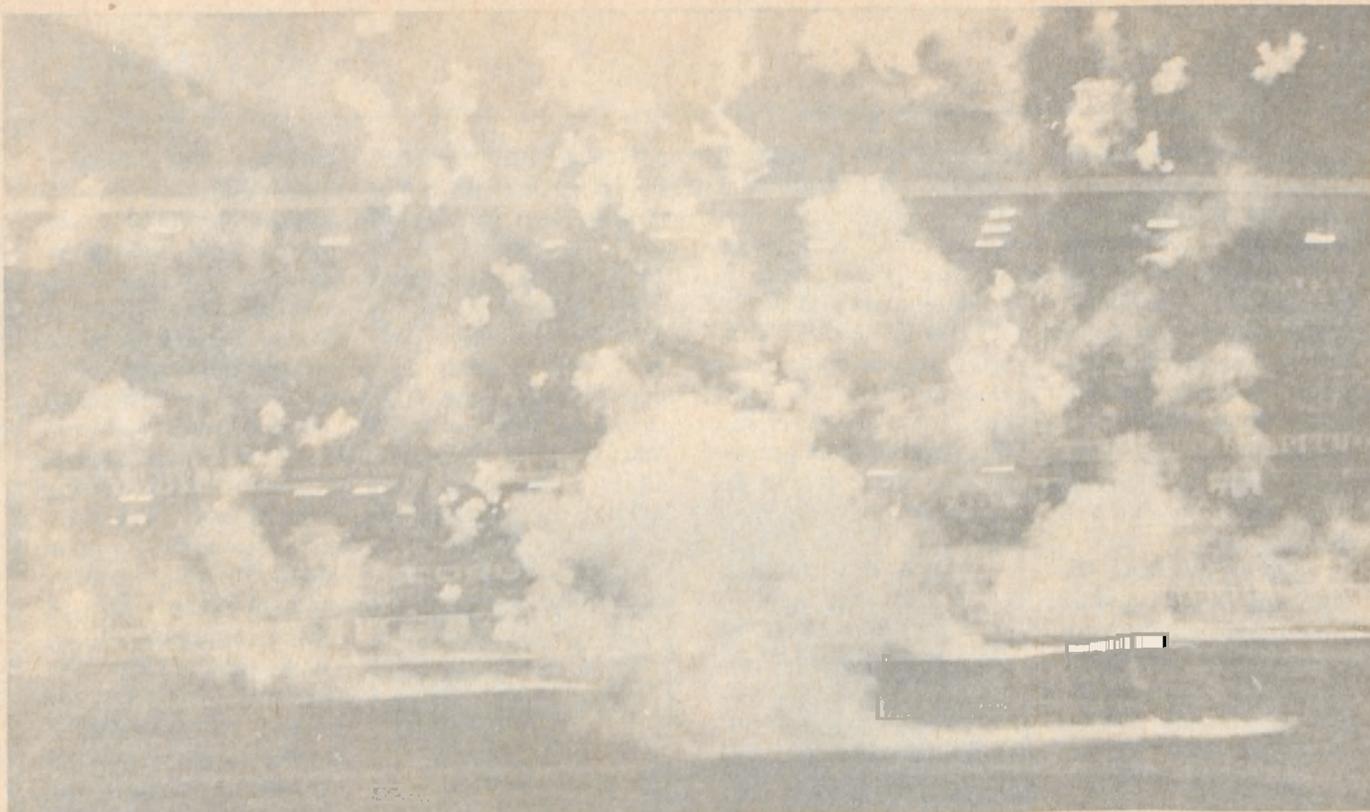
Até aqui, nada de mais. Todo grupo tem direito de montar peças obsoletas, se lhe apraz. Mas acontece que, desde a sua criação, o *Elenco* vem sendo questionado também por motivos vários. Embora ostentando a condição de grupo «oficial», nunca ficou estabelecido quanto o Estado pagará aos atores. E isto porque o seu criador, Iaperi Araújo, faz vista grossa diante da questão que se impõe como uma prioridade.

Afinal os integrantes do grupo fazem despesas de seu próprio bolso, como é o caso — por exemplo — do bailarino Roosevelt Pimenta, que, para chegar ao Teatro dentro do horário de ensaios, vê-se obrigado a utilizar o serviço de táxi. É lógico que, em se tratando de um «*Elenco Oficial*», o TAM teria, pelo menos, que arcar com estas despesas.

Mas os atores enfrentam outras dificuldades, inclusive a falta de espaço para realizar seus ensaios. Ao contrário de seu antecessor, que dificultava ao máximo a utilização do Teatro pelos grupos locais, o novo superintendente de nossa principal Casa de Espectáculos, médico Iaperi Araújo, tem cedido indiscriminadamente a todos os pedidos e solicitações, mesmo em detrimento dos interesses do *Elenco Oficial*, que, dias atrás, foi desalojado do palco pelos alunos de um curso de manequins.

Merece ressaltar igualmente, a escolha do texto, que nada acrescenta e cuja validade tem sido posta em dúvida até mesmo por alguns atores. Parece estranho que um grupo que se diz oficial, criado para animar o TAM, dê as costas aos autores locais, num gesto arbitrário que aliena e fere o esforço e a dedicação de autores como Jobel Costa, Racine Santos e Águeda Ferreira e que, por outro lado, desestimula, entre nós, o trabalho intelectual. Aviltado por aqueles que posam de intelectuais.

FRANKLIN JORGE



O Castelão: ascensão e queda do futebol potiguar (Foto: Emerson Amaral)

FUTEBOL

As crises crônicas chegam a um ponto insuportável

O presidente do Alecrim, Júnior Jácome, disse 50 dias após sua posse na direção do clube, que para se dirigir uma entidade encontra-se uma série de dificuldades devido a própria estrutura existente no futebol do Rio Grande do Norte. Citou como exemplos uma série de decisões errôneas, de dinheiro mal empregado e tudo isso complica para que uma "administração seja boa, seja coerente". Em termos de Alecrim para quem está de fora "pensa que o clube tem uma estrutura já edificada, já definida ou pelo menos com um alicerce, um embasamento já seguro" quando na realidade se penetra apercebe-se que "é um negócio que não existe, que é um negócio superficial". Afirmou que ao chegar ao alvi-verde pensava-se num débito em termos de 25 milhões de cruzeiros e "quando a gente assume é uma dívida diferente, o dobro praticamente":

"Nossa dívida com o FGTS e INPS tem complicado muito. Uma causa disso aí, de vermos o futebol como empresa é exatamente o imediatis-

mo dos nossos dirigentes, a falta de um planejamento e também a própria estrutura já existente. Então, quando a gente tenta fazer uma modificação nessa estrutura, a gente en-



Pequenos clubes: difícil

contra uma certa dificuldade. Eu acho que é preciso ter muita coragem para não sermos absorvidos por essa estrutura".

O fato do Alecrim ter uma estrutu-

ra superficial, segundo seu presidente, no entanto se percebe — e esse foi um dos motivos para que ele aceitasse a presidência do clube — que se for feito um trabalho com seriedade é viável. Esclareceu em seguida que "aqui não vai nenhuma crítica as administrações anteriores e todos que por aqui já passaram fizeram trabalhos sérios" mas acha que houve um certo relaxamento:

"Então se nós conseguirmos fazer um trabalho sério, realmente voltado para o Alecrim e não em benefício de pessoas ou de grupos de pessoas a gente percebe que o Alecrim é viável e tem condições de se recuperar. Agora, é preciso existir a compreensão de todos e a colaboração. Porque uma, duas ou um grupo de pessoas não tem condições de levar o Alecrim ou qualquer outro clube no Rio Grande do Norte ou no Brasil".

SORTE — Júnior Jácome afirma que teve sorte na escolha de sua diretoria, embora diga também que, com raras exceções, alguns diretores fugiram às suas responsabilidades dentro do clube. Diz que vem sentindo a falta de apoio de outras pessoas que antes lhes prometeram ajuda. Citou em seguida que conselheiros do clube que lhe confirmaram apoio agora já não se fazem presentes.

Exemplifica isso ao afirmar que em conversa com Severino Lopes os dois

chegaram a conclusão que existem três tipos de pessoas que convivem com a diretoria:

“Existe aquele que realmente ajuda em qualquer situação, seja numa situação financeira boa ou difícil; existe aquele intelectual, que só faz dar idéias e que fica nisso mesmo, só na sugestão sem tentar pôr em prática aquelas idéias e uma terceira que é aquela que tenta trabalhar no Alecrim visando o proveito próprio.

DIFICULDADES — Uma dificuldade séria e grave para o presidente do Alecrim é sobreviver de rendas e disse em seguida que é mais fácil se dirigir o ABC porque é um clube que pode contar com sua torcida, desde que a equipe venha bem, porque vai ter um respaldo para fazer um time bom. Afirmou também que o alvinegro tem em seu favor esse ano o fato de poder contar com uma boa equipe, salientando em seguida que isso não acontecia em anos anteriores quando não levava público ao estádio:

“Dentro do Alecrim poderia acontecer o mesmo. A gente poderia investir em termos de bons valores e poderíamos ter esse respaldo. Só que esse respaldo, eu acho, não daria para cobrir a nossa folha de pagamentos. É exatamente por esse motivo que nós queremos ver o Alecrim de outra maneira, ver se a gente tem condições de tirar o maior proveito da nossa sede campestre”.



Alecrim: difícil de manter

Comentou que com o recolhimento feito através do associado e as arrecadações no Castelão com relação ao futebol, o clube terá condições de manter uma boa equipe: “Isso foi o meu dilema” ao assumir a direção porque “os torcedores e as vezes também a imprensa, são um pouco imediatistas porque vivem em função de resultados” e isso acontece com todos os presidentes que são pressionados a contratar e “eu assumi já com o bonde andando” — o ABC já tinha vencido o primeiro turno do

Campeonato — ao receber o clube numa situação financeira difícil:

“Eu tinha duas opções: contratar e consequentemente aumentar essa dívida do Alecrim e, como consequência disso também, iria perceber que eu prejudicaria dois ou três meses, que é o que está faltando para terminar o Campeonato, estragando toda a minha administração que ainda está pela frente”.

“A outra hipótese”, continua, “seria manter a equipe e tentar diminuir a dívida do clube para só no ano se-

O futebol do Rio Grande do Norte está dividido em duas fases: a primeira, a do Juvenal Lamartine, nos tempos heróicos de ídolos inesquecíveis como Ribamar e Jorginho; a segunda, a do Castelão, onde prevaleceram os jogadores importados. Qual das duas a melhor? Os especialistas não chegam a se dividir porque as duas fases, de certo modo, não têm comparação. São duas etapas distintas. Na primeira, os clubes do Rio Grande do Norte pensavam em dimensões mais modestas e agiam com mais realismo, dentro das suas disponibilidades. O público do Juvenal Lamartine era caseiro, não chegava a 30 mil pessoas, as rendas modestas. Mas os gastos também eram modestos e quase compatíveis com as arrecadações dos clubes. Dentro desse equilíbrio, foi possível ao América chegar à con-

As duas etapas de um futebol

dição de clube de futebol e clube social com patrimônio invejável e sólido. O ABC também conseguiu a sua sede. E até o Santa Cruz dispunha de suas respeitáveis instalações na praia do Meio, entre outras agremiações que iam conseguindo sobreviver dentro de uma estrutura realística.

O SONHO DO CASTELÃO —

Com o Castelão e o Campeonato Nacional as coisas mudaram. Houve necessidade de elevar o nível aparente das equipes para enfrentar os adversários de fora dentro de um palco maior e um público que dobrou, atraído não exatamente pelo futebol, mas pelo estádio e os visitantes. Os clubes de Natal saíram do realismo e entraram na mesma ciranda das demais agremiações brasileiras, inflacionando salários e se entregando a uma corrida maluca por atrações — mesmo que fossem de falso brilho. O resultado é o caos da atualidade: as dívidas chegam a ameaçar a solidez de patrimônios ameaçados sem que, em campo, as supostas estrelas correspondam aos esforços para contratá-las. Quando nada com o mesmo empenho continuado dos Jorginhos e Ribamares.

guinte partirmos realmente para uma boa equipe". O presidente explica que preferiu essa segunda hipótese por achar que tem condições para tal: "Mantermos essa equipe com os salários em dias e diminuirmos a nossa dívida" e para o ano partir para fazer uma equipe que o torcedor possa ir ao Castelão seguro de que seu time dará a vitória.

Outro problema que Júnior Jácome considera sério é a falta de prestação de contas por parte de diretorias anteriores e "eu não queria nem tocar no assunto porque no dia de hoje — 12 de outubro de 1983 — ainda não recebi a prestação de contas". Mas salienta que não vai nenhuma crítica a administração anterior de Cícero Florêncio, no entanto concor-

equipe que foram em torno de 4 milhões e 100 mil, o clube já arrecadou em torno de 10 milhões de cruzeiros. Júnior afirma que isso significa dizer que "entra dinheiro no Alecrim" mas a diretoria fica sem condições de fazer um planejamento, de saber que tipo de contas deve-se pagar:

"A gente fica sem um critério de prioridade. E isso atrapalha até a nossa própria administração, porque a minha intenção é de pagar o que eu devo. Eu não admito que alguém chegue nos cobrando e eu fique sempre pedindo para ele vir tal dia. Assim eu não vou ficar satisfeito comigo mesmo".

Comentou ainda que se tivesse em mãos a prestação de contas poderia

Rui Barbosa, disse que dirigir um clube de futebol hoje é um dos maiores sacrifícios que um administrador pode fazer. Mas confirma que esse sacrifício se torna maior ainda quando esse dirigente é um torcedor. No caso específico do ABC "nós pegamos um clube com problemas, com contas a pagar" mas isentando isso, deixando de lado esse problema de débitos de administrações anteriores vê-se o seguinte:

"Hoje tudo sobe geralmente cem por cento e o contrato com jogador não se tem nunca uma renovação que seja inferior também a 100 por cento, além de pagarmos luvas de renovação. Quando nós queremos contratar um jogador pertencente a outro clube se não é para comprar o passe, por-



... com jogadores importados

Equipes caras de hoje

da em dizer que "não custaria nada que ao terminar sua gestão, a pessoa já estivesse com sua prestação de contas preparada" e apresentá-la ao Conselho Fiscal.

Salientou em seguida que o fato da não apresentação da prestação de contas dá margens para que se ouçam insinuações, pessoas que fazem perguntas «inocentes» a respeito do assunto. Quer dizer: a apresentação serve para evitar badalações, evita que "pessoas digam coisas que realmente não aconteceram".

Referiu-se também como sendo a prestação de contas o fato mais ideal para que os que assumem tomen consciência da realidade atual das finanças do clube porque "a gente está aqui no Alecrim sem saber o que fazer". Citou em seguida que sua administração já prestou contas do primeiro mês e nesse período, levando-se em consideração as arrecadações com as partidas realizadas pela



Rui: só dificuldades

fazer um planejamento, suspendendo todos os pagamentos por trinta dias, e a partir daí "tocar o barco pra frente" mas sem a prestação de contas, afirma enfaticamente, "fica muito difícil".

NO ABC — O presidente do ABC,

que hoje um clube do Rio Grande do Norte não pode, praticamente, comprar o passe de um jogador, mas quando ele pede por empréstimo ele paga «x» cruzeiros ao clube, depois paga «x» cruzeiros de luvas e acerta os salários.

O ingresso nunca acompanhou, continua, o índice de reajuste dos salários dos atletas e tem-se que contabilizar também os bichos pagos por partidas ganhas; material esportivo que sobe além de 150 por cento porque foi considerado supérfluo. Rui Barbosa afirma que em relação à receita com a despesa de futebol acha que, principalmente no nosso Estado, está muito defazada:

"É preciso que os dirigentes tenham muita habilidade, saibam rolar dívidas porque esse é que é o detalhe principal: saber rolar dívidas para poder manter uma equipe de futebol".

MASSA FALIDA — Muitas vezes

não se pode planejar num clube de futebol e aí reside a grande dificuldade. Rui Barbosa diz que numa empresa privada — como no caso a sua — há todo um planejamento: “Você tem um contrato e sabe a receita que entra e a despesa que sai, sabe se esse contrato dá lucro ou prejuízo” e isso prepara o empresário para qualquer eventualidade. No caso de um clube como o ABC depende da torcida:

“Hoje, por exemplo, nós temos um clássico como ABC e América e eu estou surpreso. A torcida era para estar no estádio. O ABC perdeu uma partida contra o América de um a zero e isso não quer dizer que o time esteja ruim”.

No entanto, ele afirma que entende o momento crítico por que passa o País e isso traz mais problemas porque futebol se planeja em cima das grandes rendas proporcionadas nos clássicos e “essa negativa vai me trazer mais problemas para o controle financeiro do clube”.

GASTOS PRÓPRIOS — O presidente do ABC disse que, na realidade, os gastos do clube são dos bolsos de alguns diretores: “Digo eu, porque Sebastião Medeiros me ajudou muito e no momento ele parou um pouco e tem suas razões” pois ninguém tem obrigação de fazer isso:

“Eu fico numa situação muito difícil porque tenho um mandato legislativo e quando o pessoal vem me cobrar uma dívida não cobra de um presidente do ABC, vem cobrar uma dívida de Rui Barbosa que nunca deixou de pagar a ninguém; Rui Barbosa que é presidente da Emserv; Rui Barbosa deputado. Então, muitas vezes eu me sinto tão constrangido de uma pessoa vir mais de uma vez me fazer uma cobrança que tenho que arcar eu mesmo ou contar com ajuda dos nossos negócios para assumir responsabilidades do ABC, tanto na minha administração quanto de administrações anteriores”.

Rui Barbosa explica que o problema deixado pelas administrações anteriores se estende e afirma que só em uma semana o clube teve que pagar 4 milhões e 800 mil cruzeiros de dívidas contraídas em outra gestão, afirmando em seguida que para se demonstrar a dificuldade de um dirigente basta se verificar que dificilmente, exceto nos clássicos, uma renda alcança esse valor pago. Enfatiza ainda que os encargos sociais continuam sendo também um grande pro-

blema embora o clube já tenha saldado parte dessa dívida e procurando não deixar, de forma alguma, que se acumule dívida com INPS e FGTS da administração atual:

“Essas dívidas de encargos sociais são uma realidade porque você não pode deixar de pagar os salários dos jogadores para pagar encargos sociais. Então, quando sobra é que se paga INPS e FGTS”.

O presidente do ABC afirma também que há uma necessidade muito grande no sentido de que a torcida do clube ajude um pouco mais porque “nós pegamos um ABC liquidado e eu chego até a pensar que se não tivesse assumido o clube talvez nem existisse mais o ABC” porque tinha uma série de jogadores com salários

atrasados e não tinha quem se responsabilizasse por esses quatro meses de salários e “nós tivemos que assumir porque senão eles iriam para a Junta e o único patrimônio que nós temos é a Vila Olímpica possivelmente seria penhorado”:

“Mas conseguimos superar isso, conseguimos fazer uma equipe de futebol a altura e ainda não temos tido muita compreensão.

Ultimamente tive um desgosto muito violento quando o ABC perdeu por um a zero para o América obrigando a partirmos para uma melhor de três pontos e recebi muitos telefonemas dizendo se era «arrumadinho» mas isso faz parte também da vida de um dirigente de clube de massa. □

SE UM PARENTE OU AMIGO CHEGAR, VOCÊ TEM UM CARRO PARA LHE CEDER?



De repente, chega, sem carro, aquele parente querido ou aquele amigo que há muito tempo não via e hospeda-se em sua casa. Certamente, você não terá um carro para lhe emprestar, nem pode ceder o seu. Você trabalha, tem obrigações... Mas, também, não quer que aquela grata pessoa fique a pé. Andar pela cidade de ônibus ou táxi, que coisa desagradável. A Auto-Locadora DUDU existe para resolver também problemas dessa natureza. Quando seu hóspede chegar sem carro, leve-o até DUDU. Lá ele terá opções de escolher os mais variados tipos de veículos. Do Fusca ao Opala Diplomata. E, se for necessário, requesite um motorista. Deixar a pé aquela pessoa tão importante, não fica bem. É até um ato de desapeço. Seu hóspede, quando chegar, “bote ele num carro da Auto-Locadora DUDU”. Ele vai ficar imensamente satisfeito e agradecido. E, quanto a você, com a consciência tranquila de ter atendido com cortesia e solicitude aquela pessoa que lhe é tão cara.

AUTO LOCADORA DUDU

• Av. Rio Branco - 420 - Centro • Box Aeroporto Internacional
Augusto Severo Fones: 222-4144/222-0501 223-1106/272-2446 - Natal-RN

Que é Juizado de Pequenas Causas?

MÁRIO MOACYR PORTO

A Justiça é, por unânime consenso, morosa, cara e elitista. Cremos que o remédio para tão grave anomalia seria uma reforma da Constituição Federal no sentido de conferir ao Poder Judiciário autonomia administrativa e financeira, de modo de livrá-lo da dependência do Poder Executivo. Mas enquanto a reforma não vem, é dever de todos nós, notadamente advogados e magistrados, empenharmo-nos no esforço comum de minorar a deplorável situação dos serviços forenses.

No Rio Grande do Norte a carência de recursos materiais indispensáveis para um desempenho razoável da atividade judicial, assume cada dia uma maior gravidade. Não há espaço físico para a instalação dos serviços, ocorre uma deplorável desorganização no andamento das atividades do foro, carece o Tribunal do essencial: máquinas de datilografia, birôs, armários, cofre e até papel de expediente, etc. E de par com todo esse cortejo de fatores negativos, ajunta-se a desídia notória de alguns juizes e serventuários da Justiça.

A Ordem dos Advogados não tem recursos ou poderes para remediar a situação, que depende, principalmente, da iniciativa das autoridades judiciárias e a colaboração do chefe do Poder Executivo. A boa administração da Justiça é um dever indeclinável do Estado, determinado na Constituição. Uma Justiça rápida e pouco onerosa é um decisivo fator para a obtenção da concórdia social. Infelizmente, as leis não são cumpridas e a máquina do Estado não funciona com a eficiência que seria de desejar-se.

A Ordem dos Advogados, seção do Rio Grande do Norte, convencida que é “melhor acender uma vela do que maldizer a escuridão”, deliberou instalar entre nós o chamado “Juízo de pequenas causas”, isto é, uma Justiça eficaz e gratuita, para atender as pessoas de pequenos recursos que não podem ou não querem recorrer a Justiça Comum, ou por que os interesses em jogo são de pequena monta e não compensam os gastos sempre elevados do aparelho judiciário, ou não querem se submeter as delongas da Justiça, onde os processos quase sempre se arrastam por meses e até anos. No Rio Grande do Sul e no Paraná já funcionam com sucesso o “Juizado das pequenas causas”. Agora a OAB, com a colaboração da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte, pretendem instalar na sede da Ordem (Avenida Junqueira Aires, Natal), esse “Juizado” que, a rigor, é uma Justiça que se baseia na conciliação das partes e, quando não é possível a conciliação, em uma decisão proferida por árbitros, uma espécie de juizes de fato.

Damos abaixo as informações essenciais sobre o funcionamento do Juizado de Conciliação e Arbitramento, conforme se procede no Rio Grande do Sul, com sucesso crescente:

1 — Todo o interessado, para iniciar o procedimento de conciliação e arbitramento, narrará resumidamente os fatos ao escrivão, que os anotará em uma ficha, com nome e endereço das partes;

2 — Feito o registro da reclamação, o escrivão preencherá um formulário, convidando o reclamado a comparecer a sessão designada, expedindo-se o convite pelo Correio, podendo o convite ser conduzido pelo próprio reclamante;

3 — No dia e hora designados, estando presente as duas partes, o Escrivão encaminhará as partes à presença do árbitro, que tentará a conciliação entre reclamante e reclamado. Não é necessário a presença de advogado, mas se alguma das partes se apresentar acompanhado por advogado e a outra não, será nomeado um advogado para defender os interesses deste último. O mandato poderá ser verbal;

4 — Obtida a conciliação, será lavrado termo, que as partes assinarão com duas testemunhas. Não sendo possível a conciliação, o árbitro proporá que a pendência seja resolvida por arbitramento. Caso o arbitramento seja aceito pelas partes, elas assinarão termo de compromisso;

5 — Firmado o termo de compromisso, o árbitro decidirá a questão imediatamente, ou designará dia próximo, com menção da hora, para as partes oferecerem as suas provas, após o que decidirá o árbitro por escrito;

6 — Todo o procedimento será oral. O árbitro, na decisão da pendência, aplicará as leis que regem a matéria controvertida, e terá em conta que a lei deverá ser interpretada segundo os fins sociais a que ela se dirige e as exigências do bem comum. O laudo arbitral será homologado pelo juiz togado (assunto ainda a ser definido);

7 — Somente pessoa física poderá pleitear perante o “Juizado de pequenas causas” mas o procedimento poderá ser intentado contra pessoa jurídica.

Em termos gerais, assim funcionará o Juizado de Conciliação e Julgamento, que tem apoio no artigo 1025, do Código Civil, sendo de acrescentar-se que a transação produz o efeito de coisa julgada, convindo repetir e realçar que o acordo somente se admite em relação a direitos patrimoniais de caráter privado.

COMPLEXO QUÍMICO-METALÚRGICO DO RIOGRANDE DO NORTE. O QUE SE FEZ ATÉ AGORA

TÍTULO	OBJETIVO	ÓRGÃO EXECUTOR	VALOR EM CR\$ (histórico)
Projeto Magnésio - 1977	Avaliação das tecnologias, matérias-primas e mercado para magnésio	CTA	40.000,00
Estudo de viabilidade do tratamento de águas-mães - 1980	Determinação da viabilidade técnica-econômica de uma unidade de magnésio metálico	CTA TECNOMETAL	1.900.000,00
Apoio ao Estudo de viabilidade - 1981/1982	Desenvolvimento, em laboratório, das operações de evaporação e dessulfatação de água-mãe	CTA	2.600.000,00
	Análise Química, distribuição e disponibilidade de água-mãe	CDM/RN	2.000.000,00
	Ensaio de evaporação, em Macau	UFRN	5.400.000,00
Alternativas Energéticas para secagem - 1981	Análise comparativa das fontes energéticas, disponíveis no RN, para secagem do cloreto de magnésio	ENGEVIX	1.300.000,00
Projeto Boro - 1982	Desenvolvimento, em laboratório, de técnica para extração do boro das águas-mães	CTA/SIC/CDM	4.900.000,00
Projeto Eletrólise e Secagem - 1982	Projeto de uma célula piloto de eletrólise e seleção de técnica para secagem do cloreto de magnésio	CTA	5.843.000,00
Projeto Sulfatos - 1982	Desenvolvimento de processo	Paulo Abib Engenharia S/A	28.000.000,00
Projeto Sulfatos - 1982/1983	Projeto de planta piloto para unidade de sulfato	Paulo Abib Engenharia S/A	28.000.000,00

Com o decisivo apoio do Governador José Agripino, foi criada, recentemente, a Unidade de Gerência do Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte, órgão encarregado de enfatizar o desenvolvimento do programa. A Unidade concentra ações da Secretaria de Indústria e Comér-

cio — SIC —, responsável pela implementação do Complexo, como também da SEPLAN — Secretaria de Planejamento da Presidência da República —, que cabe os contatos financeiros para aporte de recursos.

Menor Pre



Muitas lojas diminuem o preço para não sofrer com a queda das vendas

COMÉRCIO

A queda de vendas foi tão grande que Natal será bom

A aproximação do fim do ano não quer dizer que o comércio de Natal respire aliviado por estar perto de se ver livre de mais um período ruim. Se os meses de agosto, setembro e outubro foram os piores de toda a existência do comércio da cidade, segundo deixa entrever o Presidente do Clube de Diretores Lojistas, Antônio Gentil — com o reforço dos expressivos números do Serviço de Proteção ao Crédito e dos estoques amontoados — pior ainda será o próximo ano. Nenhum lojista tem dúvida disso. O próprio Gentil — que não pode ser considerado um pessimista, até pelo contrário — confidenciou a **RN/ECONÔMICO** que a classe está consciente dos sacrifícios que terá de enfrentar em 1985.

“Estamos no pique da crise e, agora, temos de aguentar coisa pior ainda” — diz ele.

O problema todo é estar preparado para enfrentar a agonia final.

“Quem soube sobreviver até aqui e puder ir aguentando com a mesma

disposição, vai poder também se beneficiar quando as coisas melhorarem. Sim. Porque as coisas vão melhorar, um dia. Não vão continuar sempre ruins dessa maneira.



Estoques rodam pouco, com movimento pequeno

MELHORAS E PIORAS — Para Antônio Gentil, que tem tido uma atividade muito abrangente à frente do CDL, ao promover assembléias bem concorridas e com debates aprofundados sobre a situação econômica, os tempos ruins vão durar ainda um ano. Ele tem esperanças, pelo seu tempo no comércio e pelos contatos mantidos e observações feitas, que depois desse ano de mais violentas dificuldades, tudo tende a amainar:

“E deverá ser em 1985. O proble-

ma, como sempre venho dizendo, é conseguir chegar até lá”.

Sim: chegar até lá. É difícil, se se for ouvir com detalhes todas as dificuldades do comércio. Mas não impossível. O próprio Antônio Gentil, como um dos sócios de um complexo de dez lojas em Natal — o Grupo União — dá, sem querer, fórmulas preciosas de sobrevivência. Mais conscientização dos funcionários para que o cliente tenha o melhor trato possível e possa voltar mais vezes, apuro na escolha dos produtos:

“A coisa é simples e eu tenho dito isso muitas vezes ao meu pessoal” — diz ele. “Porque há um dado fundamental: é preciso manter a preferência do cliente agora, nessa situação, para que ele continue fiel quando as coisas melhorarem”.

MUITOS ASPECTOS — Desse modo, a crise tem muitos aspectos e desperta o que muitos observadores estão cansados de aconselhar: criatividade. No caso, o termo criatividade não quer dizer ter idéias estaparfúdias ou simplesmente exóticas. São os detalhes as vezes nem sequer notados pelo público e que passam despercebidos os que mais exigem criatividade, como é o caso de se procurar aglutinar os funcionários para a ação consciente e coordenada em torno de um trabalho de atração do cliente para não deixá-lo fugir pelo pretexto da insatisfação ou do mau atendimento. Para Gentil, numa hora difícil

como essa todo sacrifício, todo trabalho e toda experiência têm o seu valor, a sua importância:

“E preciso notar” — desabafa — “que os empresários do comércio lojista de Natal têm feito o seu sacrifício. Basta mencionar o seguinte: quem quiser se dar ao trabalho de examinar os carros dos principais lo-

A CONTA DE MENOS — No caso do seu grupo, ele diz: “Faturamos mais do que no ano passado, é verdade. Mas não chegamos a dobrar o faturamento, como seria natural num tempo normal para expressar um crescimento real”.

Crescimento real é uma preocupação constante de todo comércio. A

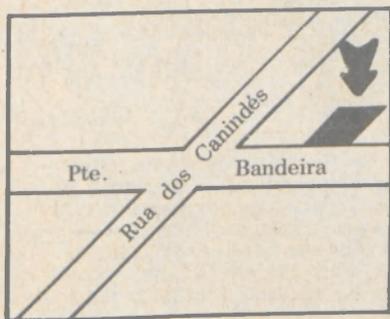


Gentil: fim de ano tem de melhorar

jistas da cidade, quando realizamos uma de nossas reuniões, verá que todos que estão no estacionamento não são do ano, são modelos atrasados. Isso é uma das provas de que realmente não está havendo dinheiro e todos estão se conformando com o que é possível ganhar”.

avaliação da escala ascensional por esse parâmetro é deprimente. Ninguém pode se gabar de crescimento real, porque todos apenas elevaram o faturamento de modo a que não permanecesse no mesmo nível do ano passado o que, em termos de estatística econômica, significaria simplesmente retrocesso pois a inflação já anda rondando a casa dos 200 por cento. Os problemas do comércio de Natal, de resto, atingem profundamente a economia da cidade como um todo. As atividades comerciais representam mais de 70 por cento das atividades econômicas em geral e a sua contribuição em impostos ronda os 50 por cento. É, por sinal, também em função de impostos que o comércio tem andado com problemas, face ao aumento de 16 para 18 por cento no aumento do percentual do ICM. Segundo os comerciantes isso não significa, na realidade, um aumento de apenas dois por cento, mas muito além. Problemas desse tipo têm sido tratados por autoridades do Governo nas assembleias do Clube de Diretores Lojistas de Natal, pois Antônio Gentil, desde que assumiu a Presidência, tem adotado como norma convidar o pessoal do Governo — incluindo o Governador e o Prefeito — para conversas francas a respeito dessas questões todas.

PARA COMPRAR PEÇAS FIAT VOCÊ NÃO PRECISA SAIR DO ALECRIM. SAVEL ABRIU SUA FILIAL



Peças genuínas Fiat, você agora pode adquirir no centro do bairro do Alecrim, num local de fácil acesso. Próximo ao cruzamento da Presidente Bandeira com a Olinto Meira foi inaugurada a primeira filial da Savel.



SAVEL. SALUSTINO Presidente Bandeira, 737
VEÍCULOS LTDA. Alecrim — Tel.: 223-1551
Natal-RN

VANTAGENS PARA O CONSUMIDOR — A crise no comércio lojista, que atinge especialmente o que os técnicos do setor chamam de «ramo mole», de alguma forma beneficia o consumidor. Há uma lei antiga de mercado — a própria base do capitalismo — sobre a vinculação entre oferta e procura. O ideal é chegar a um estágio de perfeito equilíbrio entre oferta e procura o que, acredita-se, possivelmente só exista mesmo na imaginação dos teóricos em economia, especialmente os da corrente monetarista. Quando há desequilíbrio numa ou noutra etapa, uma ou outra etapa é beneficiada. Até aqui, os preços sempre têm sido beneficiados, pois sempre a procura é grande no consumismo para uma oferta insuficiente. Mas com a crise econômica e o crescimento das indústrias de confecções criou-se uma superabundância de ofertas:

“Hoje” — nota Antônio Gentil — “os preços das confecções realmente estão estabilizados. E há muitos que até baixaram”.

Houve outro fator benéfico para o consumidor e que não está exigindo mais tantos esforços dos compradores dos principais grupos lojistas: as indústrias de confecções não estão mais diversificando a moda com tanta constância. Houve uma certa estabilização, com as linhas dos lançamentos fixando-se em certos parâmetros. Isso faz com que as lojas não tenham de estar adquirindo com frequência as «novidades» que logo ficam superadas. O preço final para o consumidor fica reduzido, porque a rotatividade das compras e das tabelas diminuem.

“Apenas os chamados «boutiqueiros» (os donos de boutiques que fornecem para as lojas) ainda procuram alterar com frequência os seus modelos. Mas como representam uma parcela muito pequena no cômputo geral, pouca influência têm” — informa Antônio Gentil.

VAI SER MELHOR — Surpreendentemente, justamente por ter sido um ano tão ruim, é que os lojistas mais experientes esperam um final apoteótico. A expectativa é de que as vendas de fim de ano atinjam piques poucas vezes vistos. E a explicação, sem lógica à primeira vista, é simples: como a recessão foi muito grande em agosto, setembro e outubro, muita gente se poupou, ao máximo, deixando para comprar agora em dezembro. Normalmente, boa parte



Vendedores: a espera de fregueses

dessas pessoas compraria nas duas épocas do ano, como tem ocorrido com frequência nas outras temporadas. Mas, neste ano, houve a retração naqueles três meses e agora, em

dezembro, deverá ocorrer uma ligeira liberalização no controle de cada um, até porque houve um sacrifício quase geral dos hábitos de consumo. □

520.000 INFORMAÇÕES

sobre firmas de todo o BRASIL estão ao seu alcance na...

ULTIMA EDIÇÃO DO

cadastro DELTA

O ANUARIO QUE VEM SERVINDO A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO

BRASILEIRO DESDE 1943

SAO 520.000 INFORMAÇÕES COMERCIAIS DETALHADAS SOBRE AS EMPRESAS DO BRASIL, CLASSIFICADAS POR ESTADOS, POR ORDEM ALFABETICA DE RAZAO SOCIAL E POR ORDEM DE PRODUTOS OU ATIVIDADES.

INCLUI TAMBEM: MERCADO FINANCEIRO — (BANCOS — INVESTIMENTOS — CREDITOS — FINANCIAMENTOS — CAMBIO) REPRESENTANTES — SEGURADORES — TRANSPORTES

SECOES ESPECIAIS DE: END. TELEGRAFICOS — TURISMO E HOTEIS — DISCAGEM DIRETA A DISTANCIA E INTERNACIONAL (DDD E DDD) E MAIS UM VOCABULARIO EM INGLES-PORTUGUES E VICE-VERSA (SEPARATA) QUE ACOMPANHA OS VOLUMES REMETIDOS PARA O EXTERIOR.

ALBEISA DO BRASIL EDITORES LTDA.

RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 255 - 7º ANDAR - CJ. 705 - FONES: 255-3373
 B 255 2426 - TELEG. "DELTATRIZ" - CEP: 01042 - SÃO PAULO - BRASIL



Cláudio

Eleições em 1991 e Madame Zazá

Olhai, uma boa notícia para os 120 milhões de eleitoráveis brasileiros: fala-se nas altas esferas que em 1991 teremos eleições diretas para presidentes da República.

Preocupado com tal ritmo — abertura, sim, escancaramento, não — fiz uma visitinha à tenda de Madame Zazá formada em futurologia, quiromancia, astrologia e demais ciências ocultas.

Zazá sintonizou sua bola de cristal, antes cobrando a «bagatela» de dois barões. Ela explicou o aumento da taxa: estava pagando royalties, afinal o futuro a Deus pertence.

Zazá bota a bola de cristal prá funcionar: sim, senhor. Teremos eleições diretas em 1991!

— E o que mais? Pergunto eu, doidinho prá ver o resto.

Em 2027 teremos uma reforma tributária. No ano seguinte, um ministro chamado Delfim Tataraneto será demitido.

As leis de exceção serão revogadas no ano de 2116. A Assembléia Nacional Constituinte, sonho das oposições, será convocada no ano de 2286.

Interrompi Madame Zazá para fazer uma perguntinha que todo brasileiro gostaria de fazer: quando a inflação começará a baixar?

Aí sujou.

Madame Zazá pediu desculpas, afinal sua bola de cristal não é das mais modernas, não sintonizando além dos mil anos.

Sai da tenda de Madame Zazá decepcionado.

A própria armadilha

ROSEMILTON SILVA

Pois sim, senhor. O América caiu, neste segundo turno, na teia tecida por ele próprio. Tinha o turno na mão e deixou escorregar com dois empates. É bem verdade que contra o Alecrim podia até se prever esse resultado, mas contra o RAC... pelo amor de Deus. Depois venceu o «mais querido» por um a zero, obrigando a que os dois partissem para uma melhor de três pontos. Tudo bem. Mas aí veio o inesperado. Afrânio Messias escalado para dirigir o jogo, rebuliço total. Guerra mesmo do mais baixo nível e anti-desportiva. Um Campeonato que vinha transcorrendo normalmente, de repente teve uma batalha campal com bombas atiradas durante a madrugada da véspera da partida contra a casa do árbitro. Afrânio Messias pede demissão do cargo de árbitro e Nildemes Antunes e escalado, quase que de última hora, para apitar o clássico. Jogo seguinte vem Luiz Carlos Félix, ABC vence. Mais um. Trazem o péssimo Wilson Carlos dos Santos. Dá ABC de novo e, outra vez, o rebu está formado. É claro que Wilson complicou, marcou bobeira em vários lances e o ABC merecia perder mas venceu com um gol de pênalti que, para mim, não tem discussão, foi mesmo pênalti, mas o América foi prejudicado em dois lances.

Dia seguinte eu dizia que o América caiu na armadilha que ele próprio armou. Brigou feio, perturbou os jogadores e os árbitros, entrou em crise interna — entrou não, agravou-se a crise interna — e dançou a música que ele mesmo está tocando: a sinfonia do desespero. Ora, Henrique entrou calmo, permaneceu lúcido mas seu vice-presidente continua cometendo erros infantis e inconsequentes. Nem todo dia é santo. Aquilo que deu certo anos anteriores não pode dar certo ano seguinte. É bom salientar que anos anteriores o alvinegro estava em crise, havia um propósito dos jogadores de pagarem na mesma moeda a má administração. Agora o panorama é diferente, a agitação e contratações errôneas refletem diretamente no plantel porque tem um adversário disposto a ter para si a certeza do retorno dos títulos. A política administrativa tem que vir de outra maneira.

Prova disso é que no jogo que decidiu o segundo turno apenas três contratados recentes do América estavam em campo. Ailton, sua principal peça, estava num barzinho na orla marítima curtindo o domingo saudável da Cidade do Sol ao lado de Tião Marçal, Braz e Paulinho. Na mesma tarde o Capitão Amaral, diretor de futebol do clube e antigo diretor do Departamento de Árbitros da FNF, concordava com uma tese minha defendida ao longo dos anos em que fui editor de esportes na Tribuna do Norte e nesse espaço a mim reservado nesta revista. Não há como se trazer

árbitros de fora, os nossos já provaram que têm condições. Mesmo contrariando a iniciativa dos seus companheiros de diretoria, Amaral dizia na Cabugi que não estava de acordo com a vinda de um árbitro de fora. Na verdade, essa vinda significava um milhão de cruzeiros jogados fora. É, o termo é jogado fora mesmo, porque árbitros da espécie de Wilson Carlos nós temos aqui de montão e não queremos que eles apitem clássicos, como me dizia meu amigo Waldir Monterrey minutos após o encerramento da partida e na presença do assessor da Cobraf.

Mas sabem os senhores que a lição não vai servir. O América vai continuar cometendo enganos porque as diretorias, em sua maioria, são formadas por acadêmicos como me dizia nos corredores do Castelão, Maurício Pandolfi, da TV Universitária, num daqueles papos de intervalo de jogo. Prova maior dessa frase de Maurício é as besteiras cometidas, os erros infantis cometidos no dia-a-dia futebolístico. E isso redundará na falência inevitável dos nossos clubes. Se não fora o soerguimento da equipe do ABC, um clube capaz de levar 80 por cento do torcedor potiguar para o estádio — anatem aí que esse 80 por cento não significam dizer que são todos abecedistas —, nosso futebol estaria na Emergência da Sudene, de cuia na mão mendigando fatias, migalhas que, porventura, sobrassem da poeira mal batida dos anos anteriores.

Não há como escapar da crise, é verdade. Mas, mesmo que nosso povo esteja na miséria sempre sobra o dinheiro do futebol quando há bons espetáculos. Tem muito dirigente aí que precisa levantar a mão aos céus e agradecer a Deus por estar o ABC recuperado. Tem muita gente aí que carece de uma reciclagem, que necessita aprender ainda como fazer futebol de bastidores para poder conduzir os destinos de um clube sem cometer loucuras nem babaquices. Sentar os pés no chão ainda é a melhor opção. Olhem bem o exemplo do Alecrim. Júnior Jácome sabe que não é hora de investir num time. Sabe que pode estragar uma administração que mal começou se não tiver os pés no chão e, em sendo assim, preferiu continuar com a mesma equipe mantendo seus jogadores em dia, com salários possíveis e alcançáveis sem muitos sacrifícios. Mas não sacrificou mesmo tendo sido pressionado para tanto. Não se pode passar os pés pelas mãos ou vice-versa. É preciso, sobretudo, seriedade. Ah! Agora cheguei no ponto mais importante da questão. Seriedade acima de tudo. Quem não sabe que essa palavra carrega toda uma gama de outros benefícios tem mesmo é que morrer no deserto vizinho a um oásis.

RN/ECONÔMICO

SERVIÇOS GRÁFICOS DE QUALIDADE

OFF-SET E TIPOGRAFIA

EIS AS NOSSAS REFERÊNCIAS:

Alpargatas Confeccões Nordeste S/A — Sperb do Nordeste S/A
Bompreço S/A — Supermercados do Nordeste
Confeccões Guararapes S/A — Petrobrás — Petróleo Brasileiro S/A
Bandern — Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A
Radir Pereira & Cia. — A Sertaneja — Caixa Econômica Federal
Apern - Associação de Poupança e Empréstimo Riograndense do Norte
Cosern — Caern — Telern — Auto Locadora Dudu Ltda.
Sulfabril Nordeste S/A — Texita — Cia. Têxtil Tangará
Tecelagem Texita S/A — Galvão Mesquita Ferragens S/A
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Restaurante Xique-Xique — Nemésio Restaurante
Catre — Viação Riograndense Ltda. — Dentern Ltda.
Transportadora São Cristóvão Ltda. — Joaquim Alves Flor & Cia.
Motéis Tahiti — Dumbo Publicidades e Promoções Ltda.
Herbus Confeccões S/A — Eldorado Administradora de Consórcio
Empresa Jornalística Tribuna do Norte Ltda. — Editora O Diário S/A
Apec — Associação Potiguar de Educação e Cultura
Souto Engenharia Com. Ind. Ltda. — Engarrafamento Murim Ltda.
Eit — Empresa Industrial Técnica S/A — Dianorte/Diafil
Cirne — Cia. Industrial do Rio Grande do Norte

RN/ECONÔMICO

Rua São Tomé, 421 — Cidade Alta — Natal-RN
Fones: (084) 222-4722 e 222-8517

VILANI VEÍCULOS



O MAIOR PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE CARROS NOVOS E USADOS EM CURRAIS NOVOS

Vilani Veículos tem o maior parque de exposições de carros novos e usados em Currais Novos.

Toda a linha Ford, Chevrolet, Dodge e Volkswagen você encontra em Vilani Veículos e compra o seu automóvel sem complicações; podendo utilizar o financiamento direto ou da financeira. Os planos de vendas a prazo são os melhores do Seridó.

Na hora da compra ou da troca do seu carro, seja qual for a marca, procure quem tem tradição no ramo, melhores preços e é o pioneiro na Região. Procure Vilani Veículos.



Vilani Veículos

J. VILANI & CIA.

Rua Teotônio Freire, 44 Currais Novos - tel. 431-2062